



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

JOÃO NASCIMENTO BORGES FILHO

**POLÍTICA CULTURAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
os casos das Universidades Federal e do
Estado do Amapá – UNIFAP E UEAP**

**FORTALEZA – CEARÁ
2010**

JOÃO NASCIMENTO BORGES FILHO

POLÍTICA CULTURAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
os casos das Universidades Federal e do
Estado do Amapá – UNIFAP E UEAP

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Barbalho.

FORTALEZA – CEARÁ
2010

B732p Borges Filho, João Nascimento
 Política cultural na educação superior: os casos das
 Universidades Federal e do Estado do Amapá – UNIFAP
 E UEAP / João Nascimento Borges Filho. – Fortaleza,
 2010.
 135 p.
 Orientador: Prof. Dr. Alexandre Barbalho.
 Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento
 e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará,
 Centro de Estudos Sociais Aplicados.
 1. Política cultural. 2. Política pública. 3. Ensino
 superior público – Amapá. I. Universidade Estadual do
 Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

CDD: 320.981



Governo do Estado do Ceará
Mestrado Profissional em Planejamento e
Políticas Públicas
Universidade Estadual do Ceará – UECE



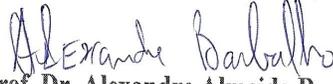
FOLHA DE AVALIAÇÃO

Título da dissertação: “POLÍTICA CULTURAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Os casos das Universidades Federal e do Estado do Amapá – UNIFAP e UEAP”

Nome do Mestrando: João Nascimento Borges Filho.

Nome do Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

-Orientador-


Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.
1º Examinador-


Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima
2º Examinador

Data da defesa: 05/05/2010

Conceito: SATISFATÓRIO

Dedico esta dissertação à matriarca da família Pereira, minha avó “Crispina Pereira Lemos” (*in memoriam*) e aos meus genitores João Borges e Antônia Pereira. Ao seguir seus ensinamentos cheguei até aqui. Vocês são os verdadeiros vencedores nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS pela dádiva da vida e pelo que sou e estou. A avó Crispina Pereira Lemos a quem devemos tudo! Sem ela essa história linda, profícua, respeitosamente bem humorada e musical não teria iniciado. Ela ficou conosco quase cem anos; chegamos bem perto; foram 97 anos de muita vontade de viver e nos transmitir os gostos e sabores da Amazônia. Artesã nata e intérprete do Marabaixo do Maruanum (distrito de Macapá), buscou nos ensinar com sua enorme sabedoria a “força que vem do Marabaixo” e nos ajudar a superar qualquer que seja o obstáculo que se apresente a nós.

À minha genitora *Antônia Pereira*, cabocla da Amazônia, que nos ensinou o valor da honestidade e da perseverança na caminhada. Ao meu pai *João Borges*, que meu deu seu nome e me ensinou a ser trabalhador e agir seguindo os princípios da justiça, ambos razões da minha existência física, material. À minha querida esposa, eterna companheira de todas as lutas, *Vitória Almeida*; ao meu filho *Eduardo Borges* e aos meus três anjinhos celestiais. Ao meu padrinho *Amilar Brenha* e ao avô *Pedro Bolívio*.

Aos meus queridos manos: *Pingo*, *Joel* e *Jair Borges* e as manas: *Eliete*, *Eliana*, *Edgleuma*, *Ediane* e *Ennara Borges* que são em maioria lá em casa. Aos meus sobrinhos: *Vanessa*, *Bia*, *Mariana*, *Júlia*, *Caio*, *João Antônio*, *Luis Felipe*, *Edemburgo Neto*, *Glauber*, *Ângelo*, *Letícia* e *Jamile*. Aos meus afilhados (as), aos meus primos (as). Às cunhadas *Márcia*, *Simone*, *Patrícia* e *Enilda*. Aos cunhados *Francisco Edemburgo*, *Marcelo*, *Maciel*, *Ramilton* e *Francisco Roberto*. Ao meu compadre e tio *Joaquim Pereira* (*in memoriam*).

Agradeço aos amigos (as) docentes da UNIFAP o apoio que sempre recebi, em nome dos companheiros: *Adalberto Ribeiro*, *Maneca*, *Brazão*, *Reinaldo Nery*, *Luizel Simões*, *Ricardo Ângelo*, *Ramon David*, *João Wilson*, *Tito Melo*, *Eduiza Naiff*, *Martha Zoni*, *Rauliete Diana*, *Rosilene Pelaes* e *Ana Raquel*. Agradeço, igualmente, aos companheiros técnicos administrativos: *Manoel Ubaiara*, *Eraldo Gomes*, *Antônio Carlos*, *José Luiz*, *Alípio Júnior*, *Joaquim*, *Brasiliano*, *Faustino*, *Sergio Sá*, *Carlos Guilherme*, *Paulo Jorge*, *Antônio Pedro*, *Dorivaldo*, *Charles*, *Eliana*, *Angélica*, *Nazaré*, *Sandra*, *Graça*, extensivo a *Cirilo Simões Filho*, *Valdinson Sarmiento*, *João Canto*, *Samara Oliveira* e aos acadêmicos da UNIFAP.

Claro, um agradecimento, muito especial, ao meu querido orientador *Alexandre Barbalho* sem o qual eu teria perdido o rumo da “prosa”. Ajudou-me a entender melhor o contexto da política cultural brasileira. Aos Educadores *Horácio Fota*, *Hermano Lima* e *João Tadeu*, pelas valiosas contribuições, extensivo os agradecimentos aos docentes da UECE, assim como aos companheiros do mestrado em PPP da UECE pela conclusão de nossa caminhada.

Um agradecimento particular aos companheiros da UEAP, em nome dos amigos: *Paulo Roberto*, *Emerson*, *Gilson*, *Marlon*, *Dagoberto*, *César*, *André*, *Afonso*, *Robson*, *Nádia*, *Nadilma*, *Célia*, *Rita*, *Michele*, *Vera* e, de maneira especial, aos docentes e acadêmicos da UEAP. Por fim, quero agradecer imensamente aos gestores e produtores culturais, aos músicos, compositores, intérpretes, atores, atrizes, artistas plásticos, escritores, diretores, jornalistas, dançarinos, e aos apreciadores da cultura brasileira contemporânea. Aos agitadores culturais e aos propagadores da Cultura Amazônica e Tucujuense (Amapaense).

Viver e não ter a Vergonha de ser Feliz! Cantar a
beleza de ser um Eterno Aprendiz!

(Gonzaguinha)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar e interpretar o processo de construção da Política Cultural e sua relação com a Educação Superior pública no Amapá como parte integrante das políticas públicas para a Cultura na Amazônia e no Brasil. Iniciando com o surgimento do Estado Novo, passando pela influência do período da ditadura militar, chegando à instituição do Sistema Nacional de Cultura em 2005. Refere-se, ainda, ao período da redemocratização passando, pela Constituição Federal atual e chegando à criação do Ministério da Cultura. A pesquisa buscou compreender como uma atividade que historicamente foi encarada como peça complementar no contexto das políticas governamentais veio lutando para sair do plano do supérfluo e ganhar a importância devida no setor cultural. Um dos fatores que demonstra essa movimentação é o aumento do interesse de estudiosos pelas políticas públicas culturais, que se iniciou, basicamente, nos anos 80 do século XX e teve um avanço significativo nos últimos anos.

Palavras-chave: Política cultural. Política pública. Política cultural na Amazônia. Política cultural no Amapá. Educação superior pública no Amapá.

ABSTRACT

This paper aims to analyze and interpret the process of building the Cultural Policy and its relationship to public higher education in Amapá as part of public policy for culture in the Amazon and Brazil. Starting with the emergence of the New State, through the influence of the military dictatorship, came to the institution of National Culture in 2005. It refers also to the period of democratization through the current Federal Constitution and arriving at the creation of the Ministry of Culture. The research sought to understand how an activity that has historically been viewed as complementary part in the context of government policies came struggling to get out of the plane of the superfluous and gain due importance in the cultural sector. One factor which demonstrates that movement is the increased interest by scholars of public cultural policies, which began primarily in the 80s of the twentieth century and played a significant advance in recent years.

Key words: Cultural policy. Public policy. Cultural policy in the Amazon. Cultural policy in Amapá. Public higher education in Amapá.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEF	Caixa Econômica Federal
CER	Centro de Estudos da Religião
CERU	Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CESA	Centro de Estudos de Sociologia da Arte
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CF/OAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CPC	Centro Popular de Cultura
CULT	Centro Estudos Multidisciplinares em Cultura
DACE	Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DVD	Disco Digital de Vídeo
EUA	Estados Unidos da América
FADAP	Federação Acadêmica de Desporto do Amapá
FEC	Fundos Estaduais de Cultura
FEUCAN	Festival Universitário da Canção
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FNC	Fundo Nacional de Cultura
ForGRAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras
FORPROE	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNDAP	Fundação de Apoio a Pesquisa e a Cultura da Universidade Federal do Amapá e do Estado do Amapá
FUNDECAP	Fundação Estadual de Cultura do Amapá
GTI	Grupo de Trabalho Institucional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MPB	Música Popular Brasileira
NEM	Núcleo de Educação de Macapá
PNC	Política Nacional de Cultura

PNE	Plano Nacional de Educação
PROEAC	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-MG	Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RENEX	Rede Nacional de Extensão
Seafro	Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresas
SEC-RJ	Secretaria da Cultura do Rio de Janeiro
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura do Amapá
SESC/AP	Serviço Social do Comércio do Amapá
SIEX	Sistema Nacional de Informações de Extensão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UniNiltonLins	Centro Universitário Nilton Lins
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL.....	16
2.1	DEFINIÇÃO DE POLÍTICA CULTURAL.....	18
2.2	HISTÓRICO DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL.....	24
2.3	POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO LULA.....	30
3	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A POLÍTICA CULTURAL	37
3.1	HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	38
3.2	O PAPEL DA CULTURA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	46
3.3	A UNIVERSIDADE PENSA O BRASIL: UNIVERSIDADE, ARTE E CULTURA (I FÓRUM DE CULTURA DA UFBA EM AGOSTO DE 2003).....	51
4	AS IES DO AMAPÁ E SUAS POLÍTICAS CULTURAIS.....	59
4.1	AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO AMAPÁ: UNIFAP E UEAP.....	72
4.2	A ATUAÇÃO DA UNIFAP NA CULTURA REGIONAL – INSTITUIÇÃO DA PROEAC EM 2005.....	75
4.3	A ATUAÇÃO DA UEAP NA CULTURA. IMPLANTAÇÃO DA PROEXT EM 01 DE OUTUBRO DE 2007.....	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	106
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	108
	ANEXOS.....	112
	ANEXO A – Atividades curriculares do pesquisador.....	113
	ANEXO B – Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.....	118
	ANEXO C – Entrevista de Fernanda Takai à Revista Vanguarda Cultural.....	131
	ANEXO D – Informações Complementares.....	134

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se enquadra na linha de pesquisa denominada Política de Saúde, Educação, Cultura e Social do Mestrado da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA).

A proposta inicial deste trabalho foi de compreender com mais propriedade, e especificidade, a Cultura Tucujuense, amapaense, visto que todos nós amapaenses descendemos dos Índios Tucujus, que foram nossos primeiros habitantes neste local privilegiadíssimo que é Macapá, capital do Estado Amapá. Está cidade está localizada no meio do mundo, na Amazônia, na margem direita do rio Amazonas e nos hemisférios norte e sul do Brasil.

Este trabalho, por assim dizer, objetiva analisar e interpretar o processo de construção da Política Cultural e sua relação com a Educação Superior pública no Amapá como parte integrante das políticas públicas para a Cultura na Amazônia e no Brasil. Destacamos, assim, os casos das duas universidades públicas existentes no Estado do Amapá: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Universidade do Estado do Amapá (UEAP). A pesquisa buscou compreender como uma atividade que historicamente foi encarada como peça complementar no contexto das políticas governamentais veio lutando para sair do plano do supérfluo e ganhar a importância devida no setor cultural.

Um dos fatores que demonstra essa movimentação é o aumento do interesse de estudiosos pelas políticas públicas culturais, que se iniciou, basicamente, nos anos 80 do século XX e teve um avanço significativo nos últimos anos. A pergunta que norteou a pesquisa foi: Existe uma Política Cultural voltada para a Educação Superior no Brasil? Definição do objeto geral: Analisar a relação entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC) junto às Universidades Públicas para a viabilização de uma Política Nacional de cultura. Específicos: Compreender o processo de implantação dessa Política Cultural no âmbito das Universidades Federal e do Estado do Amapá (UNIFAP e UEAP); Identificar possíveis relações entre MEC e MinC para a viabilização dessa política

em âmbito federal e estadual; Descrever as Políticas Culturais viabilizadas Pela UNIFAP e UEAP no âmbito do Estado do Amapá.

A hipótese suscitada é a de que, no Amapá, as universidades públicas, apesar das dificuldades que enfrentam cotidianamente, vêm contribuindo com programas e projetos voltados à política cultural do Estado do Amapá. Buscamos analisar o comprometimento do Ministério da Cultura (MinC) no sentido de viabilizar essa Política Cultural; a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), por intermédio da Universidade Federal da Bahia (UFBA), propôs em 2003 a realização de um Seminário Nacional como indução para essa Política Cultural. Assim, a pergunta de pesquisa que nos norteou para a análise da hipótese levantada foi: as Universidades Públicas são essencialmente as instâncias viabilizadoras dessa política através de suas Pró-Reitorias de Cultura e Extensão?

Como tentativa de reconstrução da realidade, partimos de uma perspectiva de análise dialética das transformações que se engendram na sociedade, uma vez que a orientação dialética parte do ponto de vista de que a formação social contém contradições internas suficientes para ser historicamente superável, pois preconiza a normalidade de mudanças do sistema.

A abordagem metodológica privilegiou os procedimentos qualitativos, de um modo geral, e se subdividiu nas seguintes etapas e técnicas: Estudo da bibliografia sobre a temática; Exame de documentação e relatórios sobre a criação das universidades: UNIFAP e UEAP; Entrevista semi-estruturada com gestores das mesmas; Entrevistas com servidores públicos (técnicos) lotados em ambas; e Entrevistas com acadêmicos das Instituições de Ensino Superior (IES).

O autor se valeu de sua experiência acadêmica e política para inferir aspectos da temática. Para responder aos questionamentos, estruturamos esta dissertação em cinco seções textuais, a saber: a primeira enfoca a parte introdutória da pesquisa; a segunda trata da Política Cultural no Brasil e os pressupostos teóricos que deram base à nossa pesquisa; a terceira seção versa sobre a Universidade Brasileira e a Política Cultural; a quarta seção trata das Instituições de

Educação Superior públicas do Amapá e suas Políticas Culturais; e, por fim, a quinta seção fecha com as considerações finais.

Na seção segunda fizemos, preliminarmente, um breve estudo sobre a cultura amapaense; definimos Política Cultural; descrevemos a respeito do histórico da política cultural no Brasil e concluímos com a política cultural no Governo Lula.

A terceira seção destinou-se aos pressupostos metodológicos, onde procuramos evidenciar: a corrente que abriga este trabalho, o contexto da coleta de dados, as características dos sujeitos produtores dos textos analisados, as questões que nortearam a nossa pesquisa, além das variáveis que serviram de base à nossa análise.

A quarta seção dedicamos à análise das Instituições de Educação Superior públicas do Amapá e suas Políticas Culturais; tratamos das atuações da Universidade Federal do Amapá e da Universidade do Estado do Amapá.

E, finalizando, com a quinta seção, tecemos algumas considerações sobre o papel das Universidades públicas do Amapá na viabilização de Políticas Culturais voltadas tanto para a comunidade interna como para a comunidade externa. Os resultados da pesquisa, no tocante aos dois casos pesquisados, revelam que, no Amapá, as universidades públicas, apesar das respectivas dificuldades que enfrentam historicamente, vêm contribuindo com programas e projetos voltados à Política Cultural Tucujuense (amapaense).

Como notamos, este trabalho procura compreender o processo de construção de uma Política Cultural focada na Educação Superior como parte integrante das políticas públicas para a Cultura no Brasil. Iniciando com o surgimento do Estado Novo, passando pela influência do período da ditadura militar, chegando à instituição do Sistema Nacional de Cultura em 2005. Refere-se, ainda, ao período da redemocratização com o ápice da atual Constituição Federal e chegando à criação do Ministério da Cultura.

No transcorrer desses mais de setenta anos, constituiu-se um processo de luta social pela transformação do caráter dessas políticas, através da inclusão de novos atores sociais e a conseqüente alteração dos modelos de formatação das políticas. O propósito desta interpretação é a possibilidade de desvendar, na

atualidade, as formas de articulação da sociedade civil organizada com o Estado mais apropriada a uma participação mais efetiva. Uma participação conquistada segundo princípios autonomamente definidos, ao invés de uma participação concedida pelos dominantes.

Naquilo que concerne às organizações do domínio da cultura, elas contribuem para a construção de uma consciência de cidadania e seu desenvolvimento amplia o espaço da cultura como elemento importante na construção da participação ativa e consciente da sociedade objetivando a solução de seus problemas. Sua principal contribuição está na capacidade de, em sua especificidade, desenvolver ações que representam as interpretações que os indivíduos têm do mundo e do seu cotidiano. Por intermédio da compreensão das transformações ocorridas nas organizações e nas expressões culturais emblemáticas perceber a influência da ação pública, das políticas públicas e dos diferentes papéis do Estado determinantes nessas mudanças.

No que diz respeito ao campo organizacional da cultura, está havendo, no Brasil, um processo de transformação gradual, mas acelerado, de seu caráter mais tradicional. Com a franca participação do Estado, essas organizações têm sofrido importantes transformações, possível de identificar no histórico das políticas culturais e na sua relação com o contexto político-econômico. Importa compreender este processo histórico e o caráter da participação do Estado nesta fase globalizada do capital, assim como seu papel e interferência na conquista da participação da sociedade no campo da cultura.

2 A POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL

A questão da relação entre cultura e política no Brasil começou a se tornar mais clara com o advento da República. A República nasceu no bojo do movimento abolicionista e tem a ver com as transformações pelas quais o Brasil passava em sua inserção no capitalismo internacional.

Em 1902, aparece o primeiro disco brasileiro. Em 1913, instala-se a Casa Edison no Rio de Janeiro. Na música popular, ainda predominava a modinha, o maxixe, o charleston e o *fox-trot*. Após a primeira guerra mundial, sobretudo no que diz respeito ao teatro brasileiro, os temas são mais nacionais. Valorizaram-se as virtudes campestres; houve sátira aos hábitos característicos da nossa organização social e política; procurou-se, por outro lado, a valorização do Brasil como um dos melhores países do mundo.

Na década de 20, a república dava sinais de desgaste. A situação caracterizada por crises e grandes transformações no plano social, propiciou uma efervescência cultural. Até 1922, a cultura brasileira esteve ainda presa aos padrões europeus e ao academicismo, prevalecendo o que vinha de fora, isto é, o cosmopolitismo.

É neste ano de 1922 que a jovem intelectualidade organizava um movimento para diminuir as distâncias culturais denominado: “Semana da Arte Moderna”. A Semana foi concebida como uma verdadeira renovação de linguagens artísticas e musicais. Foi realizada em São Paulo, no Teatro Municipal, de 11 a 18 de fevereiro daquele ano e teve como principal propósito renovar e transformar o contexto artístico e cultural urbano, tanto na literatura, quanto nas artes plásticas, na arquitetura e na música.

No decorrer da Semana da Arte Moderna, ocorreram apresentações de músicas e poesias, exposições de quadros artísticos e foram proferidas diversas palestras acerca da Modernidade. Contou com participações importantes do modernismo brasileiro como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Victor Brecheret, Anita Malfatti, Menotti Del Pichia, Sérgio Milliet, Heitor Villa-Lobos, dentre outros.

Mudar; subverter uma produção artística; criar uma arte essencialmente brasileira, embora em sintonia com as tendências européias, estes eram os ideais do momento. Na mesma década, um grande intelectual se destacou: Mário de Andrade. Convidado para dirigir o Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade se preocupava em aproximar “cultura popular” da “cultura erudita”. Sabia que a separação era histórica e, assim, precisava ser superada.

No artigo “A política cultural como política pública”, Anita Simis¹ inicia sua reflexão dizendo que entende que a política cultural é parte integrante das políticas públicas. A autora afirma que: “[...] foi Mário de Andrade que pela primeira vez formulou uma política cultural no sentido público, e não apenas voltada para as elites, a elite nacional agrária oligárquica. A cultura passou então a ser um direito de todo cidadão.” (SIMIS, 2007, p. 11).

Desse processo cultural e político da década de 20, destacaram-se dois intelectuais: Mário de Andrade e Astrojildo Pereira. O primeiro pessoalmente vinculado à questão cultural; o segundo, à questão operária.

Em 1935, foi criado em São Paulo, pelo então prefeito Fábio da Silva Prado, o Departamento de Cultura do Município. Este departamento de cultura nasceu do sonho de vários espíritos revolucionários, para a época, como Paulo Duarte, Sérgio Melliet e Mário de Andrade. Este último foi o primeiro a ocupar o cargo de diretor.

Astrojildo Pereira procurou elaborar um projeto de política cultural para o Brasil, mas não teve apoio de nenhuma instituição para promover sua idéia. Para ele, Política Cultural é o que amplia as possibilidades já existentes; cria condições para aprofundar uma tendência, uma capacidade, pela democratização da cultura.

Fruto das transformações ocorridas na economia brasileira, a década de 60 foi essencialmente explosiva em termos políticos e culturais. Este período, historicamente rico em possibilidades, é um período também contraditório. A política do governo de Miguel Arraes foi a experiência mais avançada nesse campo, no Brasil, até então.

¹ Anita Simis é professora assistente doutora no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras e do PPG em Sociologia da UNESP – Araraquara – SP.

Em nível federal, no governo de João Goulart, o Ministério da Educação e Cultura foi entregue a Darcy Ribeiro. Este tinha como desiderato a democratização da cultura e uma conseqüente reforma na estrutura universitária implantada. A reforma objetivava uma universidade crítica e voltada para a realidade social e cultural brasileira.

Darcy, intelectual brilhante, foi o idealizador e implantou, em 1961, a Universidade de Brasília (UnB). Na condição de antropólogo, aprofundou estudos a respeito da “formação da nacionalidade brasileira”, assim como a construção de sua identidade.

De todas as manifestações culturais, uma adquiriu um conteúdo claramente de política cultural: foi a criação do Centro Popular de Cultura (CPC). A criação do projeto CPC, pelo dramaturgo Oduvaldo Vianna, foi um grande passo na tentativa de criar um movimento político cultural que não dependesse do Estado e nem fosse uma iniciativa isolada.

O CPC, instalado em 1961, agitou a juventude, em especial a universitária. Teve apoio direto da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas foi fechado em 1964, juntamente com o ISEB, por obra da ditadura militar.

2.1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICA CULTURAL

A **política**, para Aristóteles, é a ciência mais suprema, à qual as outras ciências estão subordinadas e da qual todas as demais se servem numa cidade. É, portanto, tarefa da Política investigar qual a melhor forma de governo e instituições capazes de garantir a plena felicidade coletiva. Aristóteles, por assim dizer, foi o primeiro grande sistematizador das coisas públicas, das ações coletivas, das construções públicas.

O termo **cultura** provém do latim medieval e possui o significado de **cultivo da terra**. Sua transformação começa a partir da sabedoria acumulada no trato do ambiente natural e a experiência secular que pastores e agricultores acabaram conferindo ao termo cultura.

Com efeito, o sentido de conhecimento intelectual, aplicado à ação transformadora do mundo, advém do entendimento antropológico que afirma que cultura diz respeito ao conjunto de experiências humanas, adquiridas ao longo da história, pelo contato social e acumuladas pelos povos através do tempo.

Rubim e Barbalho² (2007, p. 8), no artigo “Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença”, afirmam que somente “em 1975, é lançada a Política Nacional de Cultura (PNC), primeiro plano de ação governamental no país que trata de princípios norteadores de uma política cultural.”

Momentos históricos, significativos em nossa formação cultural e política, permitem algumas considerações iniciais: a política sempre se ocupou da cultura. Na maioria das vezes, a cultura tem sido incentivada de acordo com os interesses políticos e econômicos dominantes. Quando a cultura ultrapassou os limites permitidos, foi reprimida. A produção cultural, quando organizada de maneira consciente, provocou e propicia contribuições decisivas, conclusivas para as transformações históricas.

No entender de Rubim e Barbalho (2007, p. 9), “uma forma encontrada para viabilizar a unificação da política cultural é a promoção de encontros nacionais de cultura, nos quais participam representantes culturais de todos os estados da federação.”

Alexandre Barbalho tem, nos últimos anos, realizado diversas pesquisas dentre as quais, podemos citar: É autor e organizador de vários livros como "Relações entre Estado e Cultura no Brasil" (Ed. Unijui: 1998), "Cultura e Imprensa Alternativa" (UECE: 2000), "Lívio Xavier: Cultura e Política" (Casa Socialista: 2002), "A Modernização da Cultura" (UFC: 2005) e co-organizou a coletânea "Comunicação e Cultura das Minorias" (Ed. Paulus: 2005).

De acordo com a tese de Albino Rubim (Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios. Salvador, 2007, inédito), as políticas públicas culturais brasileiras passam por três eixos: ausência, autoritarismo e instabilidade. A ausência de políticas públicas é percebida desde o Brasil colonial, com a inexistência ou lacuna de políticas; o autoritarismo aparece nos períodos em que o

² Alexandre Barbalho é professor do PPG em Políticas Públicas e Sociedade da UECE.

Estado assume um papel mais ativo e, por conseguinte, enfrenta a tradição de ausência, além de ser evidenciado por uma “estrutura desigual e elitista”; e a instabilidade seria a soma da ausência com o autoritarismo, representada por fatores como “fragilidade organizacional, ausência de políticas mais permanentes, descontinuidades administrativas e agressões em situações autoritárias, entre outras”. Reafirma Rubim que precisamos de políticas que tenham continuidade independente dos governos no poder, que estejam alicerçadas nos interesses estratégicos pactuados socialmente.

Assim como Albino Rubim, Alexandre Barbalho, Isaura Botelho, Lia Cabrale, outros pesquisadores, mais recentemente, têm se dedicado ao estudo das políticas públicas culturais. O tema ganhou maior visibilidade nestes últimos anos com o crescimento do interesse pela questão, tendo como origem um conjunto de situações, de caráter internacional, iniciados nos anos 70 do século passado.

A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) produziu uma série de estudos sobre a política cultural implementada em diversos países e surgiram também pesquisas sobre a economia da cultura. No Brasil, a criação da Lei Sarney, que foi substituída pela Lei Rouanet mais adiante, contribuiu para o processo de profissionalização de algumas atividades dentro do campo da produção cultural, o que resultou, inclusive, na criação de novos cursos de graduação na área. Lia Calabre explica que estamos verificando, nos últimos anos, um amadurecimento lento de um processo iniciado há algumas décadas. Mas é preciso atentar que a influência das discussões internacionais sobre diversidade cultural, propriedade intelectual e a economia da cultura no âmbito na Organização Mundial de Comércio foram contribuição significativa para o aumento de tal interesse.

Albino Rubim é o coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Foi ele o principal responsável por disponibilizar, na *internet*, de forma sistematizada, a bibliografia sobre políticas culturais no Brasil. *Site*: www.cult.ufba.br. Para Rubim, são consideradas políticas públicas apenas aquelas que são discutidas e legitimadas pela sociedade. Endente ser fundamental distinguir políticas estatais de cultura de políticas públicas de cultura, pois estas últimas implicam sempre em políticas negociadas com a sociedade. Com o que Lia Calabre,

pesquisadora chefe do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa, concorda.

Rubim e Barbalho (2007, p. 21) compreende que:

a questão que se coloca é como uma política pública de cultura, além de trabalhar com as identidades e a diversidade, pode incorporar as diferenças. Como lidar com as manifestações culturais que não se encaixam harmoniosamente como peças de um quebra-cabeça porque suas arestas não permitem.

O autor ratifica, afirmando: “claro que não há uma resposta pronta para a questão. Mas o passo inicial é assumir a existência das diferenças irremediáveis. Parece-me que o MinC se orienta nesse sentido quando traz o debate para dentro do governo.” (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 21).

Para Lia Calabre, as políticas públicas são decisões coletivas, em geral produtos de atividades políticas, que envolvem diversos agentes com um impacto sobre o conjunto da sociedade, além de ações normativas e a destinação de recursos para viabilizá-las.

No que concerne à visão a respeito da cultura, ela só passaria por uma transformação mais palpável com o governo Lula. Em primeiro lugar, houve uma mudança conceitual e a dimensão sociológica deu lugar à antropológica, como bem lembra Botelho (2001) no artigo “Dimensões da Cultura e Políticas Públicas”. Sob essa perspectiva, o conceito de cultura foi ampliado e as políticas culturais passaram a abranger, para além da cultura erudita, as diversas culturas construídas no cotidiano, antes alijadas desse processo, como a africana, a indígena e a popular. Entende que a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus próprios valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas cotidianas.

Segundo Rubim e Barbalho (2007, p. 19), “com o governo Lula, tem-se uma reavaliação do que seria a identidade nacional brasileira que aponta para o pluralismo e a incorporação de expressões culturais historicamente excluídas.”

Cabrale (2007) percebe que o Brasil está vivenciando um primeiro momento de construção de políticas públicas de cultura em bases democráticas.

Isso significa a construção de canais de diálogo e de participação entre o governo e a sociedade civil. Significa, também, o investimento em pesquisas que permitam aos gestores públicos de cultura conhecer e atuar de forma mais eficiente. O Estado não produz os bens culturais, mas deve criar condições para que isso ocorra; deve fornecer os meios para que essa produção dos mais variados segmentos sociais se estabeleça, circule e dialogue.

O próprio setor coordenado pela pesquisadora Lia Cabrale (Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa) faz parte desse movimento de pensar as dimensões culturais brasileiras. Criada em 2002, por iniciativa do cientista político Mário Machado, a área desenvolve linhas de estudo e realiza, anualmente, um seminário que reúne pesquisadores de diversas partes do País, vinculados à universidade e a instituições de pesquisa. O setor também trabalha, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na elaboração do suplemento de cultura da Pesquisa Municipal (MUNIC), e na construção de indicadores de cultura.

Por conseguinte, Políticas Culturais são formulações ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura. Por se tratar de objeto de estudo recente, o conceito de políticas culturais ainda não alcançou uma delimitação consensual entre os teóricos. A complexidade subjacente a esta definição descende, inevitavelmente, de outros dois densos e amplos conceitos: Cultura e Política.

No entender de Canclini (2001, p. 65), as políticas culturais resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”.

Coelho (1997, p. 292) completa essa definição, afirmando que as iniciativas desses agentes visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”; considera, ainda, política cultural como

uma “ciência da organização das estruturas culturais” que tem como objetivo “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam”.

Cultura é um elemento da política. Há quem veja a política como um momento da cultura. No decorrer dos diversos momentos e revoluções históricas (Renascimento, Iluminismo, Revolução Francesa e Industrial, Revolução Cultural Chinesa, etc.).

Na época da revolução industrial em pleno século XIX, o projeto político cultural tinha como objetivos romper a barreira dos intelectuais revolucionários da massa operária e combater as idéias dominantes que promoviam a separação dos operários de seus interesses.

Já no século XX, a principal característica cultural foi a incorporação das classes dominadas à vida política e conseqüentemente a ampliação do próprio conceito de cultura. A produção cultural tem importância nas transformações históricas, pois as mesmas partem da iniciativa política.

Para entender o que vem a ser política cultural, devemos exemplificar a atuação de alguns países nesse âmbito, demonstrando que manifestação cultural é também política. Em Roma, a cultura era um instrumento para justificar principalmente o poder. Foi utilizada para servir a um domínio político. Com a invenção da imprensa, as idéias passaram a ter mais seguidores, e então, a cultura que não interessava ao poder foi reprimida. Os movimentos culturais, em determinadas fases, serviram para reivindicar o contexto em que a sociedade vivia. Um desses movimentos foi o Iluminismo, que defendia o racionalismo e o aprendizado.

Na Rússia, sob o domínio de Stalin, a cultura passou a ser administrada, sendo confundida com ideologia, pois ela foi vista como algo exclusivamente de classe: “cultura burguesa” e “cultura proletária”.

Na China, a propalada “revolução cultural” teve início nas universidades onde se exigiam reformas na educação, no ensino e na arte. Entretanto, a cultura foi apenas um pretexto político para o fortalecimento político de Mao Tse-Tung.

Segundo ele, o partido da classe operária tem de se utilizar da cultura, rejeitando ou aprovando manifestações culturais em função de critérios políticos, ou seja, a cultura como um instrumento a serviço da política.

A revolução cubana proporcionou a Cuba significativas transformações de âmbito cultural, através de uma política cujo objetivo era criar condições materiais para a mesma. Não havia intenções de administrá-la, todavia foi dado ênfase para o caráter educacional e constante luta para tirar da “clandestinidade” os produtores culturais, dando liberdade de criação e, ao mesmo tempo, procurando desenvolver um sólido combate ao analfabetismo.

2.2 HISTÓRICO DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL

A relação entre cultura e política no Brasil somente começou a ser evidenciada com o advento da república, sendo que no plano cultural prevalecia o que vinha de fora. Simis (2007, p. 18) confirma: “assim, dentro de uma concepção de políticas públicas, como direito, é com Mário de Andrade que pela primeira vez se formulou uma política cultural no sentido público, e não apenas dirigida às elites.”

Historicamente encarado como peça complementar no contexto das políticas governamentais, o setor cultural vem lutando para sair do plano do supérfluo e ganhar a importância que lhe é devida. Um dos fatores que demonstra essa movimentação é o aumento do interesse de estudiosos pelas políticas públicas culturais, que teve início nos anos 80 do século XX e teve um avanço significativo nos últimos anos.

Cultura, podemos dizer, é um termo com várias acepções, em diferentes níveis de profundidade e diferentes especificidades. Podemos dizer, também, que são práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no tempo e espaço. Referem-se a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e dão sentido à sociedade. A cultura explica e dá sentido à cosmologia social. É, enfim, a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período. Assim, o ato cultural é uma manifestação voluntária em um momento de liberdade.

A fragilidade e inconsistência das políticas públicas culturais não configuram um fato recente isolado, mas remonta aos tempos do Brasil colonial, quando Portugal infligia limitações ao acesso cultural, bem como à educação, excluindo de forma arbitrária as culturas africanas e indígenas. Vale ressaltar que o modelo de colonialismo lusitano não se estendeu a toda a América. Os vizinhos espanhóis, por exemplo, ergueram universidades nas terras subjogadas, construindo um modelo específico de dominação.

O cenário nacional só viria a sofrer alguma transformação com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, num exílio voluntário impulsionado pela invasão francesa às terras de Portugal. O Brasil passou então da condição de colônia iletrada, distanciada do mundo pela escassez e proibição de informação, ao posto de sede do governo português, onde seria montado um novo império.

Naquele momento, a corte precisava criar mecanismos de desenvolvimento físico e intelectual que lhe diminuíssem o infortúnio de estar longe de casa, da “civilização”, e lhe mantivessem o poder régio, medido tanto por suas conquistas quanto pela suntuosidade de seus palácios, tamanho e diversidade de sua biblioteca. No entanto, para garantir a manutenção de sua superioridade e domínio, todo vestígio de cultura e conhecimento desenvolvido permanecia restrito à elite consolidada ao redor do império.

Nesse sentido, ao contrário do que se poderia imaginar, a independência não implementou uma nova visão sobre a cultura. Se Dom Pedro II ficou para a história como patrono da cultura, isto o fez por interesse particular e não com vistas a ampliar e institucionalizar o acesso público aos bens culturais.

Com o advento do Estado Novo, além de todas as vicissitudes próprias a uma ditadura, veio o esforço de sistematizar a cultura e torná-la emblema do nacionalismo, para melhor controlá-la – o mesmo aconteceria com o golpe militar de 1964. Não à toa, o governo Getúlio Vargas se voltou para o setor, estabelecendo leis e criando instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), originalmente intitulado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Estabeleciam-se, assim, sementes de políticas públicas culturais, ainda que de públicas elas não tivessem nada.

A burguesia surgiu com o desenvolvimento das atividades comerciais, de exportação e a expansão capitalista do início do século XX, revolucionou o modo de pensar, capaz de transformar a antiga colônia numa nação capitalista. A burguesia emergente necessitava de um saber mais nacional e pragmático, menos universalista e dependente da estrutura social colonial. Procurava combater o analfabetismo, homogeneizar os valores e o discurso, criar um sentimento de patriotismo que levasse às mudanças reais na estrutura social. A Primeira Guerra Mundial e a crise que a sucedeu fizeram crescer o poder econômico e político da burguesia nacional.

A década de 30 se norteou por algumas preocupações gerais entre a intelectualidade: interesse pela descoberta do Brasil verdadeiro; o desenvolvimento do nacionalismo, como sentimento capaz de unir as diversas camadas sociais, em oposição ao Brasil colonizado e estudado sob a visão etnocêntrica da Europa. Nessa década, grandes mudanças ocorreram no Brasil: a crise da política defendida pelas oligarquias agrárias, o crescimento da burguesia, o incremento da industrialização e a centralização do poder com o golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo no país. Surgiram pensadores de influência marxista ou liberal.

A valorização do cientificismo – como principal forma de conhecer e explicar a nação – e um grande anseio por modernizar a estrutura social brasileira. A sociologia como conhecimento sistemático e metódico da sociedade surge nessa década.

Ocorre a Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em São Paulo, e da Ação Integralista Brasileira de 1932. Intelectuais da chamada geração de 30, foram Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Fernando de Azevedo.

Foram criados inúmeros ministérios e institutos. Antigos bacharéis de direito, engenharia e medicina, com conhecimentos gerais de ciências sociais e humanas, foram encaminhados para o funcionalismo público.

Surgiram os pensadores de direita, ideólogos do integralismo, tais como Plínio Salgado, que via com desconfiança não só o movimento modernizador da sociedade como também o liberalismo e o marxismo. Suas ideias conservadoras exaltavam a ordem, a disciplina e a tradição, bem como o autoritarismo do Estado.

A Segunda Guerra Mundial foi o divisor de águas na história da civilização ocidental, responsável pela emergência e pela consagração dos Estados Unidos da América (EUA) e da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como potências mundiais.

Acordos definiram as regiões do planeta que ficariam sob o controle político e ideológico dos Estados Unidos da América ou da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, “determinando” – ou definindo – a divisão do mundo em dois blocos político-econômicos rivais e inconciliáveis.

Na década de 40, o país adquiria consciência de sua complexidade e de sua particularidade. Tudo favorecia a superação de uma cultura que buscava sempre se identificar com as metrópoles econômicas e culturais europeias. As artes, a ciência se debruçava sobre o Brasil, valorizando seus aspectos mais específicos e minoritários.

O pensamento sociológico, como forma de pensar a nação brasileira e desenvolver uma consciência crítica sobre nossa realidade, adquiriu nessa década uma importância cada vez maior. As análises sobre as desigualdades sociais, etnias, políticas indigenistas, regionalismos, tradições, transição e mudança extrapolaram os limites da disciplina e foram incorporadas pela geografia, pela história e até pela filosofia.

A década de 50 é marcada por dois importantes pensadores, responsáveis pela formação de duas grandes correntes do pensamento social brasileiro: Florestan Fernandes e Celso Furtado.

Fernandes (2003) é o principal entre uma geração de importantes catedráticos de uma nova geração que surgia nos anos de 1950. Suas grandes preocupações, no campo da sociologia, além da reflexão teórica, foram o estudo das relações sociais e da estrutura de classes da sociedade brasileira, o capitalismo dependente e o papel do intelectual nesta sociedade.

A união entre a teoria e a prática era concebida por Fernandes (2003) como algo primoroso. Ele próprio se intitulava “sociólogo militante”. Teve a influência direta de Karl Marx. De acordo com Florestan (2003), a sociedade pode ser estudada por padrões

ou estrutura, ou seja, os fundamentos da organização social pelos dilemas – conjunturas históricas, que eram contradições geradas pela dinâmica interna da estrutura.

Furtado (1978) foi provavelmente o maior inovador do pensamento econômico, não somente no Brasil, como também em toda a América Latina. É apontado como o fundador da economia política brasileira. Propõe uma interpretação histórica da realidade econômica e, em especial, do subdesenvolvimento entendido como fruto de relações internacionais.

Furtado (1978) foi defensor da ideia de que o subdesenvolvimento não correspondia a uma etapa histórica das sociedades rumo ao capitalismo, mas se tratava de uma formação econômica gerada pelo próprio capitalismo internacional. A principal crítica que se faz a seu pensamento é ter servido de ideologia para a burguesia nacional, em especial, durante a política desenvolvimentista adotada por Juscelino Kubitschek.

Romancista, etnólogo e político, Darcy Ribeiro superou sua formação acadêmica. Em seus estudos, a questão indígena relacionava-se a uma ampla análise do desenvolvimento industrial e do processo civilizatório a partir dos centros hegemônicos, quer dentro do próprio país, quer a partir das relações internacionais.

Sua atuação foi sempre a de um antropólogo militante que, seguindo a linha marxista, condenou toda ortodoxia, buscou as raízes históricas da situação das populações indígenas e procurou saídas estratégicas. Entre os anos de 1940 e 1960, a sociologia produziu inúmeros trabalhos denunciando as desigualdades sociais e as relações de domínio e opressão internas e externas.

Os mais diversos estudos buscavam a conscientização da população e a luta pelo desenvolvimento de formas mais democráticas e igualitárias de vida social, desde os estudos voltados para a ação sindical até aqueles que procuravam introduzir mudanças na educação, tomando como base o pensamento crítico e revelador dos conflitos sociais.

Boa parte da sociologia refletia a opção por uma ideologia revolucionária e socialista, tendência que se sedimentava à medida que se faziam mais fortes os laços de dependência do país em relação ao imperialismo norte-americano. O

confronto entre a universidade e o regime militar chegou aos extremos em todo o País com passeatas, embates físicos, manifestações, ocupações de prédios, espancamentos, prisões e mortes.

O Estado retoma as rédeas da Cultura? O Estado Novo foi a ditadura de Getúlio Vargas. O ditador era pessoalmente simpático, pois ia ao teatro ver e rir das caricaturas que faziam dele. O Estado dava emprego a intelectuais famosos, dizendo sentir-se na “obrigação de proteger a cultura”. Havia até um organismo “cultural” encarregado de propagar as realizações do ditador. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Com o golpe militar, em 1964, começava uma nova política cultural. Essa política interferiu muito na produção cultural. Segundo esse projeto, a política cultural do Estado deveria incentivar e valorizar a “cultura nacional”. A censura é o aspecto mais visível dessa “política cultural”, que acarretou em uma violenta repressão por parte do governo, cuja política interferiu como nunca na própria produção cultural e na divulgação desta. A cultura chegou a ser transformada em “caso de polícia”. Trata-se, portanto, de uma cultura policiada.

Em 1964 teve início o regime que mais reprimiu a cultura no Brasil, principalmente após a implantação do Ato Institucional nº. 5 (o AI-5), que aumentou a censura, determinando a censura prévia que se estendia à música, à literatura, ao teatro e ao cinema. Implantou-se, assim, uma nova ditadura no Brasil e teve como ideário o desenvolvimento capitalista, o apoio ao capitalismo norte-americano e a repressão às tentativas de transformação da ordem estabelecida teve duras repercussões junto ao desenvolvimento das ciências sociais e à estruturação desses cursos universitários no país.

Na perseguição, na censura e na imposição, não são apenas os produtores culturais que sofrem as consequências, mas toda uma nação fica desprovida de sua capacidade crítica. Sem democracia não há ciência, não há arte, não há pensamento e, principalmente, não há cultura. E, para haver democratização da cultura, exigem-se transformações históricas.

Nesse período da história, núcleos de pesquisas independentes foram formados, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o Centro

de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), o Centro de Estudos de Sociologia da Arte (CESA) e o Centro de Estudos da Religião (CER).

Nos anos 80, com a abertura política, surgem outros partidos e antigas alianças se reproduzem sob nova roupagem. Muitos cientistas sociais decidem deixar a cátedra para ingressar na política propriamente dita. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o que mais se beneficiou com essa nova atuação de nossos cientistas.

Simis (2007, p. 18) entende que “até os anos 80, a política cultural não se propôs como política pública e, nesse sentido, o que estava mais próximo de ser uma política cultural foram diretrizes conservadoras, de caráter clientelístico, por vezes pluralista e assistencial.”

O Ministério da Cultura foi criado em 1985, pelo Decreto 91.144 de 15 de março daquele ano. Reconhecia-se, assim, a autonomia e a importância desta área fundamental, até então tratada em conjunto com a educação.

A cultura é elemento fundamental e insubstituível na construção da própria identidade nacional. Cada vez mais, a cultura se destaca na economia brasileira, como fonte de geração crescente de empregos e renda.

Em 1990, por meio da Lei 8.028 de 12 de abril daquele ano, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992.

Em 1999, ocorreram transformações no Ministério da Cultura, com ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998.

2.3 POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO LULA

Inicia-se, a gestão Lula, em 2002, prosseguindo aos nossos dias atuais. Sua gestão é um divisor na história das políticas culturais no Brasil, trazendo para

estados e cidades demandas inéditas de trabalhos: encontros nacionais, editais, programas de cultura, viabilizando frentes de trabalho nas variadas linguagens artísticas, debates regionais e seminários, conferência nacional de cultura, implantação do Plano Nacional de Cultura, descentralização das ações, das unidades de administração e orçamento do Ministério da Cultura (MinC), parcerias e medidas transversais com traço de participação e cooperação de outros ministérios, entes federados e sociedade civil, impondo novo comportamento ao País. São seus Ministros: Gilberto Gil e Juca Ferreira.

Somente na gestão do ministro Gilberto Gil, passamos a ter uma política cultural cujo projeto acentua o binômio entre diversidade e desigualdade, desfazendo-se daquela exclusividade sobre a identidade nacional e a questão da diversidade foi assumida enquanto chave para a elaboração de uma política cultural diferenciada (SIMIS, 2007, p. 19).

Algumas experiências e iniciativas de capacitação e formação, nesse período são: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); Curso de Especialização em Gestão Cultural na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – MinC, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Secretaria da Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ), COMCultura-RJ; Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA – Centro Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT); Curso de Pós-Graduação de História Cultural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A capacitação de pessoal apto para atuar nas estruturas, pautar e coordenar as diretrizes de cultura, propor e executar programas e orçamentos, formulando e ampliando as políticas para além dos eventos ou pontuais e esporádicas produções.

A Constituição Federal de 1988 enfatiza o conceito de patrimônio cultural e estabelece a competência comum da União, Estados e Municípios na proteção do mesmo. Em 2003, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto.

Organizações Gestoras: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – a nível federal; IEPHA – a nível estadual; Secretaria Municipal da Cultura – a nível municipal.

No que concerne à gestão da Política Cultural, desde o início de 2005, a União, por intermédio do Ministério da Cultura, vem assinando protocolos de intenções com Estados e Municípios para a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Cerca de 2000 municípios e 21 estados já oficializaram ao Ministério da Cultura sua adesão ao Sistema.

Simis (2007, p. 19) enfatiza que apesar das dificuldades de articulação havidas dentro do próprio MinC, no atual governo Lula, verifica-se que a política cultural “buscou com afinco e clareza sua filiação à política pública. Assim a cultura vem progressivamente sendo concebida como direito também para uma massa anônima que, se não se beneficiava dela, é porque nem sabe que ela existe.”

No que compete ao Ministério da Cultura (MinC), existem programas e ações que estão sendo desenvolvidos com habilidade e competência. Dentre algumas de suas ações, destacamos duas principais. Uma, referente às questões de legislação, como a criação de leis, portarias, medidas provisórias, instruções normativas; e outra, ligada ao patrimônio material, como preservação de acervos, incentivo a pesquisas etc.

Tradições e culturas populares, afro-brasileiras, indígenas, cultura digital, rede cultural dos estudantes, dentre outras; Arte e Cultura: livros e leituras, bibliotecas, museus, mercado cinematográfico, artes, músicas, danças, festivais, prêmios científicos e literários, dentre outros. Atualmente, o patrimônio nacional sobrevive graças a algumas parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, além de contar com recurso de organizações mundiais como, por exemplo, o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID).

A Lei nº 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet de Incentivo à Cultural, criada pelo Ministério da Cultura, em 1991, permite à empresa que patrocinar obras de restauração, ou que queira financiar projetos culturais, poder deduzir em até 70% do valor investido, no imposto de renda devido. Esta lei é bastante vantajosa para as empresas patrocinadoras que, além dos benefícios fiscais, obtêm retorno através do marketing institucional.

Por assim dizer, este incentivo à cultura é formado por três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal (Mecenato) e o Fundo de

Investimento Cultural e Artístico (FICART). As instituições financeiras, as empresas de grande porte e as fundações geralmente atuam como patrocinadoras das obras. A lei possibilitou que muitos imóveis fossem restaurados. No entanto, isto não garante a preservação destes bens. Caso não haja manutenção, eles voltarão ao estado anterior de degradação.

O Fundo Nacional de Cultura destina recursos a projetos culturais por meio de empréstimos reembolsáveis ou através de cessão a fundo perdido. Por outro lado, temos o Programa de Intercâmbio, que possibilita o repasse de recursos para o custeio de transporte em viagens para a participação de eventos de natureza cultural a serem realizados no Brasil ou no exterior.

Simis (2007, p. 19) compreende que “é significativo que haja um progresso na produção de dados objetivos sobre o setor cultural, fundamental para se implementar uma política cultural e aferir seus resultados”. Cita exemplos como: os pontos de cultura e o SNC. Lembra, igualmente, do observatório internacional de economia da cultura (com sede no Brasil), que, segundo a autora, é um centro de referência de economia criativa. Abriga números, estudos, textos, canais interativos, informações e conhecimentos, todos referentes ao setor cultural.

Simis (2007) tem esperança que as interferências e ingerências nos assuntos culturais sejam mínimas, e que a proposta da diversidade cultural seja sempre a tônica, no entanto aguarda que a força da questão republicana dos direitos sociais não fique “assombreada”, conclui.

As mudanças, na Lei Rouanet, têm por objetivo reestruturar o Fundo Nacional da Cultura, diversificar as fontes de financiamento para projetos culturais e “democratizar a destinação dos recursos”. O projeto, no entanto, não se limita a estabelecer uma nova sistemática de incentivos fiscais. Vai muito além disso, no que parece ser mais uma tentativa de estabelecer o dirigismo cultural, na medida em que diminui a liberdade das empresas de selecionar os projetos em que querem investir e acrescenta uma espécie de “vale-cultura” – ao lado do tíquete-alimentação e do vale-transporte - ao pacote de benefícios trabalhistas existentes no País. Além disso, o projeto cria uma loteria, em parceria com a Caixa Econômica Federal e outras instituições financeiras, para incentivar atividades culturais.

Vale-cultura, no valor máximo de R\$ 50,00 mensais, poderá ser usado em cinema, teatro, shows e espetáculos culturais em geral. O trabalhador arcaria com 20% de seu custo, a União bancaria 30% e os 50% restantes seriam pagos pelas empresas. "Existe um *apartheid* cultural no Brasil e poucos têm acesso à cultura", afirma Juca Ferreira (2008) – Ministro da Cultura do Brasil. Foi Secretário Executivo do MinC na gestão do Ministro Gilberto Gil. Vale lembrar que 90% dos municípios não têm "espaços multiuso" e que 78% dos brasileiros jamais assistiram a um espetáculo de dança, 93% jamais foram a uma exposição de arte e 92% não frequentam museus e teatros. Para o ministro, as empresas que aceitarem bancar o vale-cultura estarão fazendo uma "parceria" com o governo.

Outro ponto polêmico na proposta do MinC diz respeito aos critérios de distribuição dos incentivos. A Lei Rouanet permite que projetos aprovados pela Comissão Nacional de Incentivos à Cultura recebam patrocínios de empresas, financiados com abatimento de parte do Imposto de Renda. As empresas têm liberdade de escolher, entre os projetos aprovados, os que pretendem financiar. Já a proposta do MinC limita essa prerrogativa e cria uma comissão com composição paritária entre governo e sociedade civil para definir faixas diferenciadas de incentivo.

O sistema de incentivo à cultura envolve um volume considerável de recursos. Sem contar o financiamento do setor pelo governo, a Lei Rouanet permitiu às empresas destinar R\$ 1,3 bilhão para projetos culturais, em 2009. É a partilha desses recursos que o MinC quer "democratizar" e descentralizar, com o objetivo de favorecer projetos culturais oriundos fora da Região Sudeste. Atualmente, 50% dos recursos públicos captados com base na Lei Rouanet ficam nas mãos de um seleto grupo de produtores culturais do eixo Rio-São Paulo.

A Petrobras, também envolvida na ação cultural e no mecenato, se empenha na defesa e valorização da cultura brasileira por meio de uma política de patrocínios de alcance social, articulada com as políticas públicas para o setor e focada na afirmação da identidade brasileira. A Petrobras, assim, busca contribuir para o fortalecimento das oportunidades de criação, produção, difusão e fruição da cultura brasileira, para a ampliação do acesso dos cidadãos aos bens culturais e para a formação de novas platéias, além de incentivar ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social de crianças e jovens.

Busca contribuir também para a permanente construção da memória cultural brasileira, consolidando o trabalho de resgate, recuperação, organização e registro do acervo material e imaterial da nossa cultura, priorizando aqueles em situação de risco, e buscando ampliar o acesso a esses acervos.

A Lei de Incentivo à Cultura é um mecanismo de renúncia fiscal com base no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que oferece descontos de até 80% do valor destinado a projetos culturais, limitando-se a dedução a 3% do valor mensal do imposto a ser pago. O incentivador participa, a título de contrapartida, com 20% do valor total do projeto, que poderá ser concedida em espécie ou mercadorias, serviços e cessão de uso de imóvel ao projeto.

Fundo de Cultura: Lei nº. 15.975/2006 (MINAS GERAIS, 2006):

Art. 1º – Estabelece a lei Normas de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que apoiem financeiramente a realização de projeto cultural no estado.

Art. 2º – Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – incentivador: o contribuinte tributário ou a pessoa jurídica que apóie financeiramente projeto cultural;

II – empreendedor: o promotor de projeto cultural.

Atualmente, a discussão sobre política cultural atinge outros universos. Iniciada na questão estética, ela avançou para propostas políticas, tornando-se um assunto obrigatório. Nesse sentido, tanto Mário de Andrade quanto Astrojildo Pereira foram pioneiros.

Conforme o artigo 15 de nossa Carta Magna, cabe ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e o apoio e o incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais. Ainda seguindo a Constituição Federal, temos, no artigo 216, que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

As Leis Estaduais de Incentivo à Cultura funcionam por meio de seus mecanismos próprios. A lei media a interlocução entre o empreendedor e o

incentivador, aproximando produtores, artistas, investidores e público, contribuindo para dinamizar e consolidar o mercado cultural. Os projetos são apresentados e analisados por comissões ou comitês técnicos de análises de projetos.

Essas leis têm como base o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Toda empresa que apoiar financeiramente um ou mais projetos culturais aprovados por comissões ou comitês técnicos de análises de projetos poderá deduzir do imposto devido até 80% do valor total destinado ao projeto.

Pode ser empreendedor cultural qualquer pessoa física ou jurídica comprovadamente estabelecida em um dos 26 Estados da federação ou no Distrito Federal há, pelo menos, um ano.

O que são os Fundos Estaduais de Cultura? Os Fundos Estaduais de Cultura (FEC) representam um importante instrumento de apoio à cultura nacional. Objetivam estimular o desenvolvimento cultural nas diversas regiões do país e dos estados. O empreendedor pode lançar mão desse fundo.

3 A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A POLÍTICA CULTURAL

De 1945 a 1964, vivenciamos no Brasil um breve período democrático. Poucos resultados das intervenções do estado brasileiro (exceto a organização do SPHAN e a criação do Ministério da Educação e da Cultura em 1953) no tocante às políticas culturais, mantendo ainda pontual distanciamento das cidades e estados da federação.

De 1964 a 1974, começa a haver uma ação direta de censura e dirigismo da cultura como instrumento – aliado do regime imposto. Ocorreu a criação do Conselho Federal de Cultura e de secretarias estaduais de Cultura.

No final da década de 70, ocorre a diminuição da violência do regime e derrotas nas eleições legislativas geram iniciativas e ações, como o Plano Nacional de Cultura e criação das organizações: Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Conselho Nacional de Cinema, RADIOBRÁS, Fundação Pró-Memória.

No início da década de 80, Aloísio Magalhães renova e cria importantes organismos na estrutura, preparando a casa para a instalação do futuro Ministério da Cultura: Centro de Referência Cultural, IPHAN e a Secretaria Nacional de Cultura do MEC, em 1981.

De 1985 a 1994, há uma ausência de política estatal em benefício aos interesses do mercado, instalação da chamada Lei de Incentivo a Cultura – Lei Sarney com duas reformas e mudança de nome para Lei Rouanet. Este foi o segundo secretário da gestão Collor, responsável pelo desmonte das estruturas do órgão e do próprio ministério que foi rebaixado à condição de secretaria mantendo os interesses do mercado. Foram dez titulares em dez anos de ministério.

De 1994 a 2002, na gestão Fernando Henrique, houve a celebração das leis de incentivos fiscais, onde o mercado dita as regras, e o governo libera o dinheiro sob renúncia fiscal, firmando-se na máxima de que a “Cultura é um bom negócio”.

Particularizando a questão, Luiza Erundina, enquanto a Prefeita de São Paulo obteve como destaques na sua gestão municipal de 1989 a 1992 algumas

ações importantes na área da educação com o “MOVA São Paulo” – Movimento que objetivava à alfabetização de adultos, sob o comando do educador Paulo Freire, como Secretário Municipal de Educação, contado com a assessoria direta de Moacir Gadotti. Nesse período, também, ocorreu, sob a coordenação de Marilena Chauí (então Secretária Municipal de Cultura de São Paulo) a ação “Cidadania Cultural – o direito à Cultura”, onde a cultura estava colocada como base fundamental do desenvolvimento e da democracia.

3.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade como "organização social" desde seu surgimento, no século XIII na Europa, sempre foi uma instituição social, isto é, teve seu fundamento no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturadas por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das ideias de formação, reflexão, criação e crítica.

Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como ideia reguladora, nem pôde furtar-se a responder a demandas oriundas fundamentalmente da sociedade à qual esteja ela vinculada.

Entende-se que a universidade, preconizada pelo novo humanismo e imposta pela revolução científica e tecnológica, deverá se consubstanciar na construção de uma sociedade estabelecida em novas relações de poder; que busque a transformação social, a partir de um compromisso histórico com as classes

dominadas, na busca de uma sociedade que possa expressar crenças e valores, sobretudo de liberdade e justiça, bem como o crescimento individual e coletivo.

Deve-se estabelecer aqui que, em qualquer sociedade, seja ela conservadora ou progressista, a educação superior constitui um bem cultural acessível a uma minoria e a universidade é privilégio de poucos. Contudo, embora nem todos cheguem aos bancos universitários, os interessados em modificar sua fisionomia tem em si o desafio de, a par da luta pela melhoria quantitativa e qualitativa do ensino superior, empenhar-se na defesa de uma universidade que possa beneficiar a maioria e não colabore no pacto da exclusão social dos despossuídos.

A educação superior brasileira iniciou-se, em sua fase moderna, em 1808, junto com o estado nacional. Se, no início, toda a educação superior brasileira era estatal, o regime republicano, instituído por liberais e positivistas em 1889, tem promovido em larga escala a crescente ampliação do setor privado.

Em 1808, houve a transferência da corte joanina para o Brasil, que introduziu, na colônia, a cultura portuguesa da época, resultante das influências do humanismo neoclassista francês (movimento cultural europeu, do século XVIII e parte do século XIX, que defende a retomada da arte antiga, especialmente greco-romana, considerada modelo de equilíbrio, clareza e proporção).

O movimento, de grande expressão na escultura, pintura e arquitetura, recusa a arte imediatamente anterior - o barroco e o rococó, associada ao excesso, à desmedida e aos detalhes ornamentais. Destinava-se a descrever a colônia por meio de estudos naturalistas, que recebiam o nome genérico de história natural: e destinava-se, ainda, a recrutar as classes intermediárias, intelectuais, dispostos a servir à corte e às classes dominantes.

Continuava sendo uma cultura alienada, ditada pelas formas européias, além de garantir o domínio do poder imperial. Apesar dos movimentos intelectuais e literários que tratavam de questões políticas e sociais no Brasil, a terra e a nação surgiram como objeto, como tema, nunca como pensamento crítico desenvolvido a partir das condições próprias da nação. Caracterizava uma forma de alienação, responsável pelo tardio desenvolvimento da ciência no Brasil.

Consubstancia-se, assim, a relação entre o poder público e a universidade. As duas últimas décadas têm se caracterizado por uma política de administração de crises. A solução para os problemas tem sido sempre imediatista, portanto não havendo uma definição explícita de uma política de longo prazo para o sistema de educação superior pública em nosso país.

Por conseguinte, a universidade brasileira tem vivido à mercê dos períodos de maior ou menor sensibilidade do governo à área social, ou do prestígio individual dos dirigentes educacionais. É oportuno lembrar que a universidade está em crise, basicamente, por ter uma estrutura de poder centralizadora, imobilista e conservadora. Existe certo descompromisso em fazer valer determinados interesses fundamentais à sociedade, bem como a incompetência de determinados profissionais que nela trabalham.

Ao contrário do que aconteceu nos países hispano-americanos, nos quais a instituição universitária existia já no século XVI, o ensino superior brasileiro só conheceu iniciativas concretas de criação de universidades, no início do século XX e apenas em 1920 foi criada a Universidade do Brasil, a primeira que se firmou no Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1934 nasce a Universidade de São Paulo (USP), em 1941 criam-se as Pontifícias Universidades Católicas: do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e de São Paulo (PUC-SP).

Recuperar a credibilidade da instituição universitária é uma tarefa difícil e exige tempo. Exige que se penetre na instituição e se examinem concretamente quais são as saídas face às dificuldades e aos problemas existentes. Exige que se questione de forma consequente a sua função na produção e disseminação do conhecimento e sua competência para formar profissionais, procurando-se alternativas, estabelecendo-se prioridades numa política de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão voltada para a realidade regional e nacional.

A questão do poder na universidade apresenta-se ligada às questões da autonomia e da democratização interna da instituição. Para que a universidade possa usufruir de autonomia, necessário se faz que haja uma diminuição dos controles burocratizantes sobre a mesma, adotando-se um comportamento independente e ousado para empreender as reformas necessárias, com a

mobilização autônoma dos recursos disponíveis, bem como obedecer aos critérios internos de tomada de decisões e submetendo-se a constantes fiscalizações pelos diversos meios de avaliação.

A atual crise vivenciada mundialmente pode-se dizer que é sistêmica e estrutural. Ela passou a contaminar o tecido produtivo generalizadamente, com efeitos sociais e políticos sem paralelo, pelo menos nas últimas sete décadas, e ainda não plenamente conhecidos. O agravamento da crise do capital globalizado neste início do século XXI torna mais claro o anacronismo das ideias-forças atualmente existentes para a implantação de um novo projeto de sociedade.

Neste começo do século XXI, quando se conforma a sociedade pós-industrial que tem acima de 70% das ocupações envolvidas com atividades intangíveis, a produtividade que mais cresce é a aquela que decorre do trabalho imaterial. A concentração dessa nova e imensa riqueza em poucas mãos é que potencializa a grave crise do capital globalizado.

Com a hegemonização do capital globalizado, fundamentou-se uma nova casta política e econômica mundialmente privilegiada que se beneficiou dos ganhos do financiamento da riqueza em escala planetária. O Estado se transformou cada vez mais no mero reprodutor das ações internas voltadas à regulação competitiva dos capitais e às políticas sociais cada vez mais distantes do seu caráter universal, com ações marcadamente assistenciais e focalizadas para o restrito grupo social extremamente pobre.

Por assim dizer, constata-se que esse contexto terminou sendo responsável por sinais de retrocesso nas estruturas sociais que anteriormente fundamentavam as lutas sociais durante o período de desenvolvimento fordista, a partir do século XX. Assim, ao invés das oportunidades do novo, as resistências neoliberais impuseram, inclusive, o retrocesso à velha agenda civilizatória que fora construída por significativas lutas sociais a partir do final do século XIX.

Atualmente, uma nova agenda civilizatória permite ser defendida a partir da construção de uma maioria política articulada pela coalizão interclasses sociais, capaz de compreender – no plano nacional – a reunião desde as famílias de maior renda plenamente incluídas no atual padrão de produção e consumo até os

segmentos extremamente miseráveis da população, geralmente pouco incluídos pelas políticas sociais tradicionais.

A ênfase na construção dessa agenda deve ser perseguida, pois é ela que poderá permitir a reconstrução da sociabilidade perdida, bem como liberar o homem do trabalho excessivo no contexto das exigências da sociedade pós-industrial. Ou seja, o ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos, a educação para o longo da vida, às 12 horas semanais no local de trabalho e a expansão de atividades ocupacionais socialmente úteis à sociabilidade.

A emergência desse novo tipo de aliança política poderia fortalecer o conjunto dos estratos sociais de baixa renda e de nível médio de organização, geralmente, integrados por alguma forma de organização e que expressem resistências à condução neoliberal do projeto de sociedade dos ricos e poderosos. De certa forma, isso refletiria maior ênfase na disputa em torno da reorientação do fundo público comprometido com a improdutividade do circuito da financeirização da riqueza para a conformação de uma nova agenda civilizatória consonante com as exigências da sociedade pós-industrial.

Sem resolver o problema da desigualdade crescente da renda e riqueza, a nova polarização entre ricos e pobres tende a ser acomodada por medidas funcionais simultaneamente à pobreza e à riqueza. Mas isso, contudo, está sendo prejudicado pelo aprofundamento da crise do capital globalizado. Por isso que o fundo público originado pela luta política dos segmentos sociais mais organizados deve ser reformulado e novamente vinculado às receitas originárias, permitindo favorecer tanto a progressividade na tributação sobre a renda dos ricos como a universalidade da proteção social (gasto com saúde, educação, pleno emprego e assistência social).

Mesmo que a convergência entre segmentos tão heterogêneos seja de difícil viabilidade política, isso não significa, necessariamente, sua impossibilidade prática num ambiente tão hostil à organização regulada do capital produtivo e à estruturação de políticas universais de proteção social. Uma nova maioria política com esses propósitos parece estar em construção, já presente em algumas escalas localizadas, especialmente quando se trata de observar evidências de

viabilização de políticas públicas compromissadas com a emancipação social, política e econômica.

A base material necessária à sustentação desse novo patamar civilizatório global já existe, tendo em vista o crescente ganho de produtividade oriundo do capitalismo pós-industrial deste começo do século XXI. Para isso, o fundo público tornou-se o caminho para que se promova a repartição de renda entre os detentores dos direitos da riqueza financeirizada e os dependentes das políticas sociais nacionais com foco assistencial. O choque redistributivo e o apoio ao desenvolvimento socioeconômico sustentável encontram oposição, apontando, cada vez mais, para o novo sentido das disputas entre progressistas e conservadores.

A ação pública precisa ser revigorada, sendo necessário o restabelecimento do Estado em novas bases. A concepção do Estado funcional que responda aos diversos setores das ações públicas, geralmente desarticuladas, quando não competitivas entre si, encontra-se ultrapassada. Com o trabalho imaterial sendo efetuado cada vez mais fora do seu local tradicional, não há razão técnica que justifique as longas jornadas oficiais de trabalho do século XX, pois do contrário o cidadão permanece plugado no trabalho heterônomo quase 24 horas por dia.

Aumentar o tempo livre requer financiamento público, como viabilizar condições que propiciem ao trabalhador situações em que ele possa ser tratado das novas doenças profissionais. Enfim, há oportunidade para que tudo isso possa e deva ser feito nos dias atuais.

O Estado brasileiro precisa promover políticas efetivas que garantam o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior, expandindo as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) para regiões que careçam de oferta de vagas no ensino superior. Enfrentando, assim, o desafio da inclusão social, porém buscando preservar a qualidade da educação.

A qualidade é fator indispensável para a garantia do papel social e político da educação e a universidade pública deve constituir-se em elemento de referência. A abertura de faculdades, centros universitários e universidades no Brasil nos últimos anos, nem sempre veio acompanhada da devida avaliação e preocupação

com a qualidade do ensino, evidenciando uma fragilidade da capacidade de supervisão e regulamentação do Estado.

Em virtude disso, as garantias de bem estar – educação, saúde, aposentadoria, assistenciais, entre outras - deixaram de dizer respeito quase que exclusivamente aos proprietários privados portadores de condições próprias de financiamento. A transformação de Estado liberal passou pela ampliação do fundo público que somente equivalia a menos de 10% do total do excedente econômico. A substituição do Estado Liberal pelo Estado de Bem Estar Social implicou a conformação de fundo público, representando cerca de 30 a 45% do excedente econômico para sustentar a agenda civilizatória da sociedade industrial.

O enfrentamento de crises nas sociedades contemporâneas deve visar uma profunda transformação da propriedade em favor de todos, especialmente as decorrentes das propriedades financeiras e intelectuais. Impõem-se, assim, exigências como educação para toda a vida, ou seja, educação permanente. Para educação de vida toda, em que o exercício do trabalho pode ser realizado em qualquer lugar, isto é, em casa, em logradouro público, ou em outros locais, deixa de ser funcional a arcaica e rígida divisão fordista da atividade do trabalho com inatividade do estudo, pois o trabalho material é realizado fundamentalmente no local próprio de trabalho: fábrica, escritório, laboratório, ou em outros locais.

As universidades precisam enfrentar contemporaneamente três grandes áreas de ajustes relacionados, quais sejam: crescimento/expansão, mudanças nos enfoques acadêmicos e envolvimento na vida da sociedade. Com efeito, da mesma forma que a universidade deve se voltar e se preocupar com criação ou produção do conhecimento, a busca do saber socialmente bem construído, necessita também pensar em como se disseminar, competentemente, esses conhecimentos. Tem de assumir concretamente que a socialização do conhecimento, por ela produzido, não é só um dever, mas um fator determinante ao se pretender uma universidade verdadeiramente democrática.

Os dados atuais sobre a educação superior brasileira, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) do Ministério da Educação (MEC), indicam que apenas 10% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão

cursando o ensino superior, número bem abaixo da Argentina, que tem 32%, dos Estados Unidos, com 50%, e do Canadá, com 62%. O Plano Nacional de Educação (PNE: 2001 - 2010) prevê uma taxa de escolarização de 30% da população.

Aliada à democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, deve-se construir de maneira participativa um projeto de educação de qualidade social, que promova o exercício pleno da cidadania. Esse projeto deve estar profundamente inserido na sociedade civil e com uma gestão democrática e participativa, as universidades e as instituições públicas e privadas devem produzir uma forma diferenciada de organização que dê sustentação para os desafios presentes e futuros do ensino superior em nosso país.

Enfim, verifica-se que a universidade precisa ser reinventada, e terá que deixar de ser um mero conjunto de edificações ou um círculo de saberes, para se tornar uma congregação de pessoas. Para que a Universidade contribua com o fim do sistema social de apatuação é preciso que ela, antes, extirpe as desigualdades de seu interior.

A revolução democrática seria definida como um processo de acúmulo de forças na perspectiva de construir reformas no sistema econômico, político, e social por meio da ampliação da democratização do Estado brasileiro. Assim, são tarefas da revolução democrática a reforma agrária, a republicanização da economia brasileira, a ampliação da comunicação pública e estatal, a reforma no sistema político, um novo pacto de direitos que extinga mazelas sociais como a fome e o analfabetismo e a eliminação de qualquer discriminação por gênero, orientação sexual, cor ou etnia.

Vale ressaltar que a revolução democrática não se limita à chegada à institucionalidade, pelo contrário, ela surge como resposta aos seus dilemas e contradições. O processo de transformação ocorre também por meio da mobilização dos movimentos sociais e dos partidos políticos, pressionando o Estado por reformas estruturais de fora para dentro. Daí a importância da sociedade civil organizada incorporar o sentido da revolução democrática.

3.2 O PAPEL DA CULTURA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

As lutas sociais e políticas dos últimos séculos, assim como a conquista da educação e da cultura como direitos, acarretaram que a universidade tornou-se, também, uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como ideia reguladora, nem pôde furtar-se a responder a demandas oriundas fundamentalmente da sociedade a qual esteja ela vinculada.

Na percepção individual ou coletiva da identidade, a cultura exerce um papel principal para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano.

Para Santos (2001a), o conhecimento e o saber se renovam através do choque de culturas, sendo a produção de novos conhecimentos e técnicas – produto direto da interposição de culturas diferenciadas – com o somatório daquilo que anteriormente existia. O estudioso Santos (2001a) afirma que a globalização que se verificava já em fins do século XX tenderia a uniformizar os grupos culturais, e logicamente uma das consequências seria o fim da produção cultural, enquanto geradora de novas técnicas e sua geração original. Isto refletiria, ainda, na perda de identidade, primeiro das coletividades, podendo ir até ao plano individual.

A cultura deixou de ser direito universal para se tornar privilégio de poucos. O que seria teoricamente ampliado a todos pela massificação cultural, na prática, funciona de uma maneira mais perversa: por separar os bens culturais pelo valor de mercado, uma elite cultural consome o que há de melhor, enquanto o povo recebe algo sem qualidade, massificado, sem identidade. Isto introduz uma divisão social na arte, pobres e ricos em lados opostos. Chauí (2003) diz que é ilusório afirmar que todos têm acesso à cultura, pois a divulgação cultural pré-seleciona, por horários e por público-alvo, o que cada um pode e deve ouvir, ver e ler.

A Revolução Industrial trouxe profundas transformações na sociedade com o aparecimento de uma nova classe: o operariado. Com a industrialização, a concentração urbana e uma maior comunicação, as coisas começaram a mudar.

Sugiram os movimentos operários. A princípio, limitava-se a exigências de caráter econômico - melhores salários e condições de trabalho, posteriormente passaram a exigir novas formas de organização, bem como maior compreensão política da realidade. Aqui, começa-se a dar maior importância ao valor da cultura como instrumento de transformação social.

A prática da política cultural nasceu com a ideia do socialismo e do movimento operário. Foram três os momentos revolucionários significativos socialistas, ocorridos respectivamente na Rússia (1919), China (1949) e Cuba (1959). Esses países fecharam as portas comerciais e políticas para o mundo acreditando que com seus próprios esforços poderiam se desenvolver.

Na Rússia, o secretário de Stalin para questões artísticas desenvolveu uma política, cuja teorização desembocou no "Realismo Socialista", que sugeriu uma nova concepção de arte, em que os artistas deveriam criar suas obras dentro de certos esquemas. Os soviéticos criaram até uma fábula para explicar o fenômeno. Vários artistas e pensadores polemizaram sobre o caráter transformador da arte e da cultura. Entre eles destacam-se: Maiakovski, Brecht, Gramsci, Lukacs dentre outros.

Na China, por exemplo, o movimento partiu da guerrilha rural, na chamada "grande marcha", liderada por Mao Tsé-Tung, que, ao ocupar os territórios, socializava a produção, ganhando o apoio popular e consolidando posições. A Revolução Cubana, por sua vez, tocou o coração de todos que apostavam em transformações que pusessem fim ao subdesenvolvimento e ao atraso cultural latino-americano. A cultura, nesses casos, foi um pretexto para promover e fortalecer o poder de seus governantes.

Para que se chegue ao "pós", necessita-se que se compreenda a "modernidade". O projeto sociocultural da modernidade constituiu-se entre o século XVI e finais do século XVIII. Coincide, portanto, com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante. Segundo Santos (2001b), "não é fácil periodizar o processo histórico deste desenvolvimento pelas realidades distintas entre os países". Na modernidade, as condições nacionais eram determinantes à realidade.

Apesar disso, são identificadas três fases distintas: a primeira - século XIX – capitalismo liberal; a segunda – final do século XIX – capitalismo

organizado; e a terceira – final da década de 60 – capitalismo financeiro. Este desenvolvimento do capitalismo e sua pujança produziram dois efeitos complementares como afirma Santos (2001b). Por um lado, esgotou o projeto de modernidade: por outro, continua “alimentando” esse esgotamento e se perpetua nele. Este contexto aponta que a relação entre o moderno e o pós-moderno é contraditória. Não é de ruptura como querem alguns, nem de uma linear continuidade como querem outros. É uma situação de transição em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade. Alcançam-se então uma época de múltiplas identidades, baseadas em valores subjetivos como a “autonomia” e num paradigma efêmero.

Não há uma fronteira estabelecida entre estes dois momentos, movimentos, espaços. Temos pessoas vivendo nos “paradigmas” do que podemos chamar de pós-modernidade, modernidade e pré-modernidade. E não se trata, aqui, de fazer julgamentos do que é melhor, ou de mostrar que temos pessoas mais ou menos “desenvolvidas”. Trata-se, sim, de constatar estas mudanças que interferem em diferentes dimensões e nos colocam diante de uma profunda transformação cronológica e quem sabe até numa perspectiva paradigmática de crise civilizacional.

Há influências em dimensões centrais da sociedade como cultura, identidade, valores, sentido da existência, dentre outros. Há, ainda, uma crise de identidade maior do que houve na modernidade. Esta crise de identidade se manifesta na dimensão individual (humanística) e coletiva (identidades nacionais).

A identidade, ou a falta dela, muda as perspectivas e nas relações do homem com uma série de “fundamentos” da sua vida: trabalho, política, nacionalidade, meio ambiente, sentido da vida etc. Há um descentramento do sujeito em si e em relação às dimensões apontadas. Na modernidade, o homem busca centrar sua identidade em si mesmo, em questões nacionalistas, em trajetórias um pouco mais estáveis, com perspectivas mais estáveis.

A pós-modernidade traz o descentramento do homem, do sujeito; traz identidades híbridas, locais e globais, efêmeras sobre tudo. É a cultura do efêmero, da destruição criativa, do “tudo que é sólido se desfaz no ar”.

A cultura pós-moderna é a cultura placentária que cultiva o que gosta e o que agrada (no momento), à margem do costume, do oficial ou do socialmente estabelecido. Portanto, a pós-modernidade tem como marca a contradição: a autonomia versus a dependência; o vínculo versus a superficialidade das ações e seus sentidos; a racionalidade versus a transcendência; o material versus o imaterial.

O passado-futuro versus o presente; os projetos coletivos versus a personalização dos espaços; a crise versus a possibilidade. Observando estes valores que embasam a cultura pós-moderna e a identidade neste contexto é que se sugere o filme “O que você faria?”.

Este fator influencia diretamente questões de quem são os amigos e inimigos, quais são as causas sociais, o que é e/ou quem é esquerda e direita, como lidar com o trabalho, no quê e por quê me engajo etc. Questiona-se cada vez mais a necessidade e a possibilidade de uma identidade totalizante (de classe, de povo, de esquerda-direita).

Na modernidade, mesmo havendo a tensão da identidade entre o individual e o coletivo, ela está mais vinculada ao coletivo, a alguns vínculos como o étnico, o religioso, o vínculo de classe, dentre outros (SANTOS, 2001b). Nenhum deste vínculo parece dar conta de uma “identidade maior” na pós-modernidade. Há um processo de descontextualização da(s) identidade(s).

Forma-se um não vínculo, um vazio do sujeito, que leva à necessidade de repensar os vínculos: declínio da política de classe e partidária, do estado-nação. No entender de Santos (2001b), é uma fase de transição onde a marca da identidade é a contradição e o vazio do sujeito. Este sujeito é capaz de ser solidário em uma doação, no trabalho voluntário e, ao mesmo tempo, não se incomodar com a pobreza extrema. É capaz de ter consciência ecológica, mas agredir a natureza em nome da sua “qualidade de vida”.

Historicamente, a sociedade pareceu “presa” às grandes corporações que regulam o mercado ou ao socialismo de Estado (SENNETT, 2008). Segundo o autor, “o reinado socialista dos planos quinquenais e do controle econômico centralizado acabou. E também se foi a corporação capitalista que proporcionava empregos vitalícios, fornecendo os mesmos produtos ano após ano”.

Então, nos vimos livres (na pós-modernidade) para estabelecer novos vínculos, novos valores, novas identidades, novas comunidades. Será? Sim e não! Como vimos, o contexto pós-moderno trouxe à cultura, à identidade, à vida das pessoas um sentimento e uma realidade fragmentada.

Como valor presente, hoje, está a possibilidade de eu me vincular e desvincular às coisas, aos movimentos, às pessoas e aos sentimentos, de forma muito rápida e “mais ou menos autônoma”. Esta cultura pós-moderna trouxe, ainda, a visão do presente em detrimento da visão do passado/futuro, o que dificulta qualquer projeto de prazo maior, inclusive a questão da transcendência e da nossa missão na Terra.

Assim, abrem-se possibilidades para uma cultura de valores frágeis e efêmeros, onde o papel da mídia, por exemplo, passa a ser muito importante, se não decisivo. A cultura do novo capitalismo, adaptada a este contexto pós-moderno nos ajuda a entender os (novos) valores desta época em que vivemos. Mas qual é a cultura e os valores capazes de permitir que o ser humano viva (ou sobreviva) em condições sociais e culturais instáveis e fragmentárias?

É uma cultura que baseia seus valores e práticas em três dimensões principais:

- a) Tempo/Prazo: como manter relações, identidades, cultivar valores, numa realidade onde impera a cultura o valor do “curto prazo”, o efêmero? O indivíduo precisa construir valores e sentidos que o permitam improvisar, a qualquer momento, a narrativa da sua própria vida. É quase que o não valor, o não sentido, do valor efêmero e do não vínculo a mim mesmo e às minhas coisas e trajetórias;
- b) Talento/Utilidade (não utilitarismo): como valorizar e respeitar as diferenças, os diferentes talentos e contribuições em uma cultura onde a vida útil de quase tudo e todos tende a ser cada vez mais curta? Onde a tecnologia e a ciência invalidam e criam – renovam capacitações a todo momento. Até onde esta renovação destrói e cria valores e identidades. O talento é uma questão de cultura. Ou seja, temos hoje a cultura baseada em valores de

“destruição criativa”. É “normal” destruir produtos, pessoas, valores, capacidades, o meio ambiente, etc.

- c) Não vinculação/superficialidade: os valores e bases culturais descritas anteriormente fazem com que seja cada vez mais difícil a vinculação, seja ela ao passado, ao meu trabalho, a um projeto político, a uma questão religiosa, ao meio onde vivo.

Assim, perde-se aos poucos o valor do sentido, da significação da relação com as coisas, com as pessoas, com os gestos, com as ações. Perde-se o valor reflexivo de tudo isso – “valor da superficialidade”. Estabelecemos hoje, em função dos novos valores e da cultura do novo capitalismo, muito mais transações do que relações. Resumindo e sistematizando, temos uma cultura e valores na pós-modernidade que incentivam (geram): a efemeridade, a fragilidade e a superficialidade dos vínculos com tudo e todos.

E neste contexto que somos desafiados a pensar a cidadania, os direitos, o coletivo, a cultura, os valores, a religião e a economia, num paradigma muito mais de multidão do que de povo, de classe, de unidade. Esta cultura do novo capitalismo, os valores apresentados, a multidão, podem nos levar a superação da crise ou seu aprofundamento. O certo é que nos deixaram num paradigma de crise civilizacional.

3.3 A UNIVERSIDADE PENSA O BRASIL: UNIVERSIDADE, ARTE E CULTURA (I FÓRUM DE CULTURA DA UFBA EM AGOSTO DE 2003)

Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projeto de desenvolvimento. Segundo a Declaração Universal da Diversidade Cultural, os indivíduos e grupos devem ter garantidas as condições de criar e difundir suas expressões culturais; o direito à educação e à formação de qualidade que respeite sua identidade cultural; a possibilidade de participar da vida cultural de sua preferência e exercer e fruir suas próprias práticas culturais, desde que respeitados os limites dos direitos humanos. O

direito à diferença, e à construção individual e coletiva das identidades através das expressões culturais é elemento fundamental da promoção de uma cultura de paz.

A UNIFAP, desde o seu surgimento, sempre estabeleceu parcerias com o Governo do Estado e, à época, na gestão do Prof. Brazão e do Governador Waldez Góes, demonstraram cada vez mais a necessidade de compromissos das instituições públicas para com o desenvolvimento do Estado do Amapá. Esses parceiros vivenciaram, também, a preocupação com a melhoria qualitativa do padrão de vida da sociedade amapaense, para que haja, verdadeiramente, justiça social, posto que vivemos em um estado democrático com direitos e deveres constitucionalmente garantidos.

Exatamente no dia 13 de agosto de 2003, uma quinta-feira, na condição de Vice-Reitor, no exercício da Reitoria da UNIFAP, tive a oportunidade de participar, na cidade de Salvador, na Bahia, do I Fórum “A Universidade pensa o Brasil: Universidade, Arte e Cultura”, uma realização da Universidade Federal da Bahia (UFBA), contando com o apoio do Ministério da Cultura e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), minhas manifestações estão registradas às pp. 62 e 63 do documento síntese desse evento publicado pela UFBA em dezembro de 2003.

O Fórum contou com as presenças do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, do Secretário Executivo do MinC, Juca Ferreira, atual Ministro da Cultura do Brasil, da Presidente da ANDIFES e Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Wrana Panizzi, do Reitor da UFBA Naomar de Almeida Filho, da Escritora Paloma Amado, ex-Subsecretária de Desenvolvimento Cultural do Ministério da Educação (MEC). A Coordenação do Fórum ficou a cargo de Paulo Dourado e como produto do mesmo houve uma publicação das memórias do Fórum feita em dezembro do mesmo ano pela editora da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, sob o registro ISBN 85-890-6005-5.

O Fórum Universidade Pensa Brasil: Universidade, Arte e Cultura – promovido pela Universidade Federal da Bahia e situado no âmbito das atividades da área temática de Cultura do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Associação Nacional de Dirigentes de

Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) – apresentou aos ministérios da Educação e da Cultura as considerações, disposições e proposições, dispostas em um documento intitulado: Universidade pensa o Brasil registradas a seguir. Algumas considerações:

1. Um dos desafios da sociedade brasileira, atualmente, é a constituição de um sistema cultural democrático, descentralizado e acessível, que fermente, difunda e preserve a produção cultural, respeitando e valorizando a ampla diversidade de manifestações, e promovendo a inclusão dos mais diferentes setores da população brasileira;
2. As universidades públicas do sistema federal de ensino superior, além da produção de cultura, do estudo crítico e da formação de quadros, têm assumido a responsabilidade de estimular a criação experimental, preservar o patrimônio simbólico, criar novos espaços e ampliar a formação do público, de modo que os valores tradicionais e contemporâneos sejam conhecidos e incorporados, sobretudo, pelas novas gerações e pelos historicamente excluídos. Ressalta-se, nesse contexto, toda experiência construída pelas IFES, através de seus museus, centros culturais, espaços de ciência e tecnologia, eventos e programas permanentes de cultura e ação na preservação e difusão dos bens intangíveis de cultura, cujo raio de ação se expande na ampla área de sua influência local e regional, nacional e internacional³;
3. Vale ressaltar que a promoção de políticas e práticas culturais, quando empreendida por instituições universitárias do sistema público, inclui necessariamente, entre os seus conceitos orientados, o da indissociabilidade entre educação, arte e cultura, solidariamente consideradas como instrumento global de conhecimento crítico, transformador da realidade;
4. Dessa forma, essas instituições constituem-se protagonistas qualificadas no processo de descentralização e ampliação do sistema cultural. Como tal, devem ser integradas à política cultural nacional e incluídas nas propostas governamentais da área da arte e da cultura, pela sua experiência e

³ ver Marco Referencial em: <http://www.renex.org.br>.

capacidade de concretizar e potencializar ações efetivas em âmbito local e em rede nacional;

5. Durante os últimos 15 anos, entretanto, o contexto de produção cultural das IFES vem sendo afetado por inúmeros fatores que comprometem o papel propositivo, inovador e realizador das universidades públicas na área de arte e cultura, pois todos os setores que detêm essa produção vêm funcionando em situação precária, quando não são desativados por força da falta de apoio oficial, com prejuízo considerável à arte e à cultura nacionais.

A respeito das **disposições** do Sistema Federal de Educação Superior, com a presença de seus dirigentes e coordenadores da área da cultural, disponibiliza-se, através deste documento, a agregar seu patrimônio, sua experiência e seu potencial de ação aos esforços do governo federal, no sentido de: colocar à disposição sua estrutura de espaço e pessoal para apoiar e articular, regionalmente, ações do Ministério da Cultura; e oferecer a produção artística e os equipamentos culturais das IFES no apoio aos grandes programas sociais do governo federal, tais como Brasil Alfabetizado, Fome Zero, Reforma Agrária e outros.

Quanto às proposições, a ANDIFES considera de extrema relevância, neste momento, a criação de mecanismos de articulação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação que permitam a efetiva aproximação entre cultura e educação, de modo a potencializar a ação de ambos nos seus âmbitos de atuação e a inserir as IFES no esforço integrado de promoção da arte e da cultura nacionais. Para isso, propõem a constituição de um grupo de trabalho composto por representantes das IFES, do MEC e do MinC para análise, ampliação, detalhamento e operacionalização das propostas a seguir apresentadas:

1. Previsão de dotação orçamentária, através de mecanismos especiais, para manutenção e expansão de equipamentos, projetos e produtos culturais IFES, bem como inclusão, no Plano Plurianual, de recursos destinados ao desenvolvimento de programas e projetos artístico-culturais das universidades públicas;
2. Inclusão, no Plano de Cargos e Salários, de funções e vagas específicas para a área de arte e cultura;

3. Lançamento de editais de apoio a programas e projetos no âmbito de ensino, pesquisa e extensão das áreas de arte e cultura das IFES;
4. Instituição de um programa de recuperação física, dotação, modernização e manutenção de recursos técnicos dos equipamentos culturais IFES;
5. Destinação, quando da revisão da Lei Rouanet, de 50% dos recursos da renúncia fiscal ao FNAC, priorizando-se projetos das IFES na distribuição desses recursos;
6. Referendo do MinC e do MEC a programas de arte e cultura das IFES, quando encaminhamos para apreciação pelo Conselho das Estatais (Petrobras, BR distribuidora, Banco do Brasil – BB, Caixa Econômica Federal – CEF, Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES etc.), frente às dificuldades de captação de recursos junto a essas empresas;
7. Constituição de um circuito cultural entre as diversas universidades públicas brasileiras, com apoio para circulação e intercâmbio, realização de concursos, premiações e concessão de bolsas de estudo, nas áreas de arte e cultura;
8. Revitalização e consolidação de grupos artísticos ou núcleos de criação, bem como de festivais e mostras de arte já existentes;
9. Apoio à criação, nas IFES, de cursos de capacitação técnica de recursos humanos para atuação em eventos, projetos e equipamentos culturais, assim como de graduação e pós-graduação nas áreas de arte e cultura;
10. Apoio para a elaboração de um inventário geral e histórico de toda a produção artística e cultural das IFES, com atualização anual, a exemplo da Plataforma Lattes;
11. Construção de um *site* específico na Rede Nacional de Extensão, alimentado com todos os dados produzidos neste Fórum, mantendo e gerenciando uma lista de discussão.

Finalmente, a ANDIFES entregou esse documento ao excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura, Gilberto Gil, no dia 14 de agosto de 2003, na Cidade do Salvador, Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. Como o Ministro da Educação não esteve presente no Fórum, o ministro havia confirmado presença, anteriormente, o documento lhe foi entregue pela presidência da ANDIFES em audiência em Brasília-DF, no final do mês de agosto de 2003. Solicitando posicionamento de ambos ministros quanto à sua operacionalização.

Subscreveram o documento: “A universidade pensa o Brasil: universidade, arte e cultural” o professor Naomar de Almeida Filho, Reitor da Universidade Federal da Bahia; a professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, presidenta, em exercício, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a professora Wrana Panizzi, presidenta da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

A Universidade Federal do Amapá esteve representada no Fórum pelo professor João Nascimento Borges Filho, Vice-Reitor no exercício da Reitoria da UNIFAP. Na apresentação da UNIFAP foram listadas algumas atividades artísticas e culturais que estavam à época vinculadas à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), ao Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis (DACE), hoje Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), e a Coordenação/Colegiado do Curso de Artes, que são os órgãos responsáveis pela definição das políticas para os setores artístico-culturais da universidade.

Dentre as realizações importantes no entender da UNIFAP destacam-se: apresentações artístico-culturais no *Campus* Marco Zero do Equador; exposições de artes plásticas no *hall* da Biblioteca Central da UNIFAP; *shows* artísticos com representantes da música nacional e/ou regional no Ginásio de Esportes da UNIFAP; Festival Universitário da Canção; intercâmbios e/ou parcerias para a viabilização de eventos entre a UNIFAP com outros órgãos governamentais e não-governamentais; apoios da Fundação de Apoio a Pesquisa e a Cultura da Universidade Federal do Amapá e do Estado do Amapá (FUNDAP) e Fundação Estadual de Cultura do Amapá (FUNDECAP); Projeto Botequim – Serviço Social do Comércio do Amapá (SESC/AP) iniciou como atividade cultural dos acadêmicos e docentes da UNIFAP, foi posteriormente encampado pelo SESC/AP, o projeto artístico-musical acontece toda terça-feira às 21h no SESC do Araxá; Projeto Cinema da Academia – Pólo Universitário Equinócio.

No que diz respeito a equipamentos culturais são grandes as carências. Temos apenas um Laboratório de Artes Visuais; o Teatro Universitário estava em fase de conclusão, hoje está concluído. Foi denominado, posteriormente, de Auditório Multiuso; ainda não conseguimos implementar o Coral Universitário e um Grupo de Teatro Estudantil, justamente por falta de recursos econômico-financeiros.

Quanto ao quadro de pessoal e qualificação, dentro do Curso de Artes Visuais da UNIFAP, o corpo docente está buscando sua qualificação. Temos alguns mestres, três docentes com doutorado e um com pós-doutorado.

No que se refere às atividades artísticas e culturais permanentes. Nesse item estamos encaminhando ações para termos a implementação do Coral Universitário e de outros projetos. A UNIFAP tem, apenas, 19 (dezenove) anos de existência e temos o menor quadro de pessoal docente, discente, técnico e o menor orçamento dentre as universidades federais do país.

Em se tratando de deficiências, constatamos que não há recursos para projetos artístico-culturais, posto que não temos contemplado no orçamento da UNIFAP destinação financeira específica para eventos nesse setor.

Propomos que os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC) possam apoiar com “incentivos”, dotações e parcerias, com recursos públicos e/ou privados para as universidades menores poderem implementar efetivas ações nas áreas artístico-culturais.

Coincidências acontecem. O professor João Brazão da Silva Neto foi o primeiro Reitor da UNIFAP a possuir mandato político de quatro anos (junho de 2002 a julho de 2006). Foi eleito, democraticamente, pela comunidade universitária. Estive, nesse período, na condição de Pró-Reitor de Ensino de Graduação por seis meses e em seguida Vice-Reitor da UNIFAP. Seu sucessor, o professor Doutor José Carlos Tavares Carvalho (julho de 2006 a julho de 2010) deu prosseguimento à administração anterior, da qual foi Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, no final da gestão.

O Seminário Cultural da Amazônia foi preparatório para o Fórum Cultural Mundial. Aconteceu no Centro de Convenções Tancredo Neves, em Belém-PA, no período de 09 a 14 de março de 2004. Presidiu o Seminário, o Músico Nilson Chaves. Participaram as delegações de todos os Estados da Amazônia, no entanto a delegação do Estado do Amapá, com o apoio cultural do governo do estado, através da FUNDECAP fez a locação de um navio e participou com a maior delegação no evento, e com representatividade de todos os seguintes culturais, com destaques para apresentações do marabaixo, música, dança, artes plásticas, literatura, artesanato e gastronomia amapaenses.

No ano de 2004, aconteceu o Fórum Cultural Mundial Brasil, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, no período de 30 de junho a 03 de julho de 2004. O Presidente do Conselho Diretor do Fórum Cultural Mundial foi Danilo Santos de Miranda. O representante da UNIFAP (o Vice-Reitor a época) participou das seguintes conferências:

Cultura e Desenvolvimento: Partilhando Responsabilidades; Identidade e Autonomia: Desenhando Novas Cartografias; Conhecimento, Educação e Solidariedade: Dimensões Culturais de um Novo Tempo; Diversidade Cultural: Patrimônio e Paradigmas da Humanidade; Economia e Cultura: Produção e Circulação de Valores; Novas Configurações do Mundo: O Impacto sobre a Gestão e Administração da Cultura; O Futuro da Cultura no Mundo não Hegemônico: Impressões e Perspectivas.

Foi, nesse período, que, na condição de Vice-Reitor e no Exercício da Reitoria da UNIFAP, tive a oportunidade de implantar a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), no final do ano de 2005, tendo o Professor Manoel Azevedo de Souza como seu primeiro Pró-Reitor.

4 AS IES DO AMAPÁ E SUAS POLÍTICAS CULTURAIS

A ideia de cidadania cultural, por sua vez, busca articular política e cultura de modo satisfatório e não traumático, pois tristes enlaces históricos de politização excessiva ou despolitização completa da cultura não podem ser, em nenhuma hipótese, esquecidos e repetidos.

Articular política e cultura deve supor o reconhecimento de suas diversidades; de suas singulares dinâmicas; de suas inúmeras interfaces, além da complexidade de tal projeto.

Se “fazer política é expandir sempre as fronteiras do possível” e se “fazer cultura é combater sempre nas fronteiras do impossível”, como sugere poeticamente o cineasta Jorge Furtado (apud RUBIM, 2008), cabe lutar por uma política cultural que, ao expandir as fronteiras do possível, possibilite a imaginação nas fronteiras do impossível.

Quanto mais denso e rico o conteúdo cultural de uma determinada sociedade, maiores as possibilidades de neutralizar os desafios associados a comodismos que não devem existir nas atividades artísticas e culturais. A dinâmica da cultura, com suas tradições, inovações e renovações possui capacidade de preservação e até mesmo expansão de suas fronteiras.

No que tange a essas riquezas, citamos, como exemplo da cultura amapaense, o Marabaixo, que, ao lado do Batuque, é sem dúvida a maior e mais forte manifestação popular da cultura tucujuense, amapaense. Sobre sua origem, pouco se sabe ao certo, mas não há um habitante deste Estado que não reconheça o bater dos tambores e as cantigas das mulheres em suas danças como uma expressão genuinamente nossa, nativa, de raiz.

Há documentos e relatos comprovando que, há muitos anos, os nossos sofridos escravos negreiros, apesar do árduo trabalho a realizar, nunca esmoreciam em tristeza ou cansaço, mas fizeram do Marabaixo uma forma de lembrarem-se da sua Pátria mãe África e de si mesmos como seres humanos.

Existem vários entendimentos e afirmações quanto à origem da palavra Marabaixo. Uma delas diz respeito ao ritmo da batida dos remos nas caravelas que traziam os negros mar-a-baixo, da mãe África ao Brasil. Contudo, muitos pesquisadores defendem que nada se sabe com segurança sobre sua real origem.

A festa do Marabaixo geralmente acontece no período entre a páscoa e o dia do Divino Espírito Santo, quarenta dias após o domingo pascal. Nos rituais da festa, estão incluídos a “erguição” (levantamento) do mastro, os cantos que são acompanhados de danças e a distribuição da gengibirra (bebida feita de cachaça, açúcar e gengibre para aguentar a sequência de cantos até o fim do festejo).

É considerada uma tradição secular, passando de geração em geração através dos anos. É dançado na capital, Macapá, anualmente, nos meses de maio, junho e julho pelos negros dos bairros do Laguinho e da Favela, nas comunidades quilombolas do Curiaú, Maruanum, Iguarapé do Lago, Areial do Matapi, Mazagão Velho, Campina Grande, Casa Grande, dentre outras. O ritual do Marabaixo começa com o Ramo da Aleluia, onde se inicia a dança dos devotos com o tradicional batuque, prolongando-se até o Domingo do Espírito Santo, também chamado de Marabaixo do Senhor do Quinto Domingo. Homens, mulheres, adolescentes e crianças vão apanhar a murta, dançando e cantando.

No “Sábado da Aleluia”, corta-se um mastro de macumbeira ou de anauazeira. Na quinta-feira, depois do Marabaixo do Quinto Domingo, um pequeno mastro é conduzido pela cidade, agitando uma bandeira vermelha à frente, tipo um balizamento, fazendo evoluções, onde segue também a bandeira do Divino Espírito Santo, principal alvo de homenagem dos fiéis devotos. Em tempos de outrora, os foliões do Marabaixo entravam dançando na Igreja de São José de Macapá, e alguns rapazes subiam até a torre para tocar o sino, festivamente. O traje dos homens constava de uma camisa branca com bordados, calça branca, chapéu de palha enfeitado com fitas e sandálias de couro, enquanto o traje das mulheres era composto de camisa de renda, saia estampada e rendada, anáguas, arranjos naturais na cabeça (com flores) e calçadas com sandálias de couro.

A missa e as novenas eram fundamentais no ritual. As bandeiras da Santíssima Trindade do Divino Espírito Santo e do Espírito Santo Real eram

hasteadas em frente à Igreja matriz de Macapá (atual Igreja de São José) e todos dançavam guiados pelos Cantadores Raimundo Ladislau ou pelo mestre Julião Ramos. As mulheres cantavam como solistas ou “coristas”, sendo que algumas o exaltavam várias vezes (em rimas e versos denominados de versos “ladrões”). Homens, rapazes e crianças se empenhavam em luta corporal, na tradicional capoeira.

“Nos bairros do Laguinho e da Favela, na comunidade do Curiaú, em outras comunidades interioranas e até nas residências de pessoas importantes da cidade, dançava-se o Marabaixo. Naquela época, de preferência, à noite, na casa de dona Gertrudes Saturnino, no bairro da Favela, dançava-se o Marabaixo com o fino ritual que lhe é peculiar” relembra Pedro Bolívio, ilustre macapaense que viveu mais de cem anos, com extrema lucidez; morou no Formigueiro, Igarapé das Mulheres, Laguinho e Jesus de Nazaré, respectivamente.

Em nossos dias, o Marabaixo continua sua tradição no Laguinho, na Favela e no interior macapaense, onde se podem verificar mais de perto as raízes e toda a ritualística do evento. Os principais aperitivos servidos (em cuias) durante o ritual, principalmente no batuque, são a gengibirra, a catuaba e a macura. Depois, vem o tradicional cozidão feito com muito caldo, carne desfiada, diversas verduras, frutas e legumes. A participação é livre, sendo que qualquer pessoa pode participar espontaneamente ou a pedido dos festeiros.

“Atualmente vem se percebendo que o Marabaixo vem perdendo sua força, e sua proposta religiosa está ficando cada vez ligada aos mais velhos, pois os mais jovens se interessam mais pelo lado profano da festa, na qual a dança e a bebida falam mais alto” afirmou certa feita Dona Dica Congó, tradicional festeira do Marabaixo, macapaense da Favela.

Porém, os mais antigos garantem que não deixarão essa cultura se apagar tão fácil. Mesmo assim, a tradição sofre alguns empecilhos. Ela se recria e se reinventa a cada ano. “Cabe a todos nós repassarmos aos nossos filhos e netos, pois temos que ter consciência que o Marabaixo é a expressão viva da nossa cultura; é o resgate da nossa identidade”, reafirmava o Mestre Pavão, do Marabaixo do Laguinho.

Uma folia *made in* Amapá. Maracatu da favela põe o Amazonas na Ivaldo Veras e vence o Carnaval. Sambódromo do Amapá completa dez anos de testemunho fiel da alegria popular.

Com o enredo “Uma viagem verde e rosa pelo grandioso rio-mar”, a Escola de Samba Maracatu a Favela foi ao Sambódromo no domingo, 18 de fevereiro, e conquistou o título de Campeã do Carnaval de 2007. O Sambódromo de Macapá tem um moderno palco que serve aos desfiles das escolas de samba e blocos da cidade, ou a apresentações e shows nacionais.

A verde rosa mergulhou fundo nas águas do maior rio do planeta, buscando sua origem nos Andes peruanos, onde recebe o nome de Ucayali e Marañon para chegar ao Brasil como Solimões, no encontro com o rio Negro, em Manaus. Representando o delta do Amazonas, em frente a Macapá, a Maracatu na Avenida do Samba, Ivaldo Veras, foi pura apoteose.

Segundo o historiador amapaense Edgar de Paula Rodrigues, mesmo antes do descobrimento do Brasil, em 1499, Américo Vespúcio, partindo da expedição de Alonso de Hojeda, percorreu o litoral amapaense, conforme comprova carta-documento escrita pelo navegador, onde narra o momento em que a expedição atravessava a linha do Equador, passando pelas ilhas de Caviana, dos Porcos e do Pará, em frente ao município de Macapá. Portanto, muito antes de ser oficializado o nome Macapá, Américo Vespúcio já havia passado por Macapá, através do rio Amazonas.

Em 2008, Macapá completou 250 anos. Macapá foi um monumento militar do Brasil no período colonial, e verdadeira joia arquitetônica portuguesa. Dela muito já se disse, porém o caboclo amazônico com sua ampla sabedoria assertivou: “Macapá é bonita por natureza. Veja: até o rio Amazonas fez questão de passar em frente dela”. Isto é um fato, visto que Macapá é a única capital de estado banhada pelo maior rio do mundo, em volume d’água e extensão, o Amazonas.

Além disso, Macapá é também a única cidade brasileira cortada pela linha do Equador, que, duas vezes ao ano, nos presenteia com um dos mais belos fenômenos naturais, o Equinócio. Foram tantos homens e mulheres que dedicaram

suas vidas à construção desta bela cidade, em que nós nos orgulhamos de viver, que seria impossível nomeá-los sem correr o risco de cometer omissões e injustiças.

O monumento Marco Zero do Equador tem arquitetura moderna; foi projetado para funcionar com restaurante e salão de recepções, serviços de bar, galeria de arte, loja de artesanato e um relógio de sol em amplo terraço. Na casa do Artesão, na Avenida Azarias Neto, em frente à cidade, temos o melhor do artesanato amapaense, em madeira, vime, objetos, cerâmica revestida com pó de manganês, trabalho em papel reciclado e artefatos indígenas.

O rio Amazonas, em Macapá, pode ser apreciado em frente à cidade. Sua brisa, leve ou forte nas enchentes das marés, tem sido cantada em versos e prosas pelos poetas amapaenses. O complexo Beira-Rio, além das delícias em frutos do mar, nas peixarias da cidade no bairro Santa Inês, tem uma boa estrutura das praias do Araxá e Fazendinha.

O trapiche Eliezer Levy foi reconstruído em puro concreto. Com 366 metros de comprimento, possui um bom restaurante e dispõe de bondinho para o transporte. A Igreja Matriz de São José de Macapá é a construção mais antiga da cidade, superando a própria Fortaleza de São José de Macapá.

Resgatando a história, temos Mãe Luzia. Foi no município de Macapá que nasceu, em 1854, Francisca Luzia da Silva. Ela trazia em seu corpo as marcas de sua passagem pela escravidão. Trabalhava em lavagem de roupas e aprendera com sua mãe a “pegar crianças”.

Por desenvolver a atividade de parteira, Luzia passou a ser uma das pessoas mais importantes da cidade, tendo ajudado a trazer ao mundo centenas de crianças. Luzia, como era chamada, ganhou o título de Mãe Luzia, concedido pelo prefeito, o coronel Coriolano Jucá, por ter sido a parteira de todos os seus filhos.

Pelo seu espírito de solidariedade, Luzia foi a primeira “doutora” da região. Sua sabedoria popular tornou-se inspiração de poetas, pintores e músicos, sendo reconhecida como uma mulher corajosa e solidária, considerada a verdadeira mãe de muitos amapaenses. Francisca Luzia da Silva morreu no dia 24 de setembro de 1954 e dá nome à maternidade de Macapá.

No que concerne às Políticas Culturais encaminhadas no âmbito acadêmico público no Amapá, podemos afirmar que, apesar das dificuldades, são incontestáveis as contribuições que as Universidades UNIFAP e UEAP estão propiciando à sociedade amapaense. Não obstante serem instituições relativamente novas, que acabaram de nascer, têm as mesmas responsabilidades e comprometimentos com as sociedades local, nacional e internacional que as médias e grandes universidades do nosso País possuem, conforme já afirmamos em outro momento.

Por parte de gestores, naquilo que diz respeito a investimentos públicos em política cultural, no início de 2008, a prefeitura municipal de Macapá e o governo do estado do Amapá decidiram investir na divulgação, em âmbito nacional e por intermédio do Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, das comemorações dos 250 anos de criação da cidade de São José de Macapá.

A Escola de Samba do Rio de Janeiro Beija-Flor de Nilópolis desfilou, exatamente, no dia do aniversário dos 250 anos da cidade de Macapá, 04 de fevereiro de 2008. A Beija-Flor sagrou-se bicampeã do carnaval carioca daquele ano, com o tema: Macapaba – Equinócio Solar, Viagens Fantásticas ao Meio do Mundo, e na capital Macapá comemorou-se ao longo de praticamente uma semana o feito, com a vinda, em três oportunidades, da bateria da escola, do intérprete do samba: Neginho da Beija-Flor, do casal de mestre-sala e porta-bandeira, da rainha da bateria e de alguns de seus principais passistas, convidados ilustres nas festas comemorativas.

Dentre as parcerias realizadas pelo Governo do Amapá, através da SECULT e UEAP, concernentes às atividades artístico-culturais, tivemos, nos anos de 2007 e 2008, o maior Encontro da Música Brasileira no Meio do Mundo, momento em que a Cultura do Amapá recebeu na Fortaleza de São José de Macapá (que é a maior fortificação portuguesa erguida no Brasil e também uma das sete maravilhas do país). Ela foi inaugurada em 1782 às margens do rio Amazonas. É tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e está entre as maiores e mais bem preservadas fortificações da América do Sul.

Quando se aborda o Encontro no Meio do Mundo, faz-se uma referência a um encontro que promoveu uma efetiva participação de diversos músicos,

compositores, intérpretes, poetas e instrumentistas fazendo da Amazônia Amapaense um lugar para se saborear diversos ritmos e nuances musicais.

Estar no Monumento Marco Zero do Equador é desfrutar de uma sensação única, pois ali é o local exato onde passa a linha do Equador. Pode-se, portanto, assistir a um dos fenômenos mais interessantes da natureza, o Equinócio, momento em que os raios solares incidem diretamente sobre a linha imaginária que divide a Terra nos hemisférios norte e sul, duas vezes ao ano, no dia 20 ou 21 de março e 22 ou 23 de setembro. Por assim dizer, temos no Amapá uma das esquinas mais famosas do mundo que é a confluência da Avenida Setentrional que coincide com a Linha do Equador e o Rio Amazonas.

O maior Encontro da Música Brasileira no Meio do Mundo foi realizado para comemorar os aniversários de 50 anos de idade dos músicos Joãozinho Gomes e Val Milhomem e reuniu grandes artistas. Cantores e compositores nacionais e regionais saíram como produto à gravação de um Disco Digital de Vídeo (DVD) e a possibilidade de apoio financeiro com recursos do MinC e da Secretaria de Estado da Cultura do Amapá (SECULT) para a realização anual desse grande encontro.

A festa iniciou no dia 13 de dezembro de 2007, com a participação de cinquenta artistas, entre nomes locais, regionais e nacionais. Foi interrompido pela imponderável força da natureza, a chuva amazônica. O espetáculo teve continuidade no dia 14 de agosto de 2008 e retornou com as atrações regionais e nacionais para cumprir a missão de contemplar o público e complementar a gravação do referido DVD.

Os artistas Joãozinho Gomes e Val Milhomem deram continuidade ao show de 50 anos: um espetáculo de aniversário. Comemorou-se meio século de vida de dois dos mais importantes artistas da Amazônia, o poeta paraense Joãozinho Gomes e o cantor e compositor amapaense Val Milhomem. Um grande encontro de cantores, compositores e poetas que ao longo de suas carreiras cruzaram os caminhos musicais dos homenageados.

Joãozinho Gomes é poeta, compositor, nascido na cidade de Belém do Pará, no dia 20 de outubro de 1957. Aos 12 anos escreveu algo que imaginou ser um poema, sua ligação com a poesia iniciou quando, aos 15 anos, ganhou da mãe o

livro “O Corsário Negro”, do escritor italiano Emilio Salgari. Ainda jovem estabeleceu o encontro de sua poesia com a música tornando-se parceiro de diversos artistas que ainda não tinham acesso às grandes gravadoras.

A vida o guiou para a música popular brasileira. Atualmente é autor de mais de quinhentas músicas compostas. Das quais cento e oitenta editadas e quase sessenta parceiros, entre eles Cláudio Nucci, Nilson Chaves, Marcos Quinan, Sebastião Tapajós, Celso Viáfora, Jane Duboc, Chico César, Zeca Baleiro, Eudes Fraga, Walter Freitas, Tetê Espíndola, Itamar Assunção, Arrigo Barnabé, Jean Garfunkel e Luli & Lucina. Ao longo de sua trajetória, parte de sua obra foi gravada por variados intérpretes, entre eles: Leci Brandão, Leila Pinheiro, Geraldo Azevedo, Flávio Venturini, Jane Duboc, Vânia Bastos, Selma Reis, Renato Brás, Vital Lima, etc.

Em 1991, mudou-se para o Amapá, iniciando um novo ciclo em sua carreira. Entre as novas parcerias, conheceu Val Milhomem, compositor e cantor com quem realizou trabalhos como o CD Planeta Amapari, indicado ao extinto prêmio Sharp de Música. Com ele também formou, incluindo outros artistas, o Grupo Senzalas, referência da música amapaense, que se apresentou em grandes casas de espetáculo como o Canecão (Rio de Janeiro), a Casa de Cultura do Mundo (Berlim – Alemanha), o Centro Cultural Banco do Brasil (Rio de Janeiro) e nos palcos do SESC Pompéia, Itaquera e Interlagos (São Paulo).

Val Milhomem nasceu na cidade de Macapá, no dia 20 de dezembro de 1957, e vive até hoje na capital da Amazônia amapaense. Seu trabalho autoral é fortemente influenciado pela cultura herdada dos ancestrais africanos, que povoaram as regiões quilombolas do estado no período colonial, trazendo ritmos marcados pelos sons dos tambores, como o Marabaixo, o Batuque e o Sairé. Sua trajetória passa pelo circuito dos barzinhos nas capitais da Amazônia e pelos palcos dos festivais de música pelo Brasil. Em 2006, o grupo Senzalas defendeu a música Barco Negreiro dele e de Joãozinho Gomes, no Festival Cultura Nova Música do Brasil, da TV Cultura, consolidando uma parceria que até hoje oferece frutos. Juntos, Joãozinho e Val gravaram o CD Constelação de Parentes.

A homenagem a Joãozinho e Val partiu da iniciativa dos produtores culturais Cláudio Silva e Clícia Vieira Di Miceli e do cantor e compositor paraense

Nilson Chaves, com a coordenação executiva do artista plástico, compositor e escritor Marcos Quinan.

Os músicos convidados haviam gravado composições do músico e compositor Joãozinho Gomes. Dentre os presentes estiveram: Chico César, Leci Brandão, Jane Duboc, Lucinha Bastos, Nazaré Pereira, Nilson Chaves, Vital Lima, Sá & Guarabira, Celso Viáfora, Eudes Fraga, Marco André, Mahrco Monteiro, Walter Freitas, Paulinho Moska, Luhli, Lucina, Mário Moraes, Rafael Lima, Salomão Habib, Eliakim Rufino, Célio Cruz, Ceumar, Jean Garfunkel, Mapyu, Trio Manari, Rafael Altério, Vicente Barreto, Joãozinho Gomes, Val Milhomem, Amadeu Cavalcante, Zé Miguel, Osmar Júnior, Ronery, Rambolde Campos, Patrícia Bastos, Oneide Bastos, Juliele, Verônica dos Tambores, Enrico Di Miceli, Naldo Maranhão, Nonato Leal, Sebastião Mont'Alverne, Bebeto Nandes, Sabatião, Lula Jerônimo, Grupo Pilão, Senzalas, Sambarte e Raízes do Bolão. A abertura do espetáculo coube ao poeta amazonense Thiago de Mello e a apresentação ficou a cargo de Os Cabuçus e Beth Dopazzo.

Esse evento contou com o patrocínio do Governo do Estado do Amapá, e de outros parceiros, e tanto a SECULT como a UEAP, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão, foram partes integrantes desse grande encontro artístico e cultural no Estado do Amapá.

Projeto Pixinguinha no Amapá em 2009. O que vem a ser o Projeto Pixinguinha? O projeto revelou muitos dos artistas que hoje integram o primeiro time da música brasileira, como Djavan, Zé Ramalho e Adriana Calcanhoto. Eles começaram a ganhar projeção nacional a partir de suas participações no Projeto Pixinguinha, desde que o programa foi criado, em 1977. Cartola e Elizeth Cardoso são alguns dos artistas que, já consagrados, também subiram ao palco do Projeto. Interrompido em 1998, o Pixinguinha foi retomado em 2004, com patrocínio da Petrobras, reunindo, até o ano passado, um público aproximado de 250 mil pessoas, conforme dados divulgados pela Fundação Nacional de Artes (FUNARTE).

Pixinguinha foi homenageado, dando nome ao Projeto, porque ele é elemento fundamental da música brasileira. À frente do grupo "Os Oito Batutas", foi o protagonista do cenário musical brasileiro no início do século XX, período em que o samba se tornou um dos símbolos da identidade nacional. Alfredo da Rocha

Vianna Filho foi também um dos primeiros artistas a levar o samba e o choro às plateias europeias.

O Projeto Pixinguinha em 2009 contemplou o Amapá com shows em Macapá e Ferreira Gomes. Patrícia Bastos, Enrico Di Miceli e Joãozinho Gomes lançaram seus CDs e livro na quinta-feira, 3 de setembro de 2009. São, ambos, artistas do norte do Brasil. Eles abriram o mês cantando suas novas canções compostas por eles e seus parceiros no Teatro das Bacabeiras através do Projeto Pixinguinha, da FUNARTE, que inaugura um novo formato.

A partir deste ano, os artistas recebem o incentivo financeiro para produzir suas obras durante seis meses e após esse período devem apresentar o trabalho para o público em três *shows*, um na capital e dois no interior. O Projeto Pixinguinha contempla ainda a publicação de livros e o poeta, escritor e compositor Joãozinho Gomes lançou, também, durante o *show* no Teatro, o livro “Passa Flecha”.

A música que nomeia o disco de Patrícia Bastos ganhou novos arranjos e o que era um sambinha virou um gostoso marabaixo. “Eu Sou Caboca” é composta de 14 faixas e vai levar para todo o Brasil os ritmos amazônicos, como lundu, carimbó, batuque e marabaixo. Patrícia regravou também a composição Natureza, da sambista Leci Brandão e Rosinha de Valença. Amazônica Elegância é o fruto puro da união do poeta Joãozinho Gomes e do músico Enrico Di Miceli. A base do trabalho são os ritmos do marabaixo e batuque, mas que, assim como o “Eu Sou Caboca”, trazem outros sons do norte do Brasil.

Mesmo sendo um dos maiores projetos de incentivo à cultura do país, do Amapá apenas seis artistas concorreram ao patrocínio de R\$ 90mil, para cada projeto. O edital define que o artista contemplado tem que gravar um CD com tiragem de mil cópias, sendo que 200 devem ser enviadas para a FUNARTE. Patrícia Bastos lançou o CD “Eu Sou Caboca” e Enrico Di Miceli e Joãozinho Gomes mostraram o resultado do trabalho da dupla no CD “Amazônica Elegância”. As composições que estão nos dois CDs têm como características o regionalismo amazônico e têm a participação de parceiros de vários lugares do país, desde Rafael Autério e Celso Viáfara, paulistanos, ao poeta amazonense Thiago de Mello, chegando até o maranhense Zeca Baleiro e o paraense Nilson Chaves.

No dia 3 de setembro, o lançamento ocorreu com entrada franca. Os produtores e artistas cumpriram o que determina a FUNARTE. E, no dia 4 de setembro, levaram o mesmo *show* para a orla do município de Ferreira Gomes. Ambos contaram com a presença de Leci Brandão, Celso Viáfora, do mineiro Dante Ozeti e do Grupo Voz. A produção dos CDs, do livro e dos *shows* ficou sob responsabilidade dos produtores culturais: Cláudio Silva e Clícia Vieira, da Bacabeiras Produções. As informações técnicas nos foram prestadas por Luciana Capiberibe e pelos produtores dos *shows*.

A propósito, algumas conclusões a que se chega: os artistas no Amapá têm feito manifestações quase sempre favoráveis às iniciativas que ocorrem, com certa regularidade, nas duas instituições públicas universitárias amapaenses: UNIFAP e UEAP nos mais diversos segmentos da cultura artística, literária e musical amapaense.

Vivenciamos no Amapá, no começo dos anos 2000, um Projeto denominado “Vila Folia”, coordenado pelo Produtor Cultural: Paraíba, pai do músico e cantor amapaense Kzan Nery. O projeto aconteceu nos anos 2000 e 2001, realizado no Estádio Municipal Glicério de Souza Marques, no centro de Macapá. O projeto contou com o apoio cultural do município de Macapá, através da Coordenadoria de Cultura.

O propósito do projeto era ambicioso. Objetivava trazer ao Amapá, no meio do mundo, em sua capital Macapá, as principais atrações nacionais em evidência naquele momento. Foram mais de 30 *shows* e quase todos bem-sucedidos, exceto o último que foi responsável pelo fim do projeto por motivos econômico-financeiros.

Dentre as atrações que aqui se apresentaram, destacam-se as bandas e cantoras baianas: Olodum, Chiclete com Banana, Daniela Mercury, Eva com Ivete Sangalo no comando, Araketu, Terra Samba, É o Tchan, Beijo, Cheiro de Amor, Roupa Nova, Skank, Raça Negra, Fundo de Quintal, Só pra Contrariar e finalizando, mesmo numa noite de um dilúvio “nunca visto na história desta capital”, com o Rei Roberto Carlos, que estava pela segunda vez em Macapá, e no mesmo estádio, cerca de 30 anos depois.

Outro projeto de iniciativa artístico-cultural extremamente relevante foi concebido pelo sociólogo e escritor Fernando Canto denominado “Marabaixeta” que teve o propósito de realizar o “Marabaixo estilizado” – Marabaixo fora de época, inspirado na “Micareta” baiana que é o carnaval fora de época. O projeto teve início no bairro do Laginho, bairro tradicional da cultura afro-amapaense. Este foi construído pelos descendentes de escravos que para ali constituíram suas famílias e desenvolveram a Cultura do Marabaixo e do Batuque.

O movimento cultural denominado “Marafavela” surge paralelo ao movimento cultural que deflagrou a Marabaixeta. Receberam, ambos, apoios culturais de diversas famílias macapaenses, respectivamente nos bairros do Laginho e da Favela, hoje Centro e Santa Rita. Quem sempre prestigiou o movimento, que ocorreu todos os domingos, no final da tarde e início da noite, foi a família Borges, que bateu recorde na qualidade e quantidade de distribuição de “gingibirra” que é a bebida oficial do Marabaixo, feita a partir do tubérculo do gengibre, adicionado à água, açúcar e um pouco de cachaça. Na entrega à comunidade favelense de gengibirra, tivemos mais de 100 litros do produto.

Antes, porém, presenciamos, no início dos anos 80, em 1984 na sede social do Trem Desportivo Clube (localizado na Avenida Feliciano Coelho, no bairro do Trem), a realização do “Equador Rock Show” com a produção cultural de Jota Júnior. Era o momento da explosão do Rock Nacional no Brasil, e recebemos o espetáculo com as bandas: Os Paralamas do Sucesso e Rádio Táxi, além do show de Vinícius Cantuária.

Pretende-se, neste trabalho lembrar o passado, vivendo o presente e vislumbrando o futuro com a recordação eternamente viva de um projeto artístico-musical que mudou definitivamente a Cultura Musical no Estado do Amapá que teve sua concepção nas mãos brilhantes e precisas de Amilar Artur Brenha.

- Amilar Brenha precursor do Choro e da Bossa Nova no Amapá

O músico e compositor Amilar Artur Brenha, maranhense de nascimento, porém, mazaganense e amapaense de coração, é sem dúvida a maior referência da música instrumental macapaense ao lado do também compositor e instrumentista

Nonato Leal. O primeiro já é falecido e o segundo ainda está a nos deliciar com suas apresentações. Ambos amantes do chorinho, da bossa nova e da boa música regional e nacional.

Amilar Brenha que era compadre do “Seu João Borges” e da “Dona Antônia” proprietários nos anos 70 da Casa Borges, localizada na confluência da avenida presidente Getúlio Vargas com a Rua Manoel Eudócio Pereira, 1842, Santa Rita, realizou um muito bem sucedido projeto experimental intitulado “Choro no Amapá”, no final da década de 70. A base era a execução dos clássicos do chorinho e da bossa nova como também divulgando suas próprias composições e de outros compositores amapaenses e regionais.

O encontro dos músicos chamados por Amilar Brenha ocorria todos os domingos, iniciando às 13 horas indo até as 18 horas. Sendo que com as participações especiais de convidados e de músicos e instrumentistas apreciadores do “movimento musical” que ali ocorria, alguns domingos chegavam-se até as 22 horas. Posteriormente, ficou consagrado por suas apresentações e shows realizados, recebendo a denominação de: “O Choro Mágico de Amilar Brenha”.

Amilar Brenha nasceu em 18 de agosto de 1915 (Pinheiros-MA) e faleceu em 21 de abril de 1991 (Macapá-AP). Descendente de uma família de músicos, desde cedo demonstrou interesse no aprendizado de instrumentos de cordas (violão, cavaquinho e bandolim). O Bandolim foi o instrumento musical que o notabilizaria como grande instrumentista da Amazônia Amapaense. Integrou, ainda, os grupos musicais “Os Cometas” e “Os Mocambos”, tocando baixo acústico.

Dentre os músicos que acompanhavam Amilar Brenha, destacavam-se, Zé Pretinho, Zé Crioulo, Di Choro, Walber Duarte, Rui Lima, Carlos Silva e Manoel Sobral, que, tempos depois, compuseram os grupos musicais “Café com Leite” e “Os Piriricas”. Em algumas ocasiões, compareciam Nonato Leal, Sebastião Mont’Alverne, Aimoré Batista, Lolito do Bandolim, Hernani Victor Guedes e Deusdete Vales.

Nesses encontros vespertinos dominicais, por lá poderíamos encontrar e dialogar com o escritor e poeta Alcyr Araújo, os escritores Hélio Penafort e Estácio Vidal Picanço, os compositores Izar Leão e Francisco Lino, o músico e escritor

Obdias Araújo, os radialistas Edvar Motta, Hermínio Gurgel, Osmar e Luiz Melo, Jota Ney, Luiz Eduardo Anaice, Pedro Silveira, Humberto Moreira, João Fernandez (o Guarabira) e Arnaldo Araújo; além dos artistas plásticos Estevão Silva, R. Peixe, Herivelton Maciel, Franck Asley e Paulo Rodrigues.

Eram, igualmente, frequentadores assíduos da Casa Borges: os senhores, mais conhecidos por “seu(s)”: Gil, Jurandino, Odalício, Pantera, Suzaca, Tico-Tico, Bené, Vadoça, Pedro Souza (bicá), Lázaro Tavares (LT), Coimbra, Aparício, Luciano, Miringote, Dicó, Frutuoso, Juraci, Tiaguinho, Cirilo, Cirilo Mendes, Magave, Pedroca, Clóvis Costa, Zé Maria (carapirá), Raimundo (bentivi), Raimundo (macaco seco), Deja (cururu), Romão, Lamarão, Maia e tantos e tantos outros ilustres amapaenses, de nascimento ou de coração, que souberam o que é “viver a vida! Na vida e com a vida, sempre solidariamente! Jamais solitariamente”.

Em 1986, Amilar Brenha, conseguiu registrar seu único trabalho fonográfico, em Long Play, com 12 composições suas. E, em 2009, o Instituto InovaAmapá contribuiu diretamente na produção do CD intitulado “Choro Mágico de Amilar Brenha” (baseado no LP), contendo 15 faixas, sendo 12 de sua autoria e três de seu aluno, Adamor Ribeiro.

4.1 AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO AMAPÁ: UNIFAP E UEAP

No Estado do Amapá a história da Educação Superior iniciou com o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1970, através do Parecer nº. 663/CFE que regulamentou e autorizou a UFPA a atuar no então Território Federal do Amapá, oferecendo, inicialmente, os cursos de Licenciatura Polivalente. Na década de 80, o NEM/UFPA passa a ofertar os chamados cursos de complementação, que tinham por objetivo transformar as Licenciaturas Curtas em Licenciaturas Plenas. A existência do NEM foi de 1970 a 1992. Como Campus avançado da UFPA, teve a duração de 22 anos de existência e foi o embrião da futura Universidade Federal do Amapá.

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), primeira instituição pública a oferecer ensino superior no Amapá, foi autorizada pela Lei nº. 7.530, de 29 de agosto de 1986 (BRASIL, 1986), e criada pelo Decreto nº. 98.997,

de 2 de março de 1990 (BRASIL, 1990). Nota-se que, apesar de haver uma autorização para a criação de uma universidade em 1986, apenas quatro anos depois, em 1990, é que se efetiva enquanto instituição, momento em que o ex-Território Federal do Amapá havia se transformado em um Estado da Federação, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O primeiro vestibular da UNIFAP ocorreu em 1991. O NEM/UFPA funcionou concomitantemente com a UNIFAP até o ano de 1992.

Bem recentemente foi criada a Universidade do Estado do Amapá (UEAP), através das Leis nº. 0969, de 31 de março de 2006 (AMAPÁ, 2006a) e nº. 0996 de 31 de maio de 2006 (AMAPÁ, 2006b), tendo a finalidade de ampliar o espaço de formação universitária pública no Estado do Amapá, diante de uma crescente demanda reprimida por cursos e vagas no ensino superior. Havia, à época, apenas a UNIFAP enquanto instituição pública trabalhando o ensino superior no Amapá. Buscou-se assim atuar na formação técnica de profissionais, a partir da oferta de cursos importantes para o processo de desenvolvimento social e econômico do Amapá.

A criação da UEAP foi precedida de um amplo debate envolvendo instituições dos setores públicos e privados, bem como obteve a participação efetiva de organizações da sociedade civil, por intermédio de audiências públicas, que tiveram o propósito de propor a base da seleção dos cursos que poderiam ser implantados pela UEAP a curto, médio e longo prazo, servindo igualmente de embasamento para se conceber, a partir dessas, os subsídios para se traçar um planejamento estratégico para o desenvolvimento do próprio Estado do Amapá.

A história da UEAP inicia em dezembro de 2005, quando o governador Waldez Góes criou o Grupo de Trabalho Institucional (GTI). A proposta de implantação da UEAP foi elaborada por representantes das áreas educacional, sindical, social e científica. Ouviram-se 26 instituições e entidades representativas de cada segmento.

O primeiro Processo Seletivo da UEAP ocorreu em 2006, ofertando seis cursos: três licenciaturas (pedagogia, letras e química) e três bacharelados (engenharia florestal, engenharia de pesca e engenharia de produção). Foram

disponibilizadas 600 vagas e aproximadamente 17300 inscrições. Cada curso, neste PS, ofertou 100 vagas e duas turmas.

O segundo Processo Seletivo da UEAP ocorreu em 2007, ofertando sete cursos: quatro licenciaturas (pedagogia, letras, química e filosofia) e três bacharelados (engenharia florestal, engenharia de pesca e engenharia de produção). Foram disponibilizadas 350 vagas, 50 vagas por curso, tendo 12150 inscrições.

O terceiro Processo Seletivo da UEAP ocorreu em 2008, ofertando oito cursos: quatro licenciaturas (pedagogia, letras, química e filosofia) e quatro bacharelados (engenharia florestal, engenharia de pesca e engenharia de produção, e como novidade o curso de tecnologia em design). Foram disponibilizadas 400 vagas com aproximadamente 12 mil inscrições.

O quarto Processo Seletivo da UEAP ocorreu em 2009, ofertando onze cursos: cinco licenciaturas (pedagogia, letras, química, filosofia e ciências) e seis bacharelados (engenharia florestal, engenharia de pesca, engenharia de produção, engenharia ambiental, engenharia química e tecnologia em *desing*). Foram disponibilizadas 550 vagas com mais de 17 mil inscrições.

Um fato relevante a ser destacado é que mais de 80% dos candidatos aprovados nos Processos Seletivos, de 2006 a 2010, da UEAP são egressos da escola pública, ou seja, são estudantes que fizeram e concluíram o ensino médio na rede estadual de ensino. A UEAP deverá seguir adotando políticas que visem à inclusão de segmentos tradicionalmente excluídos do ensino superior público, sendo um dos instrumentos as cotas para estudantes socioeconomicamente carentes, indígenas, afrodescendentes e as diversas deficiências: visual, auditiva e física.

Os critérios acadêmicos deverão ser regulamentados e definidos em consonância com as aspirações da sociedade, preservando-se a autonomia da universidade. A UEAP deverá, em conjunto com as demais instâncias de representação da sociedade, em especial os poderes Executivo e Legislativo, traçar estratégias que tornem essas políticas verdadeiramente eficazes, através da garantia de recursos para programas que objetivem a permanência, acompanhamento e avaliação de seus resultados.

Os novos desafios da UEAP são basicamente: implantação e ampliação de infraestrutura física, aquisição de equipamentos tecnológicos, realização de concurso público para constituição dos quadros docente e técnico, estruturar melhor a gestão universitária, e demais órgão consultivos e deliberativos, estabelecer parcerias e intercâmbio com outras instituições, no âmbito local, regional, nacional e internacional.

Certamente que um estudo de caso como esse pode explicar o grau e o nível de comprometimento de determinados governos federal e estadual e com políticas públicas voltadas para a Cultura no ensino superior. Isto é, neste caso pode estar havendo uma preocupação do governo do estado do Amapá em aumentar a oferta de vagas públicas para o ensino superior incluindo não só mais egressos do ensino médio, mas também egressos que sejam oriundos das escolas públicas estaduais e municipais.

4.2 A ATUAÇÃO DA UNIFAP NA CULTURA REGIONAL – INSTITUIÇÃO DA PROEAC EM 2005

Verifica-se que, na Amazônia, as discussões acerca das políticas públicas voltadas para o setor cultural devem representar a expressão da riqueza e da amplitude que se constata na produção acadêmica regional. A atuação do Estado através de suas políticas, assim como a dinâmica das atividades econômicas e da cultura, ganha sistematizações e vem à tona contribuindo para que os olhares sobre a região ganhem sentido. Mostra, igualmente, o esforço que a intelectualidade vem se empenhando para superar os obstáculos colocados e conseguir o apoio dos agentes públicos tomadores de decisão.

Esta possibilidade é viável desde que os formuladores de políticas públicas busquem descentralizar as práticas culturais da cidade, investindo, também, na valorização dos movimentos culturais periféricos, promovendo uma interlocução com produtores populares na perspectiva de se informar e formar cidadãos capazes de discernirem e optarem por novos produtos no mercado de bens simbólicos.

Assim sendo, poderemos verificar, por exemplo: que nas feiras populares, além de agregar valores culturais aos seus artesanatos, haja possibilidade, também,

de se transformarem em teatro popular de rua, com música, literatura, arte e linguagem cênica própria sob a gestão de um processo democrático participativo.

Vemos que o tempo para o índio e o caboclo da Amazônia é diferente dos ditos cidadãos. De acordo com os pesquisadores, mapas elaborados pelo IBGE representando a cobertura vegetal original da Amazônia e sua cobertura atual revela claramente essa situação. Eles acrescentam que a defesa do cerne de nossa floresta decorrerá de sua utilização inovadora, e não do seu isolamento produtivo, o que terá impacto no seu entorno. Os pesquisadores argumentam que é possível iniciar um novo modelo que utilize o coração da floresta como capital natural com base em ciência e tecnologia; seja através da construção de cadeias produtivas baseadas em elementos das florestas e das águas, seja pela valoração dos serviços produzidos pela natureza e pela população.

Toda política cultural, para ser concretizada, implica obrigatoriamente no acionamento de recursos financeiros, humanos, materiais e legais. Por conseguinte, é imprescindível às análises de políticas culturais, o conhecimento aprofundado de dispositivos, tais como: 1. Orçamentos e formas de financiamento da cultura previstos e realizados; 2. Pessoal disponível e envolvido na formulação, na gestão e na produção da cultura, em suas dimensões quantitativa e qualitativa, bem como as modalidades de capacitação de pessoal em funcionamento ou previstas; 3. Os espaços, geográficos e eletrônicos, e os equipamentos existentes que estão sendo ou podem ser acionados, sua localização, seu funcionamento, suas condições e 4. Os meios legais e as legislações disponíveis e a serem criados para organizar e estimular a cultura.

Em parceria com a Fundação Estadual de Cultura (FUNDECAP), na gestão do Diretor-Presidente, Joel Borges, hoje Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), e com o Produtor Cultural Rudá Nunes, filho do primeiro Governador do ex-Território Federal do Amapá: Coronel Janary Gentil Nunes, realizou-se através da Reitoria da UNIFAP, ocasião em que o Vice-Reitor da UNIFAP, João Borges, estava no exercício da Reitoria. Em reunião da administração superior da universidade, deliberou-se pela realização de dois grandes shows nacionais no Ginásio da UNIFAP.

O primeiro *show* ocorreu no primeiro semestre de 2003, no mês de maio, com as presenças dos cantores e compositores: Lenine, Paulinho Moska e Nilson

Chaves. O segundo e maior *show* ocorrido ao longo dos 20 anos da UNIFAP foi intitulado “respeitem meus cabelos, brancos” do músico paraibano Chico César. O dia era 12 de setembro de 2003.

Este *show* contou, na abertura, a pedido do próprio artista, com o Grupo Senzalas, composto pelos músicos amapaenses: Amadeu Cavalcante, Val Milhomem e Joãozinho Gomes, que é paraense, mas está há muitos anos radicado no Amapá. Teve a participação, também, da cantora Verônica dos Tambores que não era conhecida de Chico César, mas que o impressionou bastante, pois a pesquisa musical desenvolvida por ela tem base nas manifestações culturais, genuinamente amapaenses, do Marabaixo e do Batuque.

Outro fator que chamou a atenção, além da altíssima qualidade do *show* foi a manifestação do Chico César que já havia feito outros *shows* em Macapá, mas segundo ele o do ginásio da UNIFAP foi o melhor no Amapá e um dos melhores da sua carreira, pois contou no palco com uma mulher negra extremamente talentosa, que canta e toca tambor percursivo de Marabaixo. Ao terminar o *show*, o público “delirantemente” pediu seu retorno ao palco e contando com a participação da Verônica e do Grupo Senzalas ficaram por quase uma hora após seu retorno; fato inédito em sua carreira, por ter durado um tempo expressivo que não foi sentido pelo artista principal Chico César.

Ainda no ano de 2003, tivemos a realização do “Natal Solidário”. A coordenação coube, na época, à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) e contou com o apoio cultural para o evento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNIFAP e do Estado do Amapá (FUNDAP). O *show* ocorreu no ginásio da UNIFAP, contando com a participação dos músicos Amadeu Cavalcante, Grupos Negro de Nós e Rambolde Campos & Banda de Forró. O ingresso foi um quilo de alimento não perecível. Os alimentos arrecadados foram distribuídos à comunidade do entorno da UNIFAP, no bairro Universidade.

De 2004 a 2006, ocorreu a viabilização do projeto: Manifestações Curriculares e Culturais no município de Afuá-PA, como parte integrante das atividades artístico-culturais desenvolvidas pela UNIFAP no Pólo Universitário da instituição naquele município, no mês de julho, em parceria com a Prefeitura de

Afuá, como parte integrante do XXII, XXIII e XXIV Festival do Camarão, respectivamente. O projeto tinha a coordenação dos professores Adalberto Carvalho, Efigênia e Rauliete Silva.

O projeto: Manifestações Curriculares e Culturais no município de Afuá-PA contou com a participação da comunidade local que apresentou o “Boi Pai do Campo”, composto por 40 (quarenta) brincantes, todos rigorosamente vestidos com trajes e indumentárias tradicionais típicas desse folclore amazônico-marajoara, que estava ausente da vida comunitária afuaense havia 20 (vinte) anos. Assim, a partir do mês de julho de 2004 e nos anos de 2005 e 2006, respectivamente, tivemos o prosseguimento dessa atividade artístico-cultural.

Com efeito, a partir do ano de 2007, com o encerramento das atividades do Pólo Universitário da UNIFAP em Afuá, uma vez que se encerrou o contrato estabelecido entre a UNIFAP e a Prefeitura de Afuá, cujo objeto do mesmo era a formação de duas turmas de professores daquele município no curso de licenciatura plena em Pedagogia, infelizmente não houve prosseguimento do evento. Nos anos de 2004 a 2006, a abertura do Festival do Camarão era precedido por uma Biciata.

A Biciata é um passeio de bicicletas adaptadas e estilizadas, ornamentadas especialmente para a abertura do festival. O principal meio de transporte no município é o triciclo, denominado, pela comunidade, de Bicitaxi, que é um serviço prestado pelos moradores aos turistas que visitam a ilha durante o Festival do Camarão. Este festival é uma das maiores manifestações folclóricas na ilha do Marajó no mês de julho de cada ano. Tem um público de aproximadamente 20 mil pessoas.

O município de Afuá está localizado no arquipélago do Marajó, Estado do Pará, porém, bem mais próximo de Macapá, no Estado do Amapá, que a capital paraense Belém. Daí, as demandas nos setores da educação, saúde, cultura serem, na sua ampla maioria, feitas a Macapá e não a Belém do Pará.

Outro projeto desenvolvido pela PROEAC, em 2004, foi o denominado Universidade AQUI – Alfabetizando, Qualificando, Unificando e Incluindo as Comunidades Ribeirinhas da Ilha do Marajó, no município de Afuá-PA, tendo a professora Raulieta Silva enquanto sua coordenadora.

O Projeto “Cinema na Academia”, foi realizado no Pólo Universitário Equinócio da UNIFAP, que funcionou onde hoje está sediada a Universidade do Estado do Amapá (UEAP). O projeto foi viabilizado com bastante sucesso no decorrer dos anos de 2005 e 2006, com informações disponibilizadas no *site* **www.unifap.br/poloequinocio**, coordenado pela professora Antônia Andrade.

Outra realização foi o Projeto artístico-musical “Sexta Cultural”, desenvolvido a cada primeira sexta-feira de cada mês. Teve seu início no mês de agosto de 2006 sob a organização e coordenação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Acadêmicos (PROEAC) realizado no Teatro Multiuso da UNIFAP. O projeto objetiva trazer, à Universidade Federal do Amapá, os artistas regionais com apresentação de shows importantes no âmbito da academia amapaense. O projeto teve shows memoráveis dos artistas: Zé Miguel, Osmar Júnior, Amadeu Cavalcante, Bandas Negro de Nós e Raízes Aéreas, dentre outros.

O primeiro Festival Universitário da Canção (FEUCAN) na UNIFAP teve início, em 1995, sob a concepção e coordenação do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Dez anos depois, em 2005, ocorreu o segundo FEUCAN da UNIFAP e contou com a organização e participação efetiva do DCE e da PROEAC. Este último festival contou, na final, com a participação do cantor e compositor Zeca Baleiro.

No ano de 2008, tivemos o Tucuju Sambafest que apresentou 24 (vinte e Quatro) sambas inéditos e movimentou o mês de agosto de 2008 no Amapá.

O movimento cultural perfil do samba promoveu, nos dias 9, 17, 24 e 31 do mês de agosto de 2008, a sétima edição do Festival de Samba e Pagode do Amapá, rebatizado de Tucuju Sambafest.

A abertura do festival aconteceu no dia 9, às 16 horas, na quadra da Escola de Samba Império do Povo, em Santana, com a apresentação dos 24 sambas pré-selecionados pela comissão do evento. A retomada do festival conta com o Apoio Cultural do Governo do Amapá, através da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). As eliminatórias e a final aconteceram em Macapá.

A primeira eliminatória aconteceu no dia 17, no Fábrica *Show*, local de ensaio da Escola de Samba Maracatu da Favela, no bairro Santa Rita, e contou com a

apresentação de 12 sambas. Destes, seis foram classificados para a grande final. Nesta fase, do festival, houve um *show* especial do grupo Jeito Inocente de Belém do Pará. A segunda eliminatória aconteceu na quadra da Universidade de Samba Boêmios do Laguiño, no dia 24, com a apresentação dos outros 12 concorrentes e com a classificação de mais seis. A atração especial ficou por conta de Carlinhos Sabiá, outro nome do samba paraense. As eliminatórias começaram a partir das 16 horas.

A final do festival ocorreu no dia 31 de agosto de 2008, na sede do Trem Desportivo Clube. O vencedor recebeu troféu e a quantia de R\$ 3 mil reais. O segundo colocado R\$ 2 mil reais e o terceiro lugar o prêmio de mil reais.

O movimento cultural perfil do samba é uma iniciativa do carnavalesco Carlos Piru que, em dezembro de 2004, reuniu nomes do samba do Estado para comemorar o dia nacional do samba. Nasceu, assim, o movimento cultural perfil do samba, responsável pelo resgate do antigo festival de samba e pagode do Amapá.

Existe no Amapá, hodiernamente, um amplo espectro artístico-cultural, extremamente rico do ponto de vista das suas tradições, da cultura indígena, negra e cabocla na Amazônia e, por desdobramento, no Amapá. Entretanto, dadas as especificidades de cada uma delas e, igualmente, naquilo que diz respeito à realização da pesquisa exploratória de cada uma, em especial, necessitei fazer a opção por um recorte analítico, no viés literário e musical, ou o que estou provisoriamente denominando de viés: “lítero-musical”.

Busquei dissertar a partir do prisma da compreensão dos gestores culturais a respeito da opção, quase sempre não preferencial que, na maioria das vezes se pratica, quando se trata de investimentos de determinada quantia econômico-financeira em espetáculos artístico-culturais, sejam eles nas áreas das artes visuais, da literatura, da música, do teatro, da dança, do artesanato, da escultura ou da gastronomia, somente para citar alguns desses aspectos possíveis de receber investimentos públicos.

Outros projetos culturais: os projetos Navegando na Vanguarda com Jorge Mautner e Festival QuebraMar de Música Independente foram concebidos para integrar um só acontecimento, a música, a literatura, o jornalismo, o teatro, a

pintura, o desenho, a fotografia, o cinema, o vídeo e o meio ambiente, em oficinas, palestras e exposições, ministradas por especialistas vindo dos quatro cantos do país da Tropicália.

A Festa da Tropicália. Navegando na Vanguarda com Jorge Mautner teve seu pré-lançamento numa programação cultural de vanguarda – A Festa da Tropicália, no SESC Centro (na Av. Padre Júlio Maria Lombaerd), sexta-feira, dia 21 de novembro 2008. A programação contou com um coquetel tropicalista (o Banquete da Tropicália), ao som do Clube do Vinil. O *show* principal “Noutras palavras sou muito romântico” apresentou o jornalista e poeta Aroldo Pedrosa interpretando canções românticas da Música Popular Brasileira (MPB), acompanhado da banda Equinócio Solar e as Tigresas da Vanguarda, que realizaram interpretações poéticas.

No encerramento, o poeta Aroldo Pedrosa reverenciou a Tropicália com a intervenção Ambiente de Festival. O poeta amapaense reviveu dois importantes episódios do movimento que renovou a cultura brasileira: o “Phono73”, quando o doce bárbaro e tropicalista Caetano Veloso, que voltava do exílio e subira ao palco para cantar com Odair José a música “vou tirar você desse lugar”. Após, junto com a banda Mini Box Lunar, Pedrosa interpretou a “Baby” emendando com a polêmica e explosiva “é proibido proibir”, ambas de Caetano Veloso e marcos do tropicalismo. As pessoas que participaram do encerramento do projeto “Aldeia SESC: povos da floresta”, no bairro Araxá, em Macapá, puderam saborear um pouco desse tal ambiente de festival.

Como fruto do projeto Navegando na Vanguarda, tivemos o barco da poesia concretizada: Navegar Amazônia e a banda Mini Box Lunar: música e poesia na terra do Marabaixo. Na UNIFAP, os vanguardistas Jorge Mautner e Nelson Jacobina fizeram um retrospecto histórico dos 40 anos do movimento tropicalista. Ambos participaram, também, do show de encerramento do festival QuebraMar com o show “revirão no ponto equidistante dos trópicos”, isso tudo no dia 7 de fevereiro de 2008.

O Ministro Gilberto Gil passou quase oito anos como Ministro da Cultura no Brasil e, com todo o seu prestígio político e pessoal, não conseguiu, ao longo desses anos como ministro, ampliar o orçamento da União de 0,5% para a pasta da cultura para 1,0%. Lembremos que, para a pasta da Educação, os investimentos da

União são constitucionalmente de 25%, só para lembrar. Então poderemos pensar que cultura não seria prioridade nesse país?

A pergunta foi antecipada pelo músico Renato Russo, líder da banda Legião Urbana, quando perguntava no início dos anos 80 que país é esse? E Cazuza na letra do poema Brasil afirmara: “Brasil, mostra a tua cara quero ver quem paga pra gente viver assim, qual é o teu negócio, qual o nome do teu sócio? confie em mim”.

Gilberto Gil – a tropicália no meio do mundo. Macapá-Amapá-Brasil. A edição comemorativa de cinco anos da Vanguarda Cultural – Uma Odisséia nos Trópicos brinda-nos com exclusividade com a última entrevista do compositor de “Domingo no Parque” como ministro da cultura. O dia era 28 de abril de 2008.

A revista Vanguarda Cultural tem concepção, edição e direção de Aroldo Pedrosa – Delegacia Regional do Trabalho (DRT) 0000027/AP, a proposta da revista leva muito em consideração o que ocorreu no Brasil, no ano de 1922, onde a “Vanguarda Intelectual brasileira” deu vazão a Semana de Arte Moderna, revolucionando-se, assim, a cultura nacional.

No ano, de 2008, da vinda de Gilberto Gil ao Amapá, comemoraram-se os 40 anos do movimento tropicalista (o tropicalismo ou a tropicália) e os 50 anos da Bossa Nova. Zuenir Ventura, escritor e jornalista escreveu: “1968, o ano que não terminou”, que, também, completou 40 anos.

Belíssimas letras retratam muito bem aquele período sombrio do cerceamento das liberdades individuais e coletivas no nosso Brasil da ditadura militar: “Vem, vamos embora Que esperar não é saber Quem sabe faz a hora Não espera acontecer [...]” – Pra não dizer que não falei das flores (Caminhando) de Geraldo Vandré; “Caminhando contra o vento Sem lenço sem documento No sol de quase dezembro Eu vou [...]” – Alegria, Alegria (Caetano Veloso); “Quando você foi embora Fez-se noite em meu viver Forte sou, mas não tem jeito Hoje tenho que chorar Minha casa não é minha E nem é meu este lugar Estou só e não resisto Muito tenho pra falar” – Travessia (Milton Nascimento/Fernando Brant).

A revista “Vanguarda Cultural” fez cinco anos. E há muito, muito mesmo o que comemorar! Por quê? Ora, editar uma revista especializada em cultura, de 48 páginas, precisamente no coração da floresta de um país de dimensões continentais e fabulosa diversidade cultural, como é o caso do Brasil, em que menos – veja só! – de 1% do orçamento da União é destinado à Cultura, dá pra imaginar, é evidente que há razões de sobra para tal celebração! E se menos de 1% vai para o Ministério da Cultura, dá pra imaginar, por exemplo, o que pode vir pro Amapá daí?! Pois é... Por mais insignificante que pareça a quantia, com a vinda do então ministro Gilberto Gil ao Amapá, no lançamento do Programa Mais Cultura, R\$ 14 milhões da União foram assegurados ao governo com fins de contemplar projetos elaborados por produtores culturais daqui, e, conseqüentemente, promover a cultura em todo o Estado.” (Aroldo Pedrosa in Isto é Vanguarda, na edição XIII, no ano de 2008 da Revista Vanguarda Cultural. Macapá-AP).

O ministro da tropicália no ponto equidistante entre os trópicos. O ministro da Cultura do Brasil veio finalmente ao Amapá. O dia era 28 de abril de 2008, o Amapá recebeu pela primeira vez um ministro da cultura. No Amapá até presidente da França, já esteve por aqui, mas ministro da cultura somente Gilberto Gil. E o ministro, provocador da quebra desse ineditismo absurdo, tinha que ser exatamente o tropicalista e doce bárbaro baiano Gilberto Gil.

Gilberto Gil veio ao Amapá para o lançamento do programa Mais Cultura do MinC, mas estimulado também pelos bons e envolventes ventos culturais que sopram em nossa direção. Os ventos são os que vêm do rufar das asas do Brilho de Fogo no sambódromo, quando a Beija-Flor de Nilópolis, ao bater no peito, fez converter espetacularmente em seu enredo as nossas potenciais exuberâncias, conquistando o título do carnaval carioca de 2008. Coube ao ministro Gil vir ao Amapá e no meio do mundo dar “aquele abraço” na nossa gente e nesse pedaço de floresta e cultura amazônicas que estão a pulsar natural e literariamente no meio do mundo.

Apresentaremos agora parte da entrevista que foi o último compromisso oficial do ex-ministro Gilberto Gil como ministro da cultura do Brasil, concedida com exclusividade a revista Vanguarda Cultural de Macapá ao jornalista Aroldo Pedrosa, no dia 29 de abril de 2008.

Falando do Brasil cultural o ministro afirmou: “O país tem fruído um pouco da dimensão amazônica na sua cultura. E isso evidentemente que precisa ser intensificado com ações governamentais com política pública que digam respeito diretamente à cultura.”

Continuou afirmando: “não creio que seja conveniente aqui tecer considerações se a história cultural brasileira tem sido generosa ou não com a região Amazônica.” Apesar do isolamento natural que essa região tem do resto do Brasil, por causa das suas características geográficas, ecológicas etc., e mais ainda por causa da sua condição demográfica, uma região de imenso território e pouca população comparada às outras regiões do Brasil. Não quero aqui cometer injustiças, uma vez que temos representantes exponenciais da vida cultural amazônica, para citar um: o poeta Thiago de Mello; é amazônico e tem dado uma contribuição extraordinária à cultura do Brasil. Para citar outro, na área da música: João Donato, também amazônico e tem dado extraordinária contribuição à música. Nós temos ainda no Pará músicos, maestros, compositores.

Na capital amazonense, Manaus, temos o Teatro Amazonas que, ao longo da história, tem prestado serviços inestimáveis à vida cultural brasileira. Então, de certa maneira, ainda que, não no nível, mas na medida necessária, o país tem fruído um pouco da dimensão amazônica na sua cultura. E isso evidentemente precisa ser intensificado. Intensificado com ações governamentais, com políticas públicas que digam respeito diretamente à cultura, políticas indiretas em outros setores que possam rebater na cultura.

Entende que se faz necessário haver uma “capacitação da Amazônia, para que ela posa compartilhar novas tecnologias, novos processos econômicos e modelos de negócios, na medida em que seja devidamente implantado na Amazônia, e que ela responda positivamente a esses novos estímulos. Isso deverá impactar o fator cultural amazônico, nela, na própria Amazônia, e no resto do Brasil.”

Em relação às expectativas no que diz respeito à cultura, Gilberto Gil, entende que “manifestações recentes como as que ocorrem em Parintins, que até bem poucos anos eram absolutamente ignoradas. A contribuição indígena para essa cultura moderna, contemporânea do turismo, dos grandes fluxos culturais ligados

aos negócios e ao entretenimento. Isso era uma coisa absolutamente inexistente até bem pouco tempo. Hoje, manifestações como as de Parintins já são reconhecidas pelo Brasil dessa dimensão importante da Amazônia.”

Afirma mais a frente que: “à proporção em que tenhamos capacidade de transferir populações de outros lugares do Brasil para a Amazônia, populações interessadas no empreendedorismo, em explorar a região nas suas várias possibilidades poderemos a partir daí capacitar melhor as populações amazônicas para o exercício de suas vidas nas várias formas de cultura e nas várias formas de produção.”

Ressalta defendendo que “obviamente que isso não é trabalho para um governo só, para uma gestão só, mas trabalho para uma sucessão de governos daqui pra frente. É como o professor Mangabeira Unger (ministro do Ministério para assuntos estratégicos)”. Conclui dizendo mais: “É preciso ter os marcos iniciais, os processos iniciais que antecipem uma prestação paga agora, desse futuro amazônico no Brasil e desse futuro brasileiro na Amazônia.”

Entendo que, em especial em Macapá, capital do Amapá, a execução de um espetáculo tem aqui presente uma gama de esforços, de energias e especificidades, que juntas dão química ao todo, pois temos a teatralidade do artista intérprete, em alguns casos com pitadas de humor e/ou gotas ou porções de dramaticidade. Em outros, há, também, a sinergia dos bailarinos, dançando suavemente juntos no mesmo palco. Há o encanto amplo ou nos cantos cenográficos, a artes ilusionista das luzes e os efeitos multicoloridos e encantadores, para alguns extasiantes, delirantes, exuberantes e inebriantes - antes, durante e depurativos depois de tudo.

- A UNIFAP em Extensão via PROEAC

Em 2006 a UNIFAP instituiu o projeto **Sexta Cultural e Conhecendo o Artista** sob a Coordenação do Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UNIFAP Professor Mestre Júlio César de Oliveira. Os projetos objetivaram, pela primeira vez na história recente da UNIFAP, implementar, institucionalizando no bojo das políticas públicas, uma política cultural na área artístico-musical na universidade.

Estes projetos aconteceram a cada primeira sexta-feira de cada mês, no Auditório Multiuso da UNIFAP, e contaram com as participações dos artistas amapaenses Zé Miguel, Osmar Jr, Amadeu Cavalcante, Bandas Negro de Nós e Raízes Aéreas, dentre outras atrações.

Ainda no ano de 2006, outro projeto foi implementado pela PROEAC – intitulado Arte na Escola, com a criação da Galeria de Artes Visuais, coordenado pela professora Jussara Barreiros, do curso de Artes Visuais da UNIFAP. Como desdobramento deste projeto, teve-se o projeto **Cultura Visual** na Escola sob a coordenação da citada professora e da própria coordenação do curso de Artes Visuais. Também, em 2006, implementou-se o projeto **Escola que Protege**, que teve a coordenação da Professora Rauliete Lima Silva, do curso de Ciências Sociais.

No interstício de 2007 a 2010 não houve efetivamente uma priorização na realização de projetos pela PROEAC de política cultural nas áreas artístico-culturais, apesar de, em alguns eventos políticos institucionais de inauguração de equipamentos de infra-estrutura física: como blocos de sala de aula ou de laboratórios, ocorrerem apresentações artístico-culturais com apresentações de Marabaixo.

Com efeito, percebe-se que não há, efetivamente, uma sinalização da gestão superior da UNIFAP, no sentido de estabelecer uma sistematização de projetos que busquem dar continuidade, efetividade e desdobramentos nas ações factuais, com vistas a promover atividades de políticas públicas institucionalizadas, nos diversos seguimentos de atuação da política cultural, comprometida com o desenvolvimento institucional da UNIFAP.

A descontinuidade nos projetos artístico-culturais se caracteriza quando, a cada ano, são outros projetos submetidos à seleção, em editais nacionais e regionais. Mesmo os recursos do orçamento da UNIFAP, que poderiam dar seguimento a proposta de institucionalidade uma Política Cultural na UNIFAP, não são priorizados. Logo, os antigos projetos são esquecidos ou simplesmente postergados. Há, por assim dizer, descontinuidade nas ações, e um descomprometimento da gestão universitária para que se possa, verdadeiramente, implantar, na UNIFAP, uma Política Cultural efetiva.

A Política Pública focada para a Extensão Universitária nas IFES contemporâneas, particularmente tratando-se da universidade brasileira, perdeu a exclusividade como centro produtor do conhecimento, assim como o *locus* ideal para a preparação e capacitação para o exercício profissional e a abertura, via qualificação, para acessar emprego e renda. Todavia, continua a ser a única instituição que permite que haja a articulação e o diálogo crítico e livre entre os distintos saberes e modos de conhecer e conceber.

A universidade hodierna tem um novo contrato social, qual seja: atuar, através da extensão universitária, de forma mais contundente e impactante nas resoluções de outras demandas que não somente a formação profissional através da graduação e/ou pós-graduação.

Nota-se, portanto, que as atividades de extensão universitária e de assistência estudantil proporcionam o alcance de três objetivos principais que são: a inclusão social e redução das desigualdades sociais; o crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor de desigualdades regionais e, por último; a contribuição para a promoção, expansão e fortalecimento da cidadania.

Assim, a extensão universitária, como processo educativo, cultural, científico e tecnológico, articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, ela faz parte do tripé clássico que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A universidade, por assim dizer, terá que estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.

Compreendendo a extensão como uma etapa do processo de produção do conhecimento e como eixo da universidade pública, é possível assegurar, por meio de suas ações, que o ensino seja aplicado de modo contextualizado, adequado e estabelecido com o propósito de atender às reais necessidades da sociedade por intermédio da extensão.

A universidade no século XXI deve estar fundamentada no princípio da liberdade de pensamento e da crítica para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e político-cultural; deve buscar o aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades numa perspectiva de formação continuada.

4.3 A ATUAÇÃO DA UEAP NA CULTURA. IMPLANTAÇÃO DA PROEXT EM 01 DE OUTUBRO DE 2007

Estudar e tentar explicar o processo de criação de uma universidade, é importante porque certamente uma decisão como essa não pode ser tomada sem que envolva conflitos e interesses divergentes. O caso da criação da Universidade do Estado do Amapá foi, ao que parece, cheio dessas controvérsias. Mesmo superando discussões e embate de natureza ideológica, tem-se como relevante explicar como uma instituição desta natureza pode ser criada e quais critérios são obedecidos frente à legislação geral e específica para essa matéria.

Uma instituição que acabou de nascer, com tamanha responsabilidade, deve logo se munir do conhecimento e saber das dificuldades e vicissitudes que giraram em torno do seu processo de criação. Certamente que um estudo de caso como esse pode explicar o grau e o nível de comprometimento de determinados governos estaduais com políticas públicas de ensino superior e com a educação em geral.

Isto é, neste caso pode estar havendo uma preocupação do governo do Estado do Amapá em aumentar a oferta de vagas públicas para o ensino superior, incluindo não só mais egressos do ensino médio, mas também egressos que sejam oriundos das escolas públicas estaduais e municipais. Isto pode ser uma realidade, mas a pesquisa é que comprovará de fato, porque a instituição decidiu que em seus quadros tenha, a cada processo seletivo, 50% de candidatos aprovados sendo egressos de escolas públicas.

De acordo com o Estatuto da UEAP ela é uma Instituição pública de educação superior, organizada sob a forma de autarquia pública de regime especial, autorizada pela Lei nº. 0969, de 31 de março de 2006 (AMAPÁ, 2006a) e instituída pela Lei nº. 0996, de 31 de maio de 2006 (AMAPÁ, 2006b).

O inciso I do Art. 2º do mesmo Estatuto diz que são fins, dentre outros, da UEAP (BRASIL, 1996a):

Promover a educação superior, desenvolvendo o conhecimento universal, com especial atenção para o Estado do Amapá e para a Amazônia, por intermédio de cursos de graduação e de pós-graduação, assim como de ações especiais, de forma a expandir o conhecimento e a cultura em todo o território do Estado do Amapá, concorrendo para a implementação das

finalidades gerais da educação superior, previstas no artigo 43 da Lei Federal nº. 9394/1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

O Regimento Geral da UEAP, na seção V, nos artigos 82 a 85, trata da Política da Pró-Reitoria de Extensão, que tem por objetivo programar, formular e implementar as políticas e os programas de extensão na UEAP.

O artigo 83 diz das competências da Pró-Reitoria de Extensão que são planejar e executar a política de Extensão da Universidade e ainda disponibilizar serviços aos discentes e docentes, bem como promover ações sociais à comunidade, através de projetos de extensão e ação comunitária. O artigo 84 trata da estrutura da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) que tem duas divisões, quais sejam: Divisão de Extensão e a Divisão de Ações Comunitárias e Assuntos Estudantis.

O artigo 85 detalha em oito incisos as competências da Divisão de Extensão, quais sejam: I. Elaborar e coordenar políticas, programas, projetos e atividades de extensão da Universidade; II. Elaborar seu plano de extensão, através dos projetos próprios da Pró-Reitoria e da sistematização dos planos e projetos encaminhados pelos colegiados dos cursos, atendendo o calendário da Universidade; III. Elaborar o relatório anual de extensão; IV. Manter os demais órgãos da instituição informados sobre o andamento das atividades de extensão; V. Oficializar junto a Pró-Reitoria a carga horária destinada às atividades de extensão aprovadas pelos colegiados; VI. Homologar o relatório anual das atividades de extensão e encaminhar a Pró-Reitoria de Graduação; VII. Proceder à avaliação global das atividades de extensão dos colegiados dos cursos; VIII. Promover a articulação com as coordenações de curso e professores, visando à realização de projetos e atividades de extensão da UEAP.

No parágrafo único, ainda do artigo 85, temos uma unidade que faz parte da Divisão de Extensão que é extremamente importante para a difusão e socialização da Política Cultural desenvolvida pela UEAP. Trata-se da Unidade de Ações Culturais, a qual compete: I. Colaborar com a criação, desenvolvimento de programas, projetos e/ou eventos de natureza extensionista, atendendo às demandas sociais de forma articulada às potencialidades da UEAP; II. Planejar e executar projetos de natureza artística e cultural, de modo a promover a integração da comunidade acadêmica e desta com a sociedade; III. Promover eventos que

valorizem a cultura local e regional capazes de integrar a comunidade acadêmica e comunidade externa; IV. Fomentar a integração dos servidores da UEAP, envolvendo-os em atividades esportivas e sócio-culturais; V. Incentivar e divulgar atividades de extensão desenvolvidas pela UEAP; VI. Propiciar vivências e expressões culturais através da proposição de atividades nas dependências da UEAP; VII. Contribuir com a consolidação de parcerias entre a comunidade interna e externa no processo de preservação e revitalização da cultura. VIII. Planejar e realizar concursos de cunho artístico-cultural envolvendo a comunidade acadêmica e a sociedade; IX. Integrar as ações culturais desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da UEAP, favorecendo diálogos entre suas ações; X. Executar eventos de cunho cultural, científico e esportivo, que oportunizem a reflexão sobre o ensino, a pesquisa e a extensão; XI. Estabelecer critérios para a isenção da taxa do processo seletivo para o ingresso nos cursos de graduação da UEAP.

O Capítulo XIV, do Regimento Geral da UEAP, trata da Extensão nos seus respectivos Artigos 148 a 150. Afirma que a atividade de Extensão na Universidade possui caráter institucional e é indissociável do ensino e da pesquisa e far-se-á através de cursos, programas e projetos. A Extensão será desenvolvida no sentido de formar pessoas em condições de proporcionar às comunidades locais e regionais a identificação de problemas bem como a busca de soluções que visem o bem estar coletivo.

- Atividades culturais UEAP - PROEXT 2008

Quatro foram as atividades culturais mais importantes da UEAP, no ano de 2008. Tais atividades estão descritas a seguir.

Apresentação do projeto “Jornada Cultural”, na quadra Poliesportiva da UEAP, com apresentação de Dança Moderna com grupo de dança Graham; apresentação teatral, com a encenação da peça “Seu Portuga e a Língua Portuguesa” e Música, com a apresentação dos cantores Rambolde Campos e Osmar Jr, isso tudo no dia 15 de agosto de 2008.

“Projeto Sonora Brasil” parceria da UEAP e SESC-Amapá, com as atrações nacionais intitulada “Música para Voz e Violão”, apresentada pelo Duo

Marcus Llerena (violão) e Rosenete Eberhardt (voz), no auditório Multimídia da UEAP, no dia 19 de agosto de 2008.

Exposição Itinerante de Artes Plásticas, com obras dos artistas Gibran Santana, Adaury Farias, Abenor Amanajás, Beto Peixe, Rostan Martins, Honorato Júnior, Coracy Fonseca e Frank Asley, no *Hall* de entrada da UEAP, no período de 22 de setembro a 03 de outubro de 2008.

“Projeto Sonora Brasil” parceria da UEAP e SESC-AMAPÁ, com apresentação do Madrigal Paidéia, no auditório Multimídia, no dia 28 de outubro de 2008.

- Atividades culturais UEAP – PROEXT 2009

Em 2009, vários foram os eventos, como podemos ver a seguir.

Participação na Semana de Pedagogia. Ocorrido nas dependências da UEAP. Participação na 1ª Semana Científica e Cultural de Língua Francesa, nas dependências da UEAP. Participação na 1ª Semana Científica e Cultural de Língua Inglesa, nos dias 12 e 13 de novembro de 2009, nas dependências da UEAP.

Participação na 1ª Semana Acadêmica de Engenharia de Pesca, no período de 16 a 18 de novembro de 2009, nas dependências da UEAP.

Apresentações Culturais: Bandas de Rock – Fax Modem e Nova Ordem, no dia 16 de novembro de 2009 no Hall de entrada da UEAP e Participação no decorrer da 1ª Semana de Filosofia – Filosofia e Culturas Contemporâneas, ocorrida no período de 16 a 19 de novembro de 2009. Locais de realização no Auditório da UEAP e no SESC-Centro.

Sarau poético: Fogo e Água, Grupo Tatamirô de Poesia, no dia 17 de novembro de 2009, no Auditório da UEAP.

Shows musicais com Roni Moraes; Vanea Avlis e Ydoreh Borges; Andrey Rodrigo, ambos no dia 17 de novembro de 2009, no Auditório da UEAP.

Mostra Cinema Possível, Grupo Plum Filmes e Filosofilme, no dia 18 de novembro de 2009, no Auditório da UEAP.

Apresentação teatral: vozes da Floresta, Grupo Tatamirô de Poesia, no dia 1 de novembro de 2009 no SESC-Centro.

Show “São Batuques” com Beto Oscar e Helder Brandão, no dia 19 de novembro de 2009, no SESC-Centro.

Natal Solidário realizado na Escola Estadual Jesus de Nazaré, no dia 12 de dezembro de 2009, com distribuição de Cinco Toneladas de Alimentos arrecadados quando da Inscrição do Processo Seletivo 2010. Tendo início com a distribuição na Comunidade Assistencial dos Capuchinhos e finalizando com a entrega de 150 Cestas Básicas para famílias carentes no bairro Jesus de Nazaré, no dia 29 de dezembro de 2009.

Elaboração e Coordenação do II Torneio de Integração da UEAP. O II Torneio de Integração da UEAP, realizado no período de 07 a 27 de novembro de 2009. Com as modalidades de Futsal, Vôlei (Masculino e Feminino) e Queimada Mista. Naquele ano, as equipes foram formadas pelos cursos da UEAP sendo: cinco equipes de futsal feminino, nove equipes de futsal masculino, cinco equipes de vôlei masculino, três equipes de vôlei feminino e cinco equipes de Queimada Mista.

Na abertura do II Torneio de Integração da UEAP, foi escolhida a Musa do Torneio a acadêmica do Curso de Letras Raine Albuquerque. A equipe de arbitragem foi composta pelos acadêmicos do curso de Educação Física da UNIFAP, com apoio da Federação Acadêmica de Desporto do Amapá (FADAP).

- A propósito da Cultura e seus Desafios no Estado do Amapá

Primeiro Ponto: defesa da diversidade.

Desafio: ponderar os aspectos da diversidade, proporcionando pontos de contato e integração dos diversos grupos culturais.

Política Pública Implantada: a Expo-Feira do Amapá é muito mais que um canal de negócios. Por que não dizer que os negócios são os coadjuvantes de uma diversidade cultural rica, que alegra os diversos grupos, não impondo vontades individuais?

Na Expo-Feira é o momento em que se veem apresentações de cantores de renome nacional e de artistas “da terra” – locais. Apresentações coreografadas se apresentam simultaneamente com interpretações musicais dos mais diversos ritmos, entoadas por bandas de rock, sertanejas, evangélicas e católicas, que dividem os mesmos palcos durante uma semana. Ao grito do “seguuuuuura peão”, bois e peões parecem bailar ao ritmo quente do Marabaixo Amapaense, que é exibido para os mesmos expectadores que apreciam os cantores de renome nacional que abrilhantam o evento.

Segundo Ponto: garantia da defesa dos produtos e do mercado cultural.

Desafio: garantir a identidade cultural mesmo em tempos de globalização, mantendo sob a tutela do Estado a gestão das iniciativas oriundas do âmbito da cultura.

Política Pública Implantada: A política pública voltada para o Artesanato Amapaense é gerenciada pela Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo, com assessoria direta do SEBRAE, a fim de que os artesãos não sejam meros produtores, e se transformem em guardiães de sua cultura.

É frequente a realização das “Feiras do Artesanato”, implantadas sazonalmente em diversos locais da cidade, com o objetivo tanto de vendas, quanto de tornar público os produtos que identificam a cultura local. As pessoas vão a estes eventos não somente para comprar, mas também com o intuito de passear com amigos ou mesmo com a família.

A importância dada a este segmento é tamanha, que o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresas (SEBRAE) desenvolveu um catálogo com diversos produtos do artesanato local, em diversas línguas, para que estrangeiros possam conhecer as produções feitas pelos artesãos do “torrão do Amapá”⁴.

Terceiro Ponto: maior abertura no intercâmbio internacional.

Desafio: desenvolver a cultura própria, sem permanecer no isolamento cultural.

Política Pública Implantada: Estes desafios foram superados com iniciativas de integração com a Guiana Francesa, país que faz fronteira com o extremo norte do

⁴ Termo constante da Canção do Amapá, referente ao Estado do Amapá.

Estado. Uma das políticas públicas implantadas no Estado foi o Centro de Língua Francesa Danielle Mitterrand, em que os cidadãos amapaenses podem aprender o idioma francês desde o nível básico até o nível máximo, em que estarão fluentes na língua francesa. Esta iniciativa visa à integração franco-brasileira, e aumenta as chances de intercâmbio socioeconômico.

Um dos desdobramentos desse intercâmbio cultural internacional é o “Festival Internacional de Turismo no Meio do Mundo”, que ocorre na área do entorno do Monumento Marco Zero do Equador, em que todas as mídias impressas colocadas nos stands do Festival são disponibilizadas em Português e em Francês, visto que o Festival é divulgado na Guiana Francesa e recebe uma comitiva de cidadãos franceses. O Festival neste ano ocorrerá em sua terceira edição.

Quarto Ponto: Manifestações Culturais Enquanto Patrimônio.

Desafio: Manter as tradições culturais do Estado, e resgatar as que estavam em desuso.

Política Pública Implantada: o Amapá tem diversas manifestações culturais genuinamente amapaenses, desenvolvidas no decorrer dos anos, e também outras trazidas dos imigrantes, que alcançaram uma magnitude tamanha, ao ponto de se tornar uma tradição no Estado.

Entre as referências amapaenses das mais importantes e expoentes estão o Marabaixo e o Batuque, que têm recebido um olhar especial da Gestão Pública. Tanto o Marabaixo quanto o Batuque são manifestações culturais tipicamente tucujenses (Tucujus são os primeiros indígenas que habitaram as terras do Amapá).

Nestas manifestações temos os sentidos percussivos através de tambores, de coreografias tradicionais ou estilizadas, com indumentárias coloridas e sempre com motivos florais, tudo acompanhado da inseparável bebida “gingibirra” (funciona como estimulante para a dança e a sedução).

Não menos importantes, as manifestações culturais trazidas por imigrantes de outros estados, receberam grande aceitação da população, ao ponto de se tornarem tradições amapaenses. Uma que estava relegada ao segundo plano

é a Festa Junina, que ocorria em ações isoladas. Na década de 80 as quadrilhas juninas eram um dos eventos mais importantes no calendário cultural, mas o tempo a corroe e estava sem brilho.

De olho na manutenção deste patrimônio cultural, foi resgatada esta manifestação, como um grande evento oficial do Estado, denominado “Arraiá do Meio do Mundo”, trazendo para o espaço da Expo-Feira na Fazendinha um Festival de Quadrilhas Juninas, onde as mesmas são premiadas, neste festival de apresentações culturais que está em sua segunda versão. Há apresentação de artistas regionais e nacionais. No evento, há uma integração da gastronomia local com a nordestina, em que comidas típicas do Estado do Amapá são oferecidas na mesma “barraca” que se oferecem comidas nordestinas.

Esta é a sensação que nos invade, pois apesar do Amapá ser um Estado relativamente novo, em ascensão econômica, e ainda traçando sua identidade cultural, foi possível configurar diversas políticas públicas em todos os “desafios para o futuro”.

Esta conclusão aprova os esforços feitos pelos gestores públicos no âmbito da cultura, quando se apura que, o que antes eram iniciativas socioculturais para atender a uma “raça guerreira”⁵, acabou por se revelar como a superação dos “desafios para o futuro”. Ou seja, “os pés no presente, os olhos no futuro”⁶.

⁵ Trecho da Canção do Amapá, um dos símbolos do estado Amapá, tido como o hino oficial, em que os autores se referem ao povo amapaense como raça guerreira.

⁶ Slogan do Governo Estadual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que as transformações ocorridas na sociedade brasileira e na cultura local (re)definem nossa identidade. Ambas estão relacionadas à atuação do Estado. Enquanto tencionador dos contextos em permanente mudança, o Estado parece estar também no campo da cultura se adequando, progressivamente às conveniências do mercado. Nos mais diversos modelos de ação, o Estado se movimenta em direção ao fomento da auto-sustentação das organizações culturais. Agiu no sentido da preservação em alguns momentos, mas sem perder o eixo estratégico de sua ação, que é de forçar a construção da sustentação econômica das organizações no campo da cultura.

As políticas públicas estiveram sempre no bojo de uma macroestratégia de transformação da cultura em “oportunidades” economicamente viáveis. Atualmente, a área da cultura, no Brasil, experimenta um arejamento do predomínio da concepção neoliberal nas políticas públicas culturais. Desde o primeiro mandato do governo Lula, o Partido dos Trabalhadores apresentou o documento “A imaginação a serviço do Brasil” como eixo orientador das políticas públicas culturais que marca uma ruptura com as políticas dos governos anteriores, defendendo uma visão ampliada do conceito de cultura no viés antropológico, assim como uma preocupação com a democratização da gestão e das políticas públicas.

A concretização desses dois princípios está na proposta das duas principais políticas atuais: o Sistema Nacional de Cultura como sistema de gestão, informação, promoção e articulação das políticas públicas entre os entes federados com participação social para realizar reforma do aparelho nacional de cultura, descentralizando o acesso e a gestão dos recursos. O Programa Cultura Viva, concebido como rede orgânica de criação e gestão cultural dirigido à cultura popular para potencializar a criatividade e o resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida localmente.

Dentro desse contexto, verifica-se que o projeto idealizado pela ciência, no que concerne à liberdade prometida ao homem, não se concretizou, assim como tampouco o projeto de garantia de uma vida igualitária e de ascensão social a todos.

Compreendemos ainda que os meios de difusão da informação e da cultura são repassados carregados da ideologia dominante, onde há a ilusão de se agir seguindo-se nossos pensamentos e nossas vontades próprias.

O mundo se modificou, estamos na era da globalização, mas infelizmente problemas como a fome, a miséria, a crescente pauperização e as desigualdades sociais, ainda se fazem presentes, contraditoriamente, numa era de riquezas, de avanços e transformações ocorridas na sociedade em virtude do desenvolvimento científico e tecnológico e suas implicações, assim como o próprio desenvolvimento das ciências em geral.

Juca Ferreira, sociólogo e Ministro da Cultura, afirma:

A cultura nos traduz e nos diferencia. É por meio dela que nos revelamos uma sociedade original, plural e tolerante. Além disso, gera renda, trabalho e cidadania. Sua cadeia produtiva já responde por 8% do PIB, segundo uma estimativa do IPEA. Os gastos com bens culturais constam entre as principais despesas das famílias. A diversidade cultural é considerada, ao lado da biodiversidade, uma das fontes para um novo modelo de desenvolvimento (FERREIRA, 2008).

Prossegue dizendo, no artigo intitulado: “Para a Cultura Pautar nosso dia-a-dia”, que as carências a superar, em nosso país, são grandes. Segundo o do IPEA, o IBGE e o MinC apenas 4,2% das prefeituras brasileiras têm estruturas específicas para gerir a cultura. Acima de 75% dos municípios não contam com centros culturais, museus, teatros, cinemas. E boa parte da população nunca acessou à internet. Esse artigo foi publicado no dia 10 de dezembro de 2008 pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

O Brasil, de acordo com Ferreira (2008), vem enfrentando essa realidade com iniciativas como o Mais Cultura, um reforço de R\$ 4,7 bilhões até 2010 para regiões sem equipamentos de acesso ou em situação de vulnerabilidade. Os Pontos de Cultura vem ampliando as manifestações locais bem-sucedidas, criando uma rede interligada. Afirma que o governo Lula tem demonstrado atenção às culturas populares, dando voz a segmentos historicamente ignorados. Através de Editais expande-se o acesso aos recursos e o fomento às artes consolidadas.

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura e foi reestruturado a partir do

Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005. Este órgão tem como finalidade “propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional”.

São competências do plenário, dentre outras, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Nacional de Cultura; estabelecer as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura; apoiar os acordos para a implantação do Sistema Federal de Cultura; e aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura.

Buscou-se ao longo deste trabalho compreender mais especificamente a Cultura Tucujuense (amapaense) procurando analisar e interpretar o processo de construção da Política Cultural e sua relação com a Educação Superior pública no Amapá como parte integrante das políticas públicas para a Cultura na Amazônia e no Brasil.

A pergunta que norteou a pesquisa foi: Existe uma Política Cultural voltada para a Educação Superior no Brasil? Quanto à hipótese suscitada, nota-se que a mesma foi parcialmente comprovada, haja vista que as universidades públicas no Amapá: UNIFAP e UEAP, apesar das dificuldades que enfrentam, no seu quefazer diário, vêm contribuindo com programas e projetos voltados à Política Cultural Tucujuense.

Valendo-me de minha experiência acadêmica e política entendo que, naquilo que concerne às organizações do domínio da cultura, elas contribuem para o desenvolvimento de uma consciência de cidadania e sua construção amplia o espaço da cultura como elemento essencial nesse avançar da participação ativa e consciente da sociedade com o propósito de solucionar os problemas enfrentados.

Entende-se que os investimentos que objetivam garantir os direitos culturais ao cidadão são responsabilidade constitucional do Estado. Aqui se inclui a criação e manutenção de equipamentos culturais, valorização do patrimônio cultural, formar e informar o cidadão, além de oportunizar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação.

O financiamento público da cultura deve, portanto, abarcar diferentes dimensões de uma política cultural, com instrumentos adequados para cada tipo de necessidade. A base da pirâmide é a infra-estrutura, necessária para o desenvolvimento de todas as outras funções e, no seu topo, encontra-se a indústria cultural.

Assim como o fluxo econômico depende de infra-estrutura viária e energética, o Brasil necessita de um investimento de base que desenvolva o fluxo simbólico. O potencial simbólico de um povo e de uma nação está intimamente ligado a sua capacidade de desenvolvimento artístico, estético, de linguagem e de mercado.

Por assim dizer, o Brasil precisa desenvolver fundos públicos autônomos, qualificados e com orçamento para lidar com essa demanda. O fomento não pode depender do mercado, tampouco estar sujeito às intempéries dos governantes. Há uma grande concentração de iniciativas localizadas entre o experimentalismo e a indústria.

O modelo de financiamento brasileiro precisa incentivar o empreendedorismo, possibilitando, assim, um diálogo com o mercado, ao mesmo tempo em que se pensa e se estrutura enquanto atividade artístico-cultural. Os mecanismos de mecenato, já existentes e consolidados, precisam ser readequados para que possam atender a essa imensa demanda cultural.

A cultura é elemento fundamental e insubstituível na construção da própria identidade nacional. Cada vez mais, a cultura se destaca na economia brasileira, como fonte de geração crescente de empregos e renda. A cultura exerce um papel principal para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano.

A cultura deixou de ser direito universal para se tornar privilégio de poucos. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projeto de desenvolvimento. O direito à diferença, e à construção individual e coletiva das identidades através das expressões culturais é elemento fundamental da promoção de uma cultura de paz.

A propósito, algumas conclusões a que se chega: os artistas no Amapá têm feito manifestações quase sempre favoráveis às iniciativas que ocorrem, com

certa regularidade, nas duas instituições públicas universitárias amapaenses: UNIFAP e UEAP nos mais diversos segmentos da cultura artística, literária e musical amapaense.

As universidades públicas do sistema federal de educação superior, além da produção de cultura, do estudo crítico e da formação de quadros, têm assumido a responsabilidade de estimular a criação experimental, preservar o patrimônio simbólico, criar novos espaços e ampliar a formação do público, de modo que os valores tradicionais e contemporâneos sejam conhecidos e incorporados, sobretudo, pelas novas gerações e pelos historicamente excluídos.

A promoção de políticas e práticas culturais, quando empreendida por instituições universitárias do sistema público, inclui necessariamente, entre os seus conceitos orientados, o da indissociabilidade entre educação, arte e cultura, solidariamente consideradas como instrumento global de conhecimento crítico, transformador da realidade.

A dinâmica da cultura, com suas tradições, inovações e renovações possui capacidade de preservação e até mesmo expansão de suas fronteiras. No que tange a essas riquezas, citamos, como exemplo da cultura amapaense, o Marabaixo, que, ao lado do Batuque, é sem dúvida a maior e mais forte manifestação popular da cultura tucujuense (amapaense). Verifica-se, aqui, uma batida percussiva inédita, estilizada, que é o Marabatuque (misto do Marabaixo com o Batuque). Usando-se os tambores tradicionais do marabaixo, e em algumas situações os tambores do batuque.

No ano de 2007, no mês de setembro, o músico e educador musical José Maria Cruz publica o primeiro número da revista *Amazônia Musical: o som da floresta* é a primeira revista de música regional cifrada. Obteve à época apoio cultural e incentivo da UNIFAP, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, contendo quarenta e oito páginas. Nesse primeiro número, tivemos entrevista a respeito da música e poesia de Osmar Júnior; músicas cifradas do Grupo Pilão, Banda Sayonara, Ronery, Zé Miguel, José Maria Cruz, Patrícia Bastos, Fernando Canto, dentre outros; A revista contém, também, crônicas de escritores amapaenses, bem como a explanação do método desenvolvido para estudantes de violão, teclado e

guitarra. Por falta de incentivos culturais e econômico-financeiros, os números subsequentes da revista não puderam ser publicados e comercializados.

No que concerne às Políticas Culturais encaminhadas no âmbito acadêmico público no Amapá, podemos afirmar que, apesar das dificuldades, são incontestáveis as contribuições que as Universidades: UNIFAP e UEAP estão propiciando à sociedade amapaense.

No que diz respeito às decisões por parte de gestores naquilo que diz respeito a investimentos públicos em política cultural, no início de 2008, a prefeitura municipal de Macapá e o governo do estado do Amapá decidiram investir na divulgação em âmbito nacional através do Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis nas comemorações dos 250 anos de criação da cidade de São José de Macapá.

O sentimento de Amapalidade, que é o mesmo sentimento de ser Tucujuense, ou seja, amapaense e ter convicção, paixão, razão e consciência de viver num dos melhores lugares do mundo contemporâneo. Há, na Amazônia e no Amapá, atualmente, um amplo movimento visando à promoção da arte cultura afrodescendente, tendo como principal influência o marabaixo e o batuque. Estas, influências, são bastante ricas do ponto de vista das suas tradições, das culturas: indígena, negra e cabocla.

Ainda, no ano de 2008, tivemos a realização do projeto Amapá em Cantos: a música do Amapá visita São Paulo. O Amapá (sede de muitas das mais vivas e belas manifestações da cultura popular herdada dos negros africanos: o marabaixo, o batuque, as baladas e outros ritmos tucujuenses, que se constituíram através de fusões rítmicas africanas com a cultura de outros povos), é um lugar onde o folclore se mantém vivo em sua dinâmica de reconstrução, através das vivências artísticas e culturais que se desenrolam no cotidiano.

O projeto Amapá em Cantos tem como objetivo difundir a musicalidade do Amapá e toda sua influência poética e rítmica por todos os cantos do país. Busca, igualmente, estabelecer uma troca de informações culturais; promover encontros que vão além da harmonia musical, e busca despertar e difundir a cultura

amapaense. Fizeram parte desse projeto treze atrações do Amapá com trabalho reconhecido e autoral no norte amazônico.

O Amapá em Cantos aconteceu no período de 20 a 30 de novembro de 2008, em São Paulo, nas dependências do SESC Ipiranga. Com uma banda fixa formada por onze músicos, os shows apresentaram os artistas amapaenses: Enrico Di Micelli, Patrícia Bastos, Juliele, Marcelo Dias, Cléverson Baia, Zé Miguel, Grupo Senzalas, Nivito Guedes, Osmar Junior, Naldo Maranhão, banda Negro de Nós, Verônica dos Tambores, Ronery, grupo de marabaixo e grupo de batuque.

Foram quinze atrações do Amapá e treze convidados especiais, dentre eles: Chico César, Leci Brandão, Vicente Barreto, Vitor Ramil, Celso Viáfora e Ceumar. Cada um dos artistas convidou para sua apresentação um compositor, instrumentista ou intérprete do cenário musical brasileiro. O Projeto contou com financiamento do Ministério da Cultura e apoio cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Amapá.

O Governo do Amapá, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes (Seafro), em parceria com as comunidades tradicionais do Estado, realiza a programação dos festejos do Ciclo do Marabaixo de 2010. No sábado, 8 de maio, aconteceu o Marabaixo do Corte do Mastro, no Curiaú, das 8 às 13 horas. Na ocasião, participaram os cinco grupos que realizam o ciclo: o Berço do Marabaixo, Marabaixo do Pavão, Azebic, Raimundo Ladislau e Campina Grande. No domingo, 9 de maio, as festividades do Grupo Berço do Marabaixo homenagearam o Dia das Mães. O evento aconteceu no barracão da Tia Gertrudes, na antiga Favela, bairro Santa Rita, na parte da tarde. Ainda no domingo, o Grupo Azebic realizou o Mastro da Santíssima Trindade dos Inocentes, na Avenida Mendonça Furtado, 1882, Santa Rita. O show de marabaixo iniciou com a saída para a busca do Mastro, pela manhã, de 9 às 12 horas, na casa do festeiro, onde se serve muita gengebirra.

O Grupo Raimundo Ladislau realizou, igualmente no domingo, 9 de maio, o 2º Marabaixo do Mastro, às 10 horas, na Rua Eliezer Levy (próximo à UNA), Laguinho. O Marabaixo do Pavão também comemorou o domingo do Mastro, em grande estilo, com início às 10 horas, na Avenida Nações Unidas, 1160, bairro Laguinho. No dia 15 de

maio, a União Folclórica de Campina Grande garantiu diversão e alegria às mães, indo até às 6 horas da manhã. Na ocasião, houve jogos com as mães, almoço, bingo e baile dançante, na BR 156, quilômetro 21, Campina Grande.

Este ano o Ciclo do Marabaixo homenageou o grande mestre da cultura afroamapaense, Raimundo Lino Ramos, o Mestre Pavão, que durante toda a sua vida lutou pela preservação das manifestações culturais herdadas dos ancestrais. Segundo o secretário extraordinário de Políticas para os Afrodescendentes, Manoel Azevedo, o Ciclo do Marabaixo não se restringe à área urbana da capital. A zona rural amapaense, da qual faz parte o grupo Campina Grande, também é contemplada e garante alegria e religiosidade para toda a comunidade.

O Ciclo do Marabaixo integra cinco rituais característicos, identificados como: Aceitação da Bandeira; Mastro; Murta e Levantação do Mastro; Domingo do Espírito Santo da Trindade e Derrubada do Mastro. Em cada um desses, ocorrem os ritos próprios da manifestação que se reveste num legado cultural herdado de antepassados africanos.

No Amapá, o Ciclo do Marabaixo é comemorado todos os anos por grupos organizados que trabalham para manter vivas as tradições das raízes herdadas de seus ancestrais. O evento faz parte do calendário oficial de festividades do Governo do Estado. No contexto urbano da cidade de Macapá, as tradições do marabaixo se mantêm, sendo praticadas nos bairros da favela e do Laginho. A programação do Ciclo do Marabaixo prosseguiu até o dia 6 de junho nos barracões de cada grupo.

A convicção da possibilidade real de continuidade de uma Política Cultural na Amazônia Amapaense temos na Bacabeiras Produções e em Sonia Canto Produções. A proposta dessa continuidade das produções locais, regionais e nacionais fundamenta-se, por exemplo, nas ações concebidas por Sonia Canto Produções. Cito duas das suas produções mais recentes.

Uma platéia atenta viu o talento de Humberto Moreira explodir no show Certas Canções, que aconteceu no dia 07 de maio de 2010 no Bar Teatro Carinhoso. O resultado do trabalho foi muito elogiado, graças ao trabalho coletivo

das equipes de produção, da técnica e banda sob responsabilidade do músico Finéias Nelluti.

No dia seguinte, o show Balé de Luz, de Juliele, encantou a todos com o seu talento. Soma-se a isso a competência do maestro Manoel Cordeiro, na direção musical e de Túlio Feliciano, na direção de palco. Essas ações foram fundamentais para que Juliele se apresentasse com tranquilidade e leveza para brindar a todos com sua voz na Choperia da Lagoa, no dia 08 de maio de 2010.

Temos, igualmente, verificado a realização de *shows* e de eventos importantes, no setor cultural, em diversos locais da cidade. São eles: o Teatro das Bacabeiras, o Auditório Multiuso da UNIFAP, o Auditório da UEAP, o Centro Cultural Franco Amapaense, o Centro de Difusão Cultural João Batista de Azevedo Picanço, o Monumento Marco Zero do Equador, a União dos Negros do Amapá (UNA), o Sambódromo do Amapá, a Casa de Cultura Ceará da Cuíca, o Bar Teatro Carinhoso, a Choperia da Lagoa, o SESC Amapá (Araxá e Centro), o Malocão do SESI, o Largo dos Inocentes (na Confraria Tucuju), dentre outros espaços.

Na UEAP, desde 2009, está havendo uma (re)movimentação artística, filosófica, científica e cultural originárias. Acontecem discussões importantes através dos Cafés. O Café Filosófico iniciou em 2009, sob a iniciativa e coordenação do filósofo e escritor Herbert Emanuel. O Café com Ciência teve seu início em 2010, sob a coordenação da educadora Sílvia Simone, que também é coordenadora do curso de licenciatura em ciências. Há, ainda, avanços com projetos de Cultura universitária, de Cultura artística, literária, teatral e musical realizados, respectivamente, no período de 2008 a 2010.

Ontem, vivenciamos o movimento Costa Norte (hoje o Instituto Costa Norte) capitaneado pelo músico e compositor Osmar Júnior, seguido de perto por Amadeu Cavalcante, Zé Miguel, Ronery, Rambolde Campos, Grupo Senzalas, Grupo Negro de Nós, Grupo Pilão, Banda Placa, Banda Brindes, Banda Moara, Joãozinho Gomes, Val Milhomem, Enrico Di Miceli, Patrícia Bastos, Juliele, Ana Martel, Adriana Raquel, Silmara, Claudete, Nonato Leal, Venilton Leal, Finéias Nelluti, Nivito Guedes, Cléverson Baia, Adail Júnior, Bebeto Nandes, Naldo Maranhão, Marcelo Dias, Lolito do Bandolim (Matéria Prima), Beto Oscar, Helder

Brandão, Ricardo Smith, dentre outros artistas comprometidos com a arte e a cultura musical da Amazônia amapaense.

Ao se fazer referências aos anexos, pode-se dizer que, no anexo A, trato de participações do gestor, militante e pesquisador na seara da política cultural, com participações em eventos dando contribuições a partir do comprometimento com a causa da Política Cultural na Gestão da Educação Superior. O mesmo ocorreu como Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UNIFAP, como Vice-Reitor, no exercício da Reitoria da IFES, como Pró-Reitor de Extensão da UEAP e na condição de Educador da UNIFAP (informações adicionais em www.unifap.br/borges). No anexo B, temos os gestores atuais das Pró-Reitorias de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

No anexo C, temos uma entrevista com Fernanda Takai à Revista Vanguarda Cultural intitulada “Eu nasci na Serra do Navio”. Ela é amapaense, nascida no município de Serra do Navio a líder da Banda mineira Pato Fú, e nunca negou sua origem amazônica e tucuju. No anexo D, temos informações complementares a respeito da Rede Nacional de Extensão (RENEX), que é uma iniciativa do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Esta rede mantém cadastro atualizado das IES integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEX/Brasil), que é um banco de dados sobre as práticas de extensão no País. Quanto à política nacional de extensão, esta vem sendo pactuada pelas Instituições de Educação Superior integrantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Está expressa no Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999, o qual define, como diretrizes para a extensão a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a interdisciplinaridade e a relação bidirecional com a sociedade.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Lei nº. 0969, de 31 de março de. **Diário Oficial do Estado**, Macapá, AP, 1 abr. 2006a.

_____. Lei nº. 0996 de 31 de maio de. **Diário Oficial do Estado**, Macapá, AP, 1 jun. 2006b.

BARBALHO, A. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Ijuí, 1998.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Decreto nº. 98.997, de 2 de março de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 mar. 1990.

_____. Lei nº. 7.530, de 29 de agosto de 1986. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 1986.

CABRALE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2007.

CANCLINI, N. G. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set/dez. 2003.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

FERNANDES, F. **O folclore em questão**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, J. Para a cultura pautar nosso dia-a-dia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2008. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=7437>. Acesso em: 20 abr. 2010.

FREYRE, G. **Interpretação do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

MINAS GERAIS. Lei nº 15.975, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.bheventos>.

com.br/legislacao/59/Lei-Estadual-de-incentivo--cultura.html?tipo=i&id=59&pagina=2>. Acesso em: 20 maio 2010.

PANIZZI, W. M. **Universidade para quê?** Porto Alegre: Libretos, 2006.

PEDROSA, A. Isto é vanguarda. **Rev. Vanguarda Cultural**, Macapá, AP, ed. 13, 2008.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Marco referencial da área temática comunicação**. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>>. Acesso em: 8 maio 2010.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cultura).

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 120).

_____. **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: _____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. 2. ed. São Paulo: Record, 2006.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133-155.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACEVEDO MARIN, R. E.; BRASIL, W. **Internacionalização da educação superior no Brasil: relatório final**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, 2004.

ADUFPA. Reforma da educação superior ou destruição da universidade pública? **Cadernos da ADUFPA**, Belém, PA, out. 2004.

BAHMA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAZZO, V. L. **Constituição da profissionalidade docente na educação superior**. 2007. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BERLINK, M. T. **Centro popular de cultura da UNE**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BOSI, A. **Cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa. **Mapa da educação superior**. Brasília: INEP, 2004.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Ministério da Educação. **Enfrentar e vencer desafios: educação superior**. Brasília: Secretaria de Educação Superior/MEC, abr., 2000a.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Resultados e tendências da educação superior – Brasil**. Brasília, ago. 2000b.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Resultados e tendências da educação superior no Brasil**. Brasília, jun. 2000c - a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A política nacional para o ensino superior brasileiro**. Brasília, set. 1996b.

_____. Ministério da Cultura. **Cultura é um bom negócio**. Brasília, 1995.

_____. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretriz e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

_____. Congresso Nacional. Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 1968.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A reforma da educação superior no Brasil nos anos 90: diretrizes, bases e ações. In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (org.). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAVALIERI, A.; THIOLENT, M. **Avaliando o desempenho da universidade**. São Paulo: Loyola, 2004.

CERTEAU, M. **Culturas no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CHAUÍ, M. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Seminários).

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior. In: CNE/UNESCO. **Conferência do Fórum Brasil de Educação superior**. Brasília, 2004.

_____. Luta política nas universidades federais: poder sindical versus poder acadêmico. **Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas: v. 8, n. 3, set. 2003a.

_____. Por uma lei orgânica do ensino superior. In: A UNIVERSIDADE na Encruzilhada – porque e como reformar? Brasília: MEC/UNESCO, 2003b.

DEMO, Pedro. Ensino superior no século XXI: direito de aprendizagem. In: CONFERÊNCIA, 23 abr. 2004, Porto Alegre. **Reflexões 2004...** Porto Alegre: PUC/RS, 2004.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. (org.). **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

DIEHL, A. **Cultura historiográfica brasileira**. Passo Fundo: UPF, 1998.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**: São Paulo: EDUSP, 2006.

FRIGOTTO, G.; SAMPAIO, H. (org.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa Sobre o Ensino Superior – NUPES/USP, 2001.

GENTILLI, P. (org.). **Universidades na penumbra – neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES DA SILVA, J. R. Ensino superior no século XXI: mudanças, desafios e competências. In: CONFERÊNCIA, abr. 2003, Porto Alegre. **Reflexões 2003...** Porto Alegre: PUC/RS, 2003.

GOMES, A. M. Política de avaliação da educação superior, controle e massificação. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 275-298, set. 2002

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

INSTITUTO PARA A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre, 2002.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LOPES, L. R. **Cultura brasileira** – de 1808 ao pré-modernismo. 2. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1995.

MACEDO, A. R. de. A globalização e o ensino superior – entrevista. **Revista Ensino Superior**, n. 48, set. 2002.

MARTINS, E. de R. **Cultura e poder**. Brasília: IBRI/FUNAG, 2002.

MICELI, S. **Estado e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Universidade brasileira**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <<http://www.unifap.br/borges/filosofia1.htm>>. Acesso em: mar. 2010.

MOROSINI, M. C. (org.). **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: INEP, 2006.

NAPOLITANO, M. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2002.

_____. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950 – 1980). São Paulo: Contexto, 2001.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PAULA, M. de F. (org.). **Debatendo a universidade**: subsídios para a reforma universitária. Florianópolis, SC: Insular, 2004.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O Ensino superior no mundo e no Brasil** – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória. [S.l.]: [s.n.], 2003.

QUEIROZ, D. M. **Universidade e desigualdade** – brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber Livros, 2004.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

_____. **Educação superior brasileira**: reforma e diversificação institucional. Bragança Paulista: EDUSF, 2000b.

RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. **Universidade e compromisso social**. Brasília: [s.n.], 2006. (Coleção Educação Superior em Debate).

SAHLINS, M. **História e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zoaar, 2006.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR, J. dos R. (org.). **Políticas públicas para a educação superior**. Piracicaba, SP: EDUNIMEP, 1997.

_____. **Educação superior no limiar do novo século** – traços internacionais e marcas domésticas. Piracicaba, SP: [s.n.], 2002.

SILVA, M. A.; SILVA, R. B. **A idéia de universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livros, 2006.

SINGER, P. A universidade no olho do furacão. **Dossiê Educação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 142, p. 305-316, maio/ago. 2001.

SIQUEIRA, Â.; NEVES, L. M. W. (org.). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

SOARES, M. S. A. (coord.). **Educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

TEIXEIRA NETO, J. Da política cultural à cultura política. **Revista Contato**, Brasília, n. 2, jan./mar. 1999.

_____. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1968**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2005.

THAYER, W. **A crise não moderna da universidade moderna**. Belo Horizonte, MG: EDUFMG, 2002.

TINHORÃO, J. R. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Estatuto**. Disponível em: <<http://www.unifap.br>>. Acesso em: mar. 2010.

WEFFORT, F. **A Cultura e as revoluções da modernidade**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2000.

WEFFORT; F.; SOUZA, M. **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Brasília: Ministério da Cultura, 1998.

WILLIAMS, R. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ZAINKO, M. A.; GISI, M. L. (org.). **Políticas e gestão da educação superior**. Florianópolis: Insular, 2003. (Coleção: Gestão e Política, 2).

ANEXOS

ANEXO A – Atividades curriculares do pesquisador

Participações em Eventos e Contribuições a partir de nosso comprometimento com a causa da Política Cultural na Gestão da Educação Superior.

Como **Pró-Reitor de Ensino de Graduação** (junho de 2002 a fevereiro de 2003) da Universidade Federal do Amapá – **UNIFAP** representei a universidade nos eventos:

- Encontro de Pró-Reitores do Programa Alfabetização Solidária, realizado em Brasília-DF, no dia 16 de agosto de 2002.
- III Semana do Programa Alfabetização Solidária e do Seminário: Fortalecendo a Rede de Parcerias, realizado em São Paulo-SP, no período de 09 a 13 de setembro de 2002. Sob a Coordenação de Regina Célia Vasconcelos Esteves, Superintendente Executiva e Coordenadora Nacional do Programa Alfabetização Solidária.
- XXIII Encontro Regional Norte/Nordeste do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (ForGRAD), realizado em Belém, Estado do Pará, no período de 01 a 03 de dezembro de 2002. O Fórum foi presidido pelo Prof. Dr. Roberto Quental Coutinho e como Coordenador Geral do evento o Prof. Mário Francisco Guzzo.
- XVI Encontro Nacional do ForGRAD, realizado em Campo Grande-MS, no período de 18 a 21 de maio de 2003. O Fórum foi presidido pelo Prof. Dr. Roberto Quental Coutinho e como Coordenador Geral do evento a Prof^a Maria José de Jesus Alves Cordeiro.
- XXIV Encontro Regional Norte/Nordeste do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (ForGRAD), realizado em Salvador-BA, no período de 07 a 09 de dezembro de 2003. O Fórum foi presidido pela Prof^a Dr^a Vera Lúcia Puga de Souza e como Coordenador Geral do evento esteve o Prof. Maerbal Bittencourt Marinho.
- XVII Encontro Nacional do ForGRAD, com a temática “A Política Nacional de Graduação no Contexto da Reforma Universitária”, realizado em Manaus-AM, no período de 16 a 19 de maio de 2004. O Fórum foi presidido pela Prof^a Dr^a

Vera Lúcia Puga de Souza e a Coordenação Geral do evento coube ao Prof. Bruce Osborne. Na promoção do Fórum tivemos a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) me o Centro Universitário Nilton Lins (UniNiltonLins).

- Seminário “Diálogo Público: Fiscalização e Controle Social da Gestão Pública no Estado do Amapá”, realizado em Macapá, nos dias 19 e 20 de agosto de 2004. Certificação emitida em Brasília-DF, pelo Diretor-Geral do Tribunal de Contas da União – TCU / Instituto Serzedello Corrêa, Paulo Roberto Wiechers Martins.

Como **Vice-Reitor**, no exercício da Reitoria, da Universidade Federal do Amapá – **UNIFAP** (janeiro de 2003 a junho de 2006) representei a universidade nos eventos:

- Seminário Cultural da Amazônia que foi preparatório ao Fórum Cultural Mundial. Aconteceu no Centro de Convenções Tancredo Neves, em Belém-PA, no período de 09 a 14 de março de 2004. Presidiu o Seminário o Músico Nilson Chaves. Participaram as delegações de todos os estados da Amazônia, no entanto a delegação do Estado do Amapá, com o apoio cultural do governo do estado, através da FUNDECAP fez a locação de um navio e participou com a maior delegação no evento, e com representatividade de todos os seguintes culturais, com destaques para apresentações do Marabaixo, música, dança, artes plásticas, literatura, artesanato e gastronomia amapaenses.
- Fórum Cultural Mundial Brasil 2004, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, no período de 30 de junho a 03 de julho de 2004. O Presidente do Conselho Diretor do Fórum Cultural Mundial foi Danilo Santos de Miranda. Participação nas seguintes Conferências:
 1. Cultura e Desenvolvimento: Partilhando Responsabilidades.
 2. Identidade e Autonomia: Desenhando Novas Cartografias.
 3. Conhecimento, Educação e Solidariedade: Dimensões Culturais de um Novo Tempo.
 4. Diversidade Cultural: Patrimônio e Paradigmas da Humanidade.
 5. Economia e Cultura: Produção e Circulação de Valores.
 6. Novas Configurações do Mundo: O Impacto sobre a Gestão e Administração da Cultura.

7. O Futuro da Cultura no Mundo não Hegemônico: Impressões e Perspectivas.

- Seminário para Reitores das Universidades Federais, em Brasília-DF, no dia 22 de setembro de 2005, com a temática: Discutindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), promovido pela ANDIFES, em parceria com o MEC/INEP, sob a Coordenação do Presidente do INEP Eliezer Moreira Pacheco.
- III Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, em Brasília-DF, no período de 15 a 18 de novembro de 2005.
- Receber premiação pela UNIFAP, Vencedor do prêmio Santander/Banespa, através do Projeto Percepções do Amapá, na categoria Ciência e Inovação: Responsabilidade Social. Propiciou a Capacitação de Monitores Ambientais, realizada na Bacia do Maracá, município de Mazagão-AP. Participamos do evento acompanhado pelo Prof. Dr. Jadson Porto que Coordenou o projeto. O prêmio nos foi entregue pela Presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna, em São Paulo-SP, no Palácio Bandeirantes. Promoção da Universidade de São Paulo e da Universia Brasil, nos dias 24 e 25 de novembro de 2005.
- A UNIFAP conquistou nos anos de 2002, 2004 e 2005, respectivamente o prêmio de Melhor Site na Categoria Regional Amapá, escolha da Academia IBEST e pela votação popular em concurso nacional.
- Reunião Ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES, no Campus da Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais. Ocorreu ainda uma sessão comemorativa pelos 45 anos da UFMG. Belo Horizonte-MG, no período de 13 a 15 de fevereiro de 2005, sendo Presidente da ANDIFES, a reitora da UFMG, Ana Lúcia Gazzola.
- Audiência da ANDIFES e seus respectivos reitores com sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, no Palácio do Planalto, em Brasília-DF, no dia 25 de fevereiro de 2005, sendo Presidente da ANDIFES a reitora da UFMG Ana Lúcia Gazzola.
- Reunião Ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES, na Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá-MT, no período de 17 a 19 de maio de 2005.

- LV Reunião Ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES, na sede da ANDIFES e da Apresentação do Programa Acelera Amazônia: Ciência na Amazônia para o Brasil, em Brasília-DF, no período 05 a 07 de dezembro de 2005.
- LIX Reunião Ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, Sessão Comemorativa dos 60 anos da UFBA, em Salvador-BA, no dia 04 de julho de 2006.

Como **Pró-Reitor de Extensão** (outubro de 2007 a maio de 2010) da Universidade Estadual do Amapá – **UEAP** representei a universidade nos eventos:

- XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, com o tema: “Por uma Escola de Qualidade para Todos”, numa organização conjunta da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, do Fórum Português de Administração Educacional e do European Forum on Educational Administration, realizado em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, a Faculdade de Educação e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre-RS, Brasil, no período de 11 a 14 de novembro de 2007. Sob a Presidência da Comissão Organizadora o Presidente da ANPAE Benno Sander.
- XXV Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, realizado em João Pessoa-PB, no período de 17 a 19 de junho de 2009, sendo eleita Presidente do FORPROEX, Laura Tavares Ribeiro Soares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Participação do módulo: Estrutura Governamental e Administração Pública, pertencente ao Curso de Formação em Gestão Pública, na Escola de Administração Pública do Amapá (EAP), em Macapá-AP, no período de 02 a 06 de junho de 2008, sendo Diretora-Presidente da EAP Maria Goreth da Silva e Souza.

Na condição de Educador da **UNIFAP**:

- XIX Conferência Nacional dos Advogados, com o tema República, Poder e Cidadania realizada em Florianópolis-SC, no período de 25 a 29 de setembro de 2005 na condição de Conselheiro Federal e Advogado.

Realização do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CF/OAB) sob a Presidência do Advogado Roberto Antônio Busato.

- X Simpósio de Filosofia Moderna e Contemporânea da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Toledo-PR, no período de 23 a 29 de dezembro de 2005.
- II Encontro Internacional de Filosofia e Educação – Políticas do Ensino de Filosofia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no período de 08 a 12 de dezembro de 2004, no Rio de Janeiro-RJ.
- II Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo Horizonte - MG, no período de 06 a 09 de novembro de 1997, com carga horária de 30 horas. A Comissão Organizadora Nacional ficou a cargo da AELAC, ANDE, ANDES-SN, ANFOPE, CNTE, CONTEE, DNTE-CUT, FASUBRA SINDICAL, SINASEFE, UBES, UNDIME e UNE.
- XXX Congresso Nacional dos Sociólogos, realização da Federação Nacional dos Sociólogos, em Belém-PA, no período de 07 a 11 de maio de 1990.

ANEXO B – Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Pró-Reitor de Extensão e Interiorização: Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda
Av. Gal. Rodrigues Otávio Jordão Ramos, 3000 - Campus Universitário
69077-000 - Manaus - AM
Telefax: (92) 3305-4444/ 4445 /4446
proextidi@ufam.edu.br / www.ufam.br

2. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ - UEAP

Pró-Reitor de Extensão: João Nascimento Borges Filho
Av. Presidente Getúlio Vargas, 650 - Centro
68906-970 - Macapá - AP
Tel.: (96) 2101-0521 - Fax (96) 3212-5389
borges.filho@uol.com.br / borges.filho@unifap.br / www.ueap.edu.br

3. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Rogelio Casado Marinho Filho
Av. Djalma Batista, 3578
69005-010 - Manaus - AM
Tel.: (92) 3214-5772
proex@uea.edu.br / rogeliocasado@uea.edu.br / www.proreitoria.uea.edu.br/extensao

4. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE TOCANTINS - UNITINS

Pró-Reitor de Extensão e Pós-Graduação: Márcia Isabel Barbosa Soares
108 Sul, Alameda 11, Lote 03
Caixa Postal 173
77020-360 - Palmas - TO
Tel: (63) 3218-2937- (63) 3218-2934
luciana.im@unitins.br / marcia.ib@unitins.br / www.unitins.br

5. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA

Pró-Reitora de Extensão: Mariane Cordeiro Alves Franco
Rua Una, 156
66050-540 - Belém - PA
Tel: fax (91) 3244-4544/ 3233-9300
www.uepa.br / proex@uepa.br

6. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

Pró-Reitor de Extensão: Fernando Arthur de Freitas Neves
Av. Augusto Corrêa, 1 - Reitoria - 2º andar - Campus Universidade do Guamá
66075-530 - Belém - PA
Tel: (91) 3201-7126/7127 - Fax: (91) 3201-7256
proex@ufpa.br / www.ufpa.br

7. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA

Pró-Reitor de Extensão: Raimundo Nelson Sousa da Silva
Av. Tancredo Neves, 2501 Terra Firme
66077-530 Belém - PA
Tele - fax: (91)3210-5106
proex@ufra.edu.br / nelson.silva@ufra.edu.br / silva.rns@hotmail.com / www.ufra.edu.br

8. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Gilberto Francisco Dalmolin
Campus Universitário - BR 364 - Km 4
69915-900 - Rio Branco - AC
Tel: (68) 3229-2649/ 3901-2514
Cel: (68) 9974 0719
Fax: (68) 3229-1246 / 2649
gdalmolin@uol.com.br / proex@ufac.br / www.ufac.br

9. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Steve Wanderson Calheiros de Araújo
Rodovia JK, Km 2

68906-280 - Macapá - AP

Tel: (96) 3312-1748/1747 - Fax: (96) 3312-1700

proeac@unifap.br / steve@unifap.br / aovasque@hotmail.com / www.unifap.br

10. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

Pró-Reitora de Extensão: Geyza Alves Pimentel

Av. Cap. Ene Garcez, 2413, sala 401. Aeroporto, Campus de Paricarana

69301-000 - Boa Vista - RR

Fone: (95) 621-3118 - Fax: (95) 621-3120

preae@ufrr.br / geyalves@hotmail.com / www.ufrr.br

11. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA - UERR

Pró-Reitor de Extensão: Altyvir Lopes Marques

Rua Sete de Setembro - 231 - Canarinho

69306-530 - Boa Vista - RR

Fone: (95) 2121-0922 - Fax: (95) 2121-0941

proex@uerr.edu.br / www.uerr.edu.br

12. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis: Josélia Gomes Neves

Av. Presidente Dutra, 2965

78900-500 - Porto Velho - RO

Tel.: (69) 2182-2171

procea@unir.br / www.unir.br

13. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários: Marluce Zacariotti

Av. NS 15, ALC 14, BI IV

77123-360 - Palmas - TO

Tel: (63) 3232-8036 Fax (63) 3232-8104

proex@uft.edu.br / www.uft.edu.br / marluce@uft.edu.br

14. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis: Grete Soares Pflueger

Cidade Universitária, Paulo VI

65055-970 São Luis - MA

Tel: (98) 3244-3750

Fax: (98) 3244-5882

proexae@uema.br / www.uema.br / grete@proexae.uema.br / dilisieux@yahoo.com.br

15. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - IFET-MA

Diretor de Extensão: Fernando Antonio Carvalho de Lima

AV: Getúlio Vargas, 4 – Monte Castelo

Tel.: (98) 3218.9052 / 9050 – Fax: (98) 3218.2934

fernando.lima@ifma.edu.br / www.cefet-ma.br

16. AUTARQUIA EDUCACIONAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEVSF

Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: Sebastião Francisco de Almeida Filho

Campus Universitário, S/N - Vila Eduardo

56.328-903 - Petrolina - PE

Tel.: (87) 3866-3269

posgraduacao@facape.br / sebastiao@facape.br / www.facape.br

17. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA

Pró-Reitor de Extensão: Antônio Luiz Amaral Pereira

Campus Universitário do Bacanga - Av. dos Portugueses, s/n

65085-040 - São Luís - MA

Tel: (98) 3301-8600 / 8601

Fax: (98) 3301-8602

proex@ufma.br / www.ufma.br

18. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC

Pró-Reitor de Extensão: Raimundo Bonfim dos Santos

Rodovia Ilhéus - Itabuna - km 16

45650-000 Ilhéus - BA

Tel: (73) 3680-5025/5022 - Fax: (73) 3680-5225

proex@uesc.br

rbonfim99@hotmail.com / www.uesc.br

19. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS

Pró-Reitora de Extensão: Maria Helena da Rocha Besnosik

Av. Trans-Nordeste, s/n Novo Horizonte

44036-900 Feira de Santana - BA

Tel: (75) 3224-8025 / 8026 - Fax: (75) 3224-8253/ 2284/ 8207

proext@uefs.br / proext@gmail.com / maria.besosik@gmail.com / www.uefs.br

Coordenadores:

Genival Correa Sousa - gcorrea@ufes.br

Rita de Cassia Breda Lima Mascarenhas - rbredalima@yahoo.com

20. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Paulo Sérgio Cavalcanti Costa

Estrada do Bem Querer - Km 4

45083-900 Vitória da Conquista - BA

Telefax: (77) 3424-8603

proex@uesb.br / arledantas@hotmail.com / www.uesb.br / uesb.proex@gmail.com / pscc@uesb.br

21. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Pró-Reitor de Extensão: Eugênio Di Ávila Lins

Av. Caetano Moura, 107 Federação

40100-070 Salvador - BA

Tel: (71) 3237-6831 - Fax: (71) 3237-6835

euglins@ufba.br / proext@ufba.br / www.ufba.br

22. UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Pró-Reitora de Extensão: Adriana dos Santos Marmorini Lima

Av. Jorge s/n - Boca do Rio

41710-050 Salvador - BA

Tel: (71) 3371-0107 - Fax: (71) 3371-0009

asmlima@uneb.br / www.uneb.br / njdias@uneb.br

23. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

Pró-Reitor de Extensão: Aelson Silva de Almeida

Campus Universitário de Cruz das Almas, s/n

44380-000 - Cruz das Almas - BA

Tel.: (75) 3621-3857 - Fax: (75) 3621-2350

proext@ufrb.edu.br / aelson@ufrb.edu.br / www.ufrb.edu.br

24. INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

Pró-Reitor de Extensão: Rui Pereira Santana

Rua Emídio dos Santos, s/n - Barbalho

40300-010 Salvador - BA

Tel.: (71) 2102-9463 / 2102-9475

gabinete@ifba.edu.br / www.cefetba.br

25. UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE

Pró-Reitor de Extensão: Álvaro Antonio Cabral Vieira de Melo

Av. Agamenon Magalhães, s/n - Santo Amaro

50100-010 - Recife - PE

Tel: (81) 3183-3696 - Fax: 3416-4111

extensao@reitoria.ufpe.br / alvarovmello@gmail.com / www.upe.br

26. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
Pró-Reitora de Extensão: Solange Galvão Coutinho
Diretor de Extensão: Ivan Vieira de Melo
Av. Professor Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária
50670-420 Recife - PE
Tel: (81) 2126-8130 - Fax: (81) 2126-8132
solange.coutinho@ufpe.br / www.ufpe.br / ivan.melo@ufpe.br / proext@ufpe.br
27. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
PPró-Reitor de Extensão: Delson Laranjeira
Av. Dom Manuel de Medeiros, s/n
52171-900 Recife - PE
Tel: (81) 3320-6060 - Fax: (81) 3320-6061
proreitor@prae.ufrpe.br / delson@depa.ufrpe.br / www.ufrpe.br
28. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
Pró-Reitora de Integração aos setores comunitários e produtivos: Deranor Gomes de Oliveira
Av. José de Sá Maniçoba, s/n
56304-205 Petrolina - PE
Tel / Fax: (87) 3862-9375
proin@univasf.edu.br / deranor@hotmail.com / www.univasf.edu.br
29. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
Pró-Reitor de Extensão: Antônio Salvador da Rocha
Av. da Universidade, 2932 Benfica
60020-181 Fortaleza - CE
Fone: (85) 3366-7452 / 7453 / 7454 - Fax: (85) 3366-7467
www.ufc.br / salvador@secrel.com.br
30. UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA
Pró-Reitor de Extensão: José Falcão Sobrinho
Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia
62040-370 Sobral - CE
Tel: (88) 3611.6725 / (88) 8817.3113
proextensaouva@gmail.com / proex@uvanet.br / www.uvanet.br
31. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
Pró-Reitor de Extensão: Celina Magalhães Ellery
Av. Paranjana, 1700 - Campos do Itaperi
60740-000 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3101-9655 / 9656 - Fax: (85) 3101-9660 / 9659
celinaellery@yahoo.com.br / celinamellery@gmail.com / proexuece@gmail.com / www.uece.br
32. UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
Pró-Reitora de Extensão: Antonia Cileide de Araújo Reild
Rua Cel. Antonio Luíz, 1161
63100-000 - Crato - CE
Tel: (88) 3523-1003 - R 2610 - Fax: (88) 3521-4900
proex@urca.br / www.urca.br
33. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Campus Universitário - Térreo da Reitoria
58059-900 - João Pessoa - PB
Tel: (83) 3216-7210 - Fax: (83) 3216-7111
lucia.guerra@terra.com.br / www.ufpb.br
34. UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários: Maria Aparecida Barbosa Carneiro
Av. das Baraúnas, 351 - 3º Andar - Salas 322 e 323
Campus I - Bodocongó
58.109-753 - Campina Grande - PB
Telefax: Fax: (83) 3315-3401 / 3402 / 3403
proeac@uepb.edu.br / ccarneiro2007@oi.com.br / www.uepb.br

35. UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários: Ana Célia Rodrigues Athayde
Coordenador Geral de Extensão: José Luis Ferreira
Av. Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó
58109-970 - Campina Grande - PB
Tel.: (83) 3310-1296 - Fax: (83) 3310-1467
proex@reitoria.ufcg.edu.br / www.ufcg.edu.br
36. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA - IFET-PB
Diretor de Extensão e Cultura: Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos
Rua das Trincheiras, 275
58011-000 - João Pessoa - PB
Tel.: (83) 3241-5113
edelcides@uol.com.br / www.ifpb.edu.br
37. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
Pró-Reitor de Extensão: Cipriano Maia de Vasconcelos
Pró-Reitora Adjunta: Rita de Cássia da Conceição Gomes
Campus Universitário - Av. Senador Salgado Filho, 3000
59072-970 Natal - RN
Tel: (84) 3215-3230 - Fax: 3215-3232
cipriano.maia@ufrnet.br / proex@reitoria.ufrn.br / www.ufrn.br
38. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
Pró-Reitora de Extensão: Ana Maria Morais da Costa
BR 110, Km 46, Rua Prof. Antônio Campos, s/nº - Campus Universitário
59633-010 - Mossoró - RN
Tel: (84) 3315-2183 / 2182 - Fax: (84) 3315-2183
proex@uern.br / anamorais@uern.br / www.uern.br
39. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Rodrigo Sergio Ferreira de Moura
Pró-Reitora Substituta: Elisângela André de Oliveira
BR 110, Km 47 - Bairro Pres. Costa e Silva
59625-900 - Mossoró - RN
Tel: (84) 3315-1734 - Fax: (84) 3315-1778
rodrigo@ufersa.edu.br / www.ufersa.edu.br / elisangela@ufersa.edu.br
40. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Ruy Belém de Araújo
Cidade Universitária Prof. José Aluísio Campos
Av. Marechal Rondon, s/nº - 49100-000 São Cristóvão - SE
Tel: (79) 3212-6403 - (79) 2105-6403 Fax: (79) 3212-6423
ruybelem@ufs.br / proex@ufs.br / www.ufs.br
41. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
Pró-Reitor de Extensão: Eduardo Sílvio Sarmiento Lyra
Campus A. C. Simões - Br 104 Norte, Km 96,7
57072-970 - Maceió - AL
Tel: (82) 3214-1078 - Fax: 3214-1675
proex@reitoria.ufal.br / esilvio@reitoria.ufal.br / www.ufal.br / www.proex.ufal.br
42. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - UNCISAL
Pró-Reitor de Extensão: Geraldo Magella Teixeira
Gerente de Extensão: Michelle Carolina Garcia da Rocha
Campus Governador Lamenha Filho Rua Dr. Jorge de Lima, 113
Trapiche da Barra - 57010-382 Maceió - Al
Tel: (82) 3315-6725 / 3315-6734
Tel: (82) 3315-6725
extensauncisal@yahoo.com.br / michellecgrocha@yahoo.com.br / magellafisio@yahoo.com.br / www.uncisal.edu.br

43. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE ALAGOAS - IFET-AL

Diretor de Relações Empresariais e Comunitária: Dácio Lopes Camerino Gallo

Rua Barão de Atalaia, s/n - Centro

57020-510 - Maceió - AL

Telefax: (82) 2126-7000 / 2126-7054

drec@cefet-al.br / www.cefet-al.br

44. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL

Pró-Reitora de Extensão: Ângela Maria Araújo Leite

Rua: Governador Luiz Cavalcanti, s/n

57312-270 - Arapiraca, AL

Tel: (82) 3521-3019 / 3341

proextuneal@yahoo.com.br / angeleite@bol.com.br / www.uneal.edu.br

45. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

Pró-Reitora de Extensão: Maria da Glória Carvalho Moura

Campus Ministro Petrônio Portella – Ininga SG 06

64049-550 - Teresina - PI

Tel: (86) 3215-5571- Fax: (86) 3215-5570

prex@ufpi.br / glorinha_m@yahoo.com.br / www.ufpi.br

46. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários: Francisca Lúcia de Lima

Rua João Cabral, 2231

64002-150 Teresina - PI

Tel: (86) 3213-7098 - Fax: (86) 3213-5757

prex@uespi.br / karnauba@gmail.com / www.uespi.br

47. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

Decano de Extensão: Alexandre Bernardino Costa

Campus Universitário Asa Norte

70910-900 Brasília - DF

Tel: (61) 3307-2612 - Fax: (61) 3273-7122

chalub@unb.br / dtedex@gmail.com / www.unb.br

48. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Anselmo Pessoa Neto

Rodovia Goiânia - Nerópolis, Km 2 - Campus Samambaia - ICB III

74001-970 - Goiânia - GO

Tel: (62) 3521-1198 - Fax: (62) 3521-1328

apessoa@letras.ufg.br / suelyproec@hotmail.com / www.ufg.br

49. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis: Silma Julia de Oliveira

Rua R – 18, nº 121 Setor Oeste

74125-180 - Anápolis - GO

Tel.: (62) 3522-5720 - Fax.: (62) 3328-1103

pre@ueg.br / extensao@ueg.br / www.ueg.br

50. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência: Fabrício Carvalho

Av. Fernando Corrêa da Costa s/n

78060-900 - Cuiabá - MT

Tel: (65) 3615-8121 - Fax: 3615-8140

procev@ufmt.br / www.ufmt.br

51. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO - UNEMAT

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Ilário Straub

Av. Tancredo Neves, 1095

78200-000 Cáceres - MT

Tel: (65) 3221-0047 - Fax: (65) 3223-1290

proec@unemat.br / proec2unemat@gmail.com / www.unemat.br

52. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis: Milton Augusto Pascoatto
Campus de Campo Grande - Cidade Universitária
79070-900 Campo Grande - MS
Tel: (67) 3345-7232 e 7233 - Fax: (67) 3345-7221
miltmari@terra.com.br / preae@nin.ufms.br / www.ufms.br
53. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários: Beatriz dos Santos Landa
Rodovia Dourados – Itahum, Km 12
79804-970 Dourados - MS
Tel: (67) 3902-2561 - Fax: (67) 3422-5205
bialanda@uems.br / www.uems.br
54. UNIVERSIDADE FEDERAL GRANDE DOURADOS - UFGD
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis: Rita de Cássia Pacheco Limberti
Rua João Rosa Góes, 1763
79825-070 - Dourados - MS
Telefax: (67) 3411-3632 - Fax: (67) 3411-3637
limberti@hotmail.com / ritalimberti@ufgd.edu.br / www.ufgd.edu.br
55. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Luciano Maia
Diretora do Departamento de Extensão: Ana Achcar
Av. Pasteur, 296 - Urca, Prédio da Reitoria
22290-240 Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 2542-7504, (21)2542-7524, (21)2542-7545 (DEX)
Fax: (21) 2542-7575
proex@unirio.br / lucianomaiaproex@unirio.br / anaachcarproex@unirio.br / strevac@centroin.br / www.unirio.br
56. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
Pró-Reitor de Extensão: Fábio Barbosa Passos
Rua Miguel de Frias, 9 - 6º andar
24220-008 Niterói – RJ
Tel: (21) 2629-5190 / 5188 -9999-5421 Fax: (21) 2659-5189
proex@proex.uff.br
proreitor@proex.uff.br / fbpassos@vm.uff.br / www.uff.br
57. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ
Sub-Reitora de Extensão e Cultura: Regina Lúcia Monteiro Henriques
Rua São Francisco Xavier, 524 T- 126 Bloco F
20550-900 Rio de Janeiro - RJ
Tel / Fax: (21) 2587-7169
sr3@uerj.br / reginahenriques@uerj.br / rmhenriques@uol.com.br / www.uerj.br
58. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Pró-Reitora de Extensão: Laura Tavares Ribeiro Soares
Superintendente Acadêmica de Extensão: Ana Inês Sousa
Av. Pedro Calmon, 550 Prédio da Reitoria - sala 815 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 2598-9647 - Fax: 2598-9695
lauratavares@pr5.ufrj.br / anaines@pr5.ufrj.br / extensao@pr5.ufrj.br / www.ufrj.br
59. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
Decano de Extensão: José Cláudio de Souza Alves
Pavilhão Central Sala 67 - BR 465 - Km 07
23851-970 Seropédica - RJ
Telefax: (21) 2682-1113
dext@ufrj.br / www.ufrj.br

60. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - UENF
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Silvério de Paiva Freitas
Av. Alberto Lamego, 2000 - Prédio da Reitoria
28013-600 - Campos dos Goytacazes - RJ
Telefax: (22) 2726-1647
proex@uenf.br / www.uenf.br
61. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - IFET-RJ
Diretor de Extensão: Nilton da Costa Silva
Av. Maracanã, 229
20271-110 -Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 2566-3167 - Telefax: 2568-2726 / 569-4403
direx@cefet-rj.br / nc-silva@cefet-rj.br / niltonsilv@gmail.com / www.cefet-rj.br
62. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - IFET-FLUMINENSE
Pró-reitor de Extensão: Roberto Moraes Pessanha
Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco
28030-130 Campos dos Goytacazes - RJ
Tel: (22) 2726-2903 - R 4232 - Fax: (22) 2733-3079
carla@cefetcampos.br / www.cefetcampos.br
63. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP
Pró-Reitora de Extensão: Eleonora Menicucci de Oliveira
Pró-Reitor Adjunto de Extensão: José Roberto da Silva Brêtas
Av. Pedro de Toledo, 650 – 2º andar Vila Clementino
04039-032 São Paulo - SP
Tel: (11) 5576-4727 / 5575-4728 ramal 231 Fax: (11) 5576-4717
eleonora@proex.epm.br / bretas.roberto@unifesp.br / secretaria@proex.epm.br / www.unifesp.br
64. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Pró-Reitora de Extensão Universitária: Maria Amélia Máximo de Araújo
Rua Quirino de Andrade, 215
01049-010 São Paulo - SP
Tel: (11) 5727-0264 / 0267 - Fax: (11) 3252-0623
proex@reitoria.unesp.br / www.unesp.br
65. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
Pró-Reitora de Extensão: Marina Silveira Palhares
Pró-Reitor Adjunto de Extensão: Sergio Donizetti Zorzo
Via Washington Luís, km 235
13565-905 São Carlos - SP
Tel: (16) 3351-8112 / 8113 - Fax: (16) 3351-2081
proex@power.ufscar.br / palhares@ufscar.br / zorzo@dc.ufscar.br / zorzo@ufscar.br / www.ufscar.br
66. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Mohamed E. Mostafa Habib
Cidade Universitária Zeferino Vaz
13083-970 Campinas - SP
Tel: (19) 3521-4714 / 4741 - Fax: (19) 3788-4754
preac@reitoria.unicamp.br / www.unicamp.br
67. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Pró-Reitor de Cultura e Extensão: Ruy Alberto Corrêa Altafim
Rua da Reitoria, 109 - sala 5 - Cidade Universitária
05508-900 São Paulo - SP
Tel: (11) 3091-3240 - Fax: (11) 3091-1132
prceu@edu.usp.br / altafim@sel.eesc.sc.usp.br / www.usp.br
68. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC
Pró-Reitor de Extensão: Guiou Kobayashi
R. Cataquese, 242 – 9º andar
09090-440 Santo André SP

Tel: (11) 4437.8472 - 4437.8479

guiou.kobayashi@ufabc.edu.br

69. UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Pró-Reitora de Extensão e Relações Comunitárias: Ana Aparecida da Silva Almeida

Av. 9 de Julho, 199

12020-200 Taubaté - SP

Tel: (12) 3625-4227 e Fax: (12) 3633-4176

prex@unitau.br / www.unitau.br

70. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Pró-Reitora de Extensão: Aparecido José Cirilo

Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário de Goiabeiras

29060-900 - Vitória - ES

Tel: (27) 3335-2336 e 3335-2778 - Fax: (27) 3335-2330

comunicacao@proex.ufes.br / elisabethsilva101@yahoo.com.br / proex@npd.ufes.br / www.ufes.br

71. INSTITUO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO - IFES

Pró-Reitor de Extensão e Produção: Tadeu Pissinati Sant'Anna

Av. Vitória, 1729, Jucutuquara, Vitória - ES

CEP 29040-780 (3º andar prédio administrativo)

Tels:(27) 3331 2201/2118

tpissinati@ifes.edu.br / www.ifes.edu.br

72. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Gumercindo Souza Lima

Campus Universitário

36570-000 Viçosa - MG

Tel: (31) 3899-2156 - Fax: (31) 3899-2155

pec@ufv.br / gslima@ufv.br / www.ufv.br

73. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Marcos Vieira Silva

Diretora de Extensão e Assuntos Comunitários: Telma Valéria de Resende

Praça Dr. Augusto das Chagas Viegas, 17

36307-904 - São João Del Rei - MG

Tel: (32) 3379-2503 - Fax: (32) 3379-2510

proex@ufsj.edu.br / extensao@ufsj.edu.br / mvsilva@ufsj.edu.br / Telma@ufsj.edu.br / www.ufsj.edu.br

74. UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Claudenir Fávero

Pró-Reitora Adjunta de Extensão: Juliana Medaglia Silveira

Rua da Glória, 187

39100-000 Diamantina - MG

Tel: (38) 3532.6000 - Ramal 233

Cel: (38) 8825-6112 Fax: (38) 3531-1030

proexc@ufvjm.edu.br / www.ufvjm.edu.br

75. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

Pró-Reitora de Extensão: Marina Ribeiro Queiroz

Av. Dr. Rui Braga, s/n - Campus Universitário

34401-089 Montes Claros - MG

Tel: (38) 3229-8160 / 8161 - Fax: (38) 3229-8002

prex@unimontes.br / marina.queiroz@unimontes.br / www.unimontes.br

76. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária: Paulo Roberto Labegalini

Av. BPS, 1303 – B

Pinheirinho -Campus José Rodrigues

37500-903 Itajubá - MG

Tel: (35) 3629-1259 - Fax: 3622-3596

prceu@unifei.edu.br / tamaragurgel@unifei.edu.br / www.unifei.edu.br

77. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Romário Geraldo
Campus Cidade Universitária Bairro Martelos
36036-330 Juiz de Fora - MG
Tel: (32) 2102.3960 / 3961 - Fax: 3231-3234
proexc@ufjf.edu.br / romario.geraldo@ufjf.edu.br / www.ufjf.br
78. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM
Coordenadora de Extensão: Virgínia Resende Silva Weffort
Rua Frei Paulino, 30
38025-180 Uberaba - MG
Tel: (34) 3318-5041/5083 - Fax: (34) 3318-5053
coordextensao@prodepe.uftm.edu.br / www.ftm.edu.br
79. UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
Pró-Reitor de Extensão: Magno Antonio Patto Ramalho
Caixa Postal, 3037
37200-000 Lavras - MG
Fone: (35)-3829-1212 / Fax: (35)-3829-1121
chefia.proec@proec.ufla.br / www.ufla.br
80. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis: Alberto Martins da Costa
Diretora da Divisão de Extensão: Geni de Araújo Costa
Av. João Naves de Ávila , 2121
38400-902 Uberlândia - MG
Tel: (34) 3239-4842/4808 - Fax: 3239-4872 / 5876
proreitoria@proex.ufu.br / direc@proex.ufu.br / geni@proex.ufu.br / www.ufu.br
81. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
Pró-Reitor de Extensão: Armando Maia Wood
Rua Diogo de Vasconcelos, 87 D
35400-000 Ouro Preto - MG
Telefax: (31) 3559-1357 - Fax: (31) 3559-1356
armandowood@hotmail.com / www.ufop.br
82. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG
Pró-Reitora de Ensino e Extensão: Neide Wood Almeida
Rua Rio de Janeiro, 1801 Bairro Lourdes
CEP: 30160-042 - Belo Horizonte - MG
Tel: 31-3330-1535 Fax: 3330-1570
neide.wood@uemg.br / www.uemg.br
83. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
Pró-Reitora de Extensão: Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
Reitoria , 6º Andar
31270-010 Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3409-4072 / 4069 / - Fax: (31) 3499- 4068
gab@proex.ufmg.br / dalben@ufmg.br / tutti@uai.com.br / paulacambraia@ufmg.br / www.ufmg.br/proex
84. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL
Pró-Reitora de Extensão: Maria de Fátima Sant'Anna
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 714
37130-000 Alfenas - MG
Telefax: (35) 3299-1077 / 1063
extens@unifal-mg.edu.br / www.unifal-mg.edu.br
85. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - IFET-MG
Diretor de Extensão e Desenvolvimento Comunitário: Adilson Lopes de Oliveira
Av. Amazonas, 5253 / 30480-000 Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3319-5089 - Fax: (31) 3319-5091 / carlos@adm.cefetmg.br / www.cefet-mg.br

86. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - IFET-OP
Diretor de Extensão e Relações Empresariais: Sílvia Fernanda Diniz Araújo
Rua Pandiá Calógeras, 898 Bauxita
35400-000 - Ouro Preto - MG
Tel: 31-35592160/35513392
snanda@cefetop.edu.br / www.cefetop.edu.br
87. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Elenice Mara Matos Novak
Trav. Alfredo Bufrem, 140 - 3º andar - Prédio Histórico.
80020-240 Curitiba - PR
Tel: (41) 3310-2601 - Fax: (41) 3310-2607
proec@ufpr.br / elenice@ufpr.br / www.ufpr.br / www.proec.ufpr.br
88. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
Pró-Reitor de Extensão: Wilson João Zonin
Rua Universitária, 1619
85814-110 Cascavel - PR
Tel: (45) 3220-3031 - Fax: (45) 3324-4590
extensao@unioeste.br / wzonin@yahoo.com.br / www.unioeste.br
89. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Culturais: Miguel Sanches Neto
Praça Marechal Floriano Peixoto, 129
84010-680 - Ponta Grossa - PR
Tel: (42) 3223-4377 3225-2360 - Fax: (42) 3222-7348
proex@uepg.br / msn@uepg.br / www.uepg.br
90. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL
Pró-Reitor de Extensão: Paulo Bassani
Campus Universitário Perobal
86051-990 - Londrina - PR
Tel: (43) 3371-4402 - Fax: (43) 3371-4182
proex@uel.br / bassani@uel.br / www.uel.br
91. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - UTFPR
Pró-Reitor de Relações Empresariais e Comunitárias: Paulo André de Camargo Beltrão
Av. Sete de Setembro, 3165
80230-901- Curitiba - PR
Tel: (41) 3310-4427 - Fax: (41) 3310-4432
beltrao@utfpr.edu.br / angelabv@utfpr.edu.br / www.utfpr.edu.br
92. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Wânia Rezende Silva
Av. Colombo, 5790 - Campus Universitário
87020-900 Maringá - PR
Tel Fax: (44) 3261-3791
wanciasilva@yahoo.com / www.uem.br
93. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Ana Lúcia Crisóstimo
Rua Salvatore Renna, 875
85010-990 Guarapuava - PR
Tel: (42) 3621-1018 - Fax: (42) 3621-1090
analuciacrisostimo@bol.com.br
cleverson@unicentro.br / www.unicentro.br
94. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade: Paulino de Jesus Francisco Cardoso
Av. Madre Benvenuta, 2007
88035-001 Florianópolis - SC
Tel: (48) 3321-8036 - Fax: (48) 3321-8030
paulino@udesc.br / paulino.cardoso@gmail.com / www.udesc.br

95. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Pro-Reitora de Pesquisa e Extensao : Debora Peres Menezes
Secretária de Cultura e Arte : Maria de Lourdes Borges
Campus Reitor João David Ferreira Lima
Bairro Trindade – Florianópolis - SC - 88040-97
Tel: (48) 3721-9846 - Fax: 3721-9000
prce@reitoria.ufsc.br / www.prpe.ufsc.br

96. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Darlene Torrada Pereira
Rua Engenheiro Alfredo Huch, 475
96201-900 Rio Grande - RS
Tel: (53) 3233.6931/8407.8037
proexc@furg.br / darlenetp@vetorial.net / www.furg.br

97. UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE - UFCSPA

Pró-Reitor de Extensão, Especialização e Aperfeiçoamento: Luis Henrique Telles da Rosa
Rua Sarmento Leite, 245
90.050-170 - Porto Alegre - RS
Tel/Fax: (51) 3303-9000 / 3303-8782
luisr@ufcspa.edu.br / www.iffcempa.tche.br

98. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA

Pró-Reitora Adjunta de Extensão: Ulrika Arns
Av. Antônio Trilha, 1847
97.590-000 - São Gabriel - RS
Tel/Fax: (55) 3232-6075
ula@unipampa.edu.br
proext@unipampa.edu.br / www.unipampa.edu.br

99. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

Pró-Reitor de Extensão: João Rodolpho Amaral Flôres
Prédio 47 - Administração Central - 9º andar - Sala 945
Campus Universitário –
97105-900 Santa Maria - RS
Tel: (55) 3220-8366 - Fax: (55) 3220-8684
pre.ufsm@gmail.com / jrodolpho2002@terra.com.br / www.ufsm.br

100. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

Pró-Reitora de Extensão: Sandra de Fátima Batista de Deus
Vice-Pró-Reitor de Extensão: Ângelo Pereira da Silva
Av. Paulo Gama, 110
90046-900 Porto Alegre - RS
Tel: (51) 3308-3374 - Fax: (51) 3308-3977
sdeus@proext.ufrgs.br / angelosilva@proext.ufrgs.br / www.ufrgs.br

101. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS

Pró-Reitor de Extensão: Júlio Bernardes
Rua Sete de Setembro, 1156 - 1º. Andar
90010-191 Porto Alegre - RS
Tel: (51) 3288-9050
proex@uergs.edu.br / fernanda-hein@uergs.edu.br / www.uergs.edu.br

102. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Luiz Ernani Gonçalves Ávila
Campus Universitário, s/n
97109-000 Pelotas - RS
Tel: (53) 3275-7208 - Fax: (53) 3275-7408
prec@ufpel.edu.br / jnbrandalise@gmail.com / www.ufpel.br

103. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS - IFET-RS

Diretor de Relações Empresariais e Comunitárias: Renato Louzada Meireles

Praça 20 de setembro, 455

96015-360 - Pelotas - RS

Tel: (53) 2123-1000 - Fax: (53) 3452.9200

meireles@cefetrs.tche.br / www.cefet-rs.edu.br

104. INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFET-SC

Pró-Reitoria de Relações Externas

Diretor de Extensão: Vilmar Coelho

Rua 14 de julho, 150, Enseada dos Marinheiros, Coqueiros.

88075-010 - Florianópolis - SC

Tel: (48) 3271 1414

vcoelho@ifsc.edu.br / www.cefetsc.edu.br

105. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)

Pró-Reitor de Extensão: Lenir Antônio Hannecker

Travessa Santo Antônio, 179, B. Cidade Alta

95700-000 - Bento Gonçalves - RS

Tel: (54) 3455-3200 Ramal: 600 - Fax: (54) 3455-3246

lenirhannecker@ifrs.edu.br / www.ifrs.edu.br

ANEXO C – Entrevista de Fernanda Takai à Revista Vanguarda Cultural

FERNANDA TAKAI “EU NASCI NA SERRA DO NAVIO-AP”

Vanguarda:

Vamos começar pela história dos teus pais, que vieram trabalhar no Amapá por algum tempo.

Fernanda Takai:

O meu pai - já falecido - era geólogo, de São Paulo, e a minha mãe, enfermeira, alagoana de Maceió. O meu pai trabalhava com pesquisas iniciais de minério. Ao concluir as pesquisas, mudava-se sempre, por isso não ficamos por muito tempo no Amapá. Quando saímos da Serra do Navio, fomos pra Bahia e depois Minas Gerais.

Vanguarda:

Uma coisa curiosa que observamos daqui é essa atitude superbacana de assumires ter nascido na Serra do Navio - embora tenhas saído de lá com dois anos apenas. Na revista *Bravo!*, por exemplo, está escrito: “A amapaense Fernanda Takai”. Que espécie de sentimento é esse que - por mais distante /O errante navegante... - te remete lindamente ao teu Estado de origem?

Fernanda Takai:

Eu tenho uma memória fotográfica muito forte da Serra do Navio. Meu pai costumava passar slides todos os fins de semana em casa e sempre havia muita coisa da Serra. Percebi que foi uma época muito feliz pros meus pais. Eles foram recém-formados pra trabalhar numa grande companhia mineradora, sem os parentes por perto. Fizeram boas amizades no Amapá e aí formaram essa nossa família. Talvez eu também me achasse uma estrangeira em todos os lugares que morei depois da Serra do Navio e fizesse questão de dizer como escrevi numa canção: Olha, não sou daqui... Hoje sou uma mineira honorária, gosto muito do Estado e represento a cena cultural de lá, mas quando me perguntam onde nasci, conto simplesmente a verdade.

Vanguarda:

E a relação com a música, Fernanda, começa a partir de quando?

Fernanda Takai:

O comecinho mesmo foi com o que os meus pais escutavam. Na época, eu me lembro, eles ouviam muito Nara Leão, Clara Nunes... E isso claro, ajudou a amadurecer os meus ouvidos. Se os pais ouvem coisas boas, é natural que se tenha uma boa formação.

Vanguarda:

Quando o Pato Fu surgiu fizeram muitas comparações com Os Mutantes. A banda tropicalista exerceu influência sobre o trabalho de vocês no início da carreira?

Fernanda Takai:

Influência direta, não. Creio que tivemos algo meio parecido no final. Os Mutantes tinham essa coisa de, fazer músicas muito diferentes, dentro de um mesmo disco, e de cantar em outras línguas, e isso é uma coisa que temos até hoje, de fazer música variada em um disco só. Mas a nossa maior influência veio das bandas brasileiras e estrangeiras dos anos oitenta. Agora, ao sermos comparados a uma banda tão boa quanto Os Mutantes naquele início, pra nós foi um grande elogio. O que tentamos evitar, no entanto, era que os fãs d’Os Mutantes confundissem isso, de achar que gostaríamos de ser os novos Os Mutantes. Nunca tivemos essa pretensão. E, por virada do destino, hoje somos muito amigos do Arnaldo [Batpista] e da Rita [Lee].

Eles gostam do nosso trabalho e reconhecem a identidade do Pato Fu no que fazemos.

Vanguarda: Já estiveste - e eu estava no meio da multidão - com o Patu Fu se apresentando para o público amapaense, tendo como cenário as muralhas da Fortaleza de São José de Macapá. Como foi a experiência de cantar e se encontrar, depois de mais de trinta anos, no lugar onde de fato nasceste?

Fernanda Takai: Foi emocionante porque o público e a organização do evento pareciam muito felizes em me ter ali. Eu também me senti realizada em poder voltar ao Estado onde nasci de uma forma tão prestigiosa e num lugar tão lindo. Quero voltar mais vezes. E quero ir à Serra do Navio, de preferência com a minha mãe pra me contar mais histórias de lá.

Vanguarda: *Onde brilhem os olhos seus*, permita-me, é uma delicada obra-prima contemporânea da canção brasileira! Cantar Nara Leão até então ninguém tinha ousado, e a tua interpretação em canções como Diz que fui Com açúcar, com afeto, Debaixo dos caracóis dos seus cabelos e, sobretudo, “Lindonéia” - dos tropicalistas Caetano e Gil - é manifesto puro e incontestado de que o novo rigorosamente nem sempre precisa ser inédito. A propósito, além dos olhos teus e do eterno mutante Nelson Motta, de onde mais vieram esses raios?

Fernanda Takai: Sem dúvida os trabalhos de arranjo do John [Ulhoa] e do Lulu [Camargo] são primorosos. Eles construíram com muita elegância e bom gosto essa base musical para que eu pudesse ter espaço para cantar e interpretar do meu jeito, um repertório tão conhecido. Nós três gravamos o álbum todo sozinhos. Não havia nem assistente de estúdio. John gravou e mixou tudo. Eu gravei todas as vozes e Lulu e John tocaram todos os instrumentos. Acho que encontramos uma forma muito leve de trabalhar. Isso tudo aconteceu nos intervalos das gravações do disco *Daqui pro futuro*, do Pato Fu. Acho que “despretensão” é a palavra que mais acompanhou todo esse processo.

Vanguarda: A Bossa Nova está completando 50 anos e a Tropicália 40 - em julho fez aniversário o disco-manifesto, onde Nara Leão gravou *Lindonéia*. *Onde brilhem os olhos seus* é homenagem também aos dois movimentos.

Fernanda Takai: Quando a gente começou a fazer o disco, em dezembro de 2006, não tinha essa lembrança dos 50 anos da Bossa Nova e muito menos dos 40 anos da Tropicália. Foi uma grande coincidência. Talvez se tudo tivesse sido tão planejado assim, não teria a mesma fluidez. Digo que esse disco encontrou muitas portas abertas porque a gente o fez pela música, por Nara e pela possibilidade que havia do público me conhecer mais como intérprete, mesmo depois de 15 anos de carreira.

Vanguarda: Gilberto Gil esteve recentemente em Macapá como ministro da Cultura. Eu queria a tua opinião sobre o desempenho de Gil no Ministério da Cultura.

Fernanda Takai: Sou muito fã do Gil, acho que ele é uma pessoa de caráter, extremamente talentoso e um homem de bem. Talvez seja ainda mais fã do artista do que do ministro, mas isso não diminui em nada a admiração que tenho por ele. Ocupar um cargo dessa magnitude por tanto tempo não é fácil. Há momentos em que algumas decisões são tomadas a favor de uma suposta coletividade que a gente não entende muito bem e nem sempre concorda com os processos. Eu fiquei feliz com ele no Ministério representando a nossa cultura.

Vanguarda: Nós temos um projeto, A caravana da Vanguarda no Planeta Amapari, para te trazer ao Amapá em breve, e, uma viagem de trem, entre curumins com a bunda exposta na janela, te levar até a Serra. E depois de chegar lá, com o auxílio de um bom guia Waiãpi, te apresentar o lugar belo e preciso onde nasceu uma

estrela. Esse lugar belo tem ao redor a densa floresta serrana onde habita o Brilho de Fogo - o raríssimo beija-flor descoberto pelo cientista-ambientalista Augusto Ruschi - que iluminou, no desfile da campeoníssima Beija-Flor de Nilópolis, o Sambódromo. O que me dizes, baby, dessa idéia? Topas?

Fernanda Takai: A idéia é ótima. Posso levar a minha mãe? E a minha filha Nina de 4 anos? Resta achar um intervalo na minha agenda este ano, que tem duas turnês em andamento, mais divulgação de livro, gravação de DVD, viagens a Portugal e Japão... Vamos tentar!

Vanguarda: A nossa revista está de aniversário - são cinco anos. Tim-tim!

Fernanda Takai: kampf! Que venham muitos anos mais!

ANEXO D – Informações Complementares

Rede Nacional de Extensão, RENEX, iniciativa do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, mantém cadastro atualizado das IES integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil, banco de dados sobre as práticas de extensão no País.

Política Nacional de Extensão – Áreas Temáticas

A política nacional de extensão vem sendo pactuada pelas Instituições de Ensino Superior integrantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Está expressa no Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999, o qual define como diretrizes para a extensão a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a interdisciplinaridade e a relação bidirecional com a sociedade.

Realizada sob a forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos, a extensão universitária passa por um processo de organização, no qual se insere a implementação de um sistema de informação de base nacional e um sistema de avaliação contínuo e prospectivo. Os três documentos básicos - Plano Nacional de Extensão Universitária, Sistemas de Dados e Informações - base operacional, e Avaliação da Extensão Universitária - estão disponíveis neste site na seção documentos.

Áreas Temáticas: Para consecução de sua missão fundamental, a de dar respostas às necessidades da sociedade, optou-se por sistematizar o trabalho de extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas de acordo com as seguintes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

As ações, em cada área temática, serão executadas segundo linhas programáticas definidas, com o cuidado de ser estimulada a interdisciplinaridade, o que supõe a existência de interfaces e interações temáticas. Ênfase especial deve ser dada à participação dos setores universitários de extensão na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população, à qualificação e educação permanente de gestores de sistemas sociais e à disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Proposta de estruturação das áreas temáticas:

Comunicação; Cultura; Direitos Humanos; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia; Trabalho. A instituição hospedeira da RENEX é a Universidade Federal de Santa Catarina.

E por falar da Política Cultural na Educação Superior Paraense

Na década de 80, mais precisamente no ano de 1987 estava na militância no movimento estudantil. Fui o primeiro Presidente e um dos Fundadores do Diretório Acadêmico Paulo Freire da Faculdade de Educação do Pará (FAED), por dois mandatos sucessivos (1987-1990) e participei, na condição de Delegado, eleito pela base do movimento, em três Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE)

(1987-1989) respectivamente em Campinas-SP (UNICAMP), São José dos Campos-SP (UNESP) e Brasília-DF (UnB).

Particpei diretamente, em 1987 na UNICAMP, da indicação da candidatura daquele que seria o primeiro e até o presente único presidente da UNE, oriundo do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará (DCE/UFGPA), Walmir Santos. Eu, a época era Presidente do Diretório Acadêmico: Paulo Freire, da Faculdade de Educação do Estado do Pará (FAED) e juntamente com o “Djavan”, companheiro que era o Presidente do Diretório Acadêmico da Escola Superior de Educação Física do Pará, compusemos uma parodia em cima de uma música, interpretada pela cantora baiana, Sara Jane, que naquele ano era sucesso nacional. Militava, naquele período numa das tendências do Partido dos Trabalhadores (PT) a Democracia Socialista (DS) e articulamos com outras tendências do partido e de outros partidos que disputavam a hegemonia com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) para conseguirmos eleger Walmir Santos a Presidência da UNE. O PT ganhou em 1987, e em 1988 o PCdoB retornou a presidência da UNE.

Entre os anos de 1988 e 1989 estava cursando Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará, e em parceria com outras lideranças do movimento estudantil do Pará e do Amapá, e ao lado de meus irmãos: Eliete Borges, que cursava Odontologia e Joel Borges que cursava Arquitetura e Urbanismo, ambos na UFGPA, na Feira Cultural promovida pelo DCE da UFGPA tivemos a ideia de aproximarmos artistas-músicos paraenses e amapaenses que realizaram apresentações musicais na referida feira. Levamos pela primeira vez artistas amapaenses para participação naquela Feira Cultural.

Nessas apresentações tivemos as participações dos músicos paraenses: Nilson Chaves, Vital Lima, Walter Bandeira, Walter Freitas, Ronaldo Silva, Joãozinho Gomes, Banda Mozaico de Ravena, Lucinha Bastos dentre outros. Dentre os músicos amapaenses tivemos: Amadeu Cavalcante, Osmar Júnior, Zé Miguel, Val Milhomem, Marcelo Dias e Neivaldo. A época fazia sucesso em Belém do Pará a Banda “Warillow” que em sua composição tinham três amapaenses: o vocalista da banda Ronery, o Maestro da mesma Manoel Cordeiro e o baixista Barata.

Nesse período outro Maestro amapaense: Venilton Leal que fazia sucesso junto com o artista paraense Beto Barbosa. Venilton trabalhou, também, com Elba Ramalho, Fagner e Ednardo. É importante ressaltar o apoio do Sociólogo amapaense Fernando Canto que nesse período era Técnico da UFGPA, lotado na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

No ano de 1987, fui apresentado em Recife-PE quando participava do Encontro Nacional de Entidades do Movimento Negros, oportunidade que conheci João Jorge, Presidente do Grupo Afro-Brasileiro Olodum, originário da Bahia que se apresentava com a Banda Juvenil do Olodum.

Em 1988, estive em Salvador em duas oportunidades: no Encontro Nacional de Ciências Sociais e retornei a Salvador no mesmo ano para participar de outro Encontro Nacional de Entidades do Movimento Negro. Naquele ano fiz um curso básico de formação de percursionista no Grupo Olodum, ministrado pelo Mestre Jamaica.